LUIZ GUSTAVO VIEIRA SANTOS

Gaveta de notícias, tipos da cultura jurídica:
direito e escravidão nas páginas da *Gazeta de Notícias* e crônicas *Bons Dias!*
de Machado de Assis (abril e maio de 1888)

Dissertação apresentada à Faculdade de
Direito da Universidade de São Paulo como
requisito parcial para obtenção de título de
Mestre.

Área de concentração:
Filosofia e Teoria Geral do Direito

Orientador: Professor Doutor
Samuel Rodrigues Barbosa

São Paulo

2014

Nome: SANTOS, Luiz Gustavo Vieira

Título: Gaveta de notícias, tipos da cultura jurídica: direito e escravidão nas páginas da *Gazeta de Notícias* e crônicas *Bons Dias!* de Machado de Assis (abril e maio de 1888)

Dissertação apresentada à Faculdade de
Direito da Universidade de São Paulo,
Departamento de Filosofia e Teoria Geral do
Direito, para obtenção do título de Mestre.

Aprovado em:

Banca examinadora:

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Ao querido irmão Pedro

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pela concessão da bolsa de mestrado para a realização desta pesquisa.

À Universidade de São Paulo (USP), por abrigar e dividir conhecimento.

Ao Samuel Rodrigues Barbosa, pela irreparável orientação; pela generosidade; e pela oportunidade de desenvolver a pesquisa e de participar do estágio docente.

Aos meus pais, pela compreensão.

Aos amigos da Universidade Federal Fluminense (UFF), em especial, Katarina Pitasse e Nathália Sanglard, pelo apoio incondicional desde a graduação.

Aos amigos de São Paulo, Ana Santiago; Carin Carrer; Fábio Tozi; Ítalo Massaru; Luísa Azevedo; Mariana Armond; Pedro Borges; Rafael RG; entre muitos outros, pela presença constante e troca de informações e experiências.

Por fim, entendo que os mais lúcidos aprendizados dos últimos três anos que vivi em São Paulo não vieram dos livros, nem estão plenamente escritos neste trabalho. Foram construídos pelo cotidiano. Por isso, registro minha gratidão ao Pedro Vieira e à Carol Takeda, pelos momentos e conhecimentos compartilhados.

RESUMO

SANTOS, Luiz Gustavo Vieira. **Gaveta de notícias, tipos da cultura jurídica: direito e escravidão nas páginas da *Gazeta de Notícias* e crônicas *Bons Dias!* de Machado de Assis (abril e maio de 1888)**. 2014. 135 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

As oito primeiras crônicas da série *Bons Dias!*, publicada anonimamente entre abril de 1888 e agosto de 1889, no periódico carioca *Gazeta de Notícias*, e, posteriormente, atribuída a Machado de Assis, são o fio condutor deste estudo. De 4 de abril de 1888 a 27 de maio de 1888, o foco da publicação literária, em constante interação com o suporte em que se insere, foi a abolição da escravatura, um dos temas centrais na historiografia brasileira e caro ao universo jurídico.

A partir do inventário e análise qualitativa das informações contidas nessas fontes primárias, que não eram as oficiais da época, tem-se um amplo registro acerca de um tema jurídico e político fora das publicações especializadas, tais como manuais e compêndios de direito, decisões de tribunais, pareceres do Conselho de Estado etc.

Da constatação de que há vocabulário e semântica comuns entre o espaço jurídico especializado e o cotidiano oitocentista, toma-se o tradicional conceito de cultura jurídica para ser desdobrado – calcado nas noções de descentramento e circulação de ideias –, com o intuito de ampliar o entendimento do que a compõe por meio da interação dessas diferentes falas e de seu legado.

Analizadas as fontes e problematizada a composição da cultura jurídica, subsiste uma questão: estava de fato livre o Brasil? O trabalho visa, em suma, demonstrar o que essas publicações, marginais no tradicional estudo da cultura jurídica, tem a sugerir a respeito daquela transição jurídica para além da letra de lei que aboliu o trabalho escravo.

Palavras-chave: Cultura jurídica; abolição; *Gazeta de Notícias*; *Bons Dias!*; Machado de Assis

ABSTRACT

SANTOS, Luiz Gustavo Vieira. **Drawer of News, types of legal culture: law and slavery in the *Bons Dias!* column by Machado de Assis, published in *Gazeta de Notícias* (April and May 1888).**

The first eight features in the *Bons Dias!* column, anonymously published in the Rio de Janeiro *Gazeta de Notícias* periodical, and later credited to Machado de Assis, form the common thread of this study. From April 4, 1888 to May 27, 1888, the focus of literary publications in constant interaction with the background they are included in, was on the abolition of slavery, one of the central themes in Brazilian historiography and a subject dear to the legal universe.

From the research made and the qualitative analysis of the data contained in these primary sources – which were not the official ones at that time – an extensive record was gathered concerning a legal and political theme outside specialized publications such as manuals and law textbooks, besides court decisions and legal opinions passed by state councils etc.

Considering evidence found that there is a lexical and semantic common ground between the specialized legal arena and the everyday life of the 1880s, the traditional concept of legal culture was approached and unfolded – based on notions of decentralization and diffusion of ideas – aiming at expanding the understanding of what it consists of through the interaction among such diverse discourses and their legacy.

Once the sources have been analysed and the composition of the legal culture has been problematized, one question remains: was Brazil really free? In short, this study aims at showing what those publications – marginal ones in conventional studies of legal culture – suggest with regard to that legal transition beyond the letter of the law which abolished slave labor in Brazil.

Keywords: legal culture; abolition; *Gazeta de Notícias*; *Bons Dias!*; Machado de Assis.

LISTAS

Lista de imagens

Desenho da gaveta tipográfica sobreposta à reprodução do jornal, p. 10;

Reprodução da primeira página do jornal de 14 de maio de 1888 (manchete sobre abolição), p. 20;

Reprodução de fotografias da festa da abolição:

 festa depois da assinatura do decreto, p. 28;

 a multidão diante da sede da *Gazeta de Notícias*, na Rua do Ouvidor, p. 29;

 préstimo escolar no Largo de São Francisco, p. 29;

 carro da imprensa, p. 30.

Reprodução integral do jornal de 7 de abril de 1888 (usado como exemplo para descrição do periódico), pp. 40-43;

Representações gráficas da circulação do periódico e origem das informações, pp. 83-85.

SUMÁRIO

09 | Introdução

19 | Parte 1 – Gaveta de notícias

31 | Capítulo I – *Gazeta de Notícias*

89 | Capítulo II – *Bons Dias!*

105 | Parte 2 – Tipos da cultura jurídica

112 | Capítulo III – O que se entende por cultura jurídica

117 | Capítulo IV – O que se pretende entender por cultura jurídica

122 | Conclusão – Direito e escravidão nas páginas da *Gazeta de Notícias* e crônicas *Bons Dias!* de Machado de Assis (abril e maio de 1888): “Brazil livre”?

128 | Referências

Introdução

Uma gaveta tipográfica. Cada compartimento abriga um *tipo* específico. São diferentes formatos, pesos diversos, algumas peças semelhantes, outras repetidas, signos distintos com designações e sentidos próprios. Peças que, isoladas, talvez não construam uma comunicação. Mesclados de maneira meticulosa, ou até mesmo baralhados ao acaso, os *tipos* constituem clichês e conformam mensagens, geram informações. Análogo à gaveta tipográfica, é um jornal. A semelhança não é apenas aferida quando comparados os desenhos da gaveta e do periódico¹; acontece também quando analisada a interação entre as quadriculas de uma folha e as informações que surgem dessa mescla, ou seja, a observação coincide entre a composição tipográfica e a leitura conjunta das informações inseridas no jornal.

A partir dessa ideia, que dá título ao trabalho, imagina-se a configuração de uma cultura: diversos nichos albergam diferentes sujeitos e objetos, como os tipos da gaveta tipográfica e os espaços de notícias nos jornais. Fechados, não se informam reciprocamente, não trocam experiências e expressões. Apenas pelo tráfego de informações, com a sobreposição e circulação de ideias é que se tem noção de uma presumível totalidade acerca de uma cultura. O mesmo se dá com a cultura jurídica.

A história do direito, no Brasil, cuidou de delimitar a conformação da cultura jurídica nacional restringindo-a a um corpo especializado, a um núcleo profissional: o bacharelesco e o burocrático². Tem-se, portanto, um molde de composição pautado no que se chama de *alta* cultura jurídica. Desdobrar esse entendimento, para ampliar a conformação da cultura jurídica brasileira – inserindo nela outros sujeitos e objetos que não desse núcleo especializado – é o tema deste trabalho. As bases para esta jornada serão a literatura, nacional e estrangeira, pertinente à cultura jurídica; e a análise de fontes que demonstram essa possibilidade de interação.

A leitura acurada da bibliografia nacional possibilita seu desdobramento, pois, ao mesmo tempo que restringe o campo de análise da cultura jurídica a um ambiente especializado, dá brechas para a expansão desse entendimento: “A cultura jurídica é aquilo que circula, funciona e produz efeitos dentro de um determinado contexto histórico-

¹ Conferir imagens sobrepostas na página 10.

² Esse tipo de estudo é denominado “alta cultura jurídica” e é feito de maneira exemplar em DUTRA, P. (2004) *Literatura Jurídica no Império*; FONSECA, R. M. (2006) *Os juristas e a cultura jurídica brasileira na segunda metade do século XIX*; LOPES, J. R. L. (2007) *Consultas da Seção de Justiça do Conselho de Estado (1842-1889)* e (2010) *O oráculo de Delfos – o Conselho de Estado no Brasil-Império*.

social.” é o interessante registro – a princípio amplo³ – de Ricardo Marcelo Fonseca⁴. A literatura estrangeira, em especial as pesquisas estadunidenses, alcança uma conceituação de cultura jurídica bastante abrangente: Lawrence Friedman fala que “*By legal culture I mean nothing more than the ‘ideas, attitudes, values, and opinions about law held by people in a society’.*”⁵ e será seguido por Susan Silbey em estudos sobre consciência e cultura jurídica, os quais serão aqui empregados.

Há a possibilidade e o intuito de analisar a cultura jurídica a partir de duas óticas: o *descentramento* e a *circulação de ideias*. *Descentramento* será aqui empregado no sentido de deslocar o peso do centro então considerado produtor de cultura jurídica para lhe somar outras perspectivas, de sujeitos e objetos que nela orbitem ou que lhe sejam sobrepostos ou desviantes. Em suma, trata-se de considerar, além do núcleo “profissional” do direito, outros contíguos e que lhe sejam justapostos. Visto que a cultura jurídica é ampla e alberga uma pluralidade de núcleos, pode-se questionar se há diferentes (e até divergentes) culturas jurídicas. A literatura dá voz e atenção à chamada *alta* cultura jurídica, aquela oficial, especializada, central. Mas é possível que, por meio de *circulação de ideias*, vários núcleos componham uma dilatada cultura jurídica, já que interagem entre si.

A leitura pertinente à cultura jurídica é somada à análise de uma fonte capaz de demonstrar esse *descentramento* e essa *circulação de ideias*, o que possibilita a expansão da conformação da cultura jurídica. As fontes primárias para a pesquisa são o periódico *Gazeta de Notícias*, de abril e maio de 1888, e as oito⁶ primeiras crônicas da série *Bons Dias!*, publicada anonimamente nesse jornal e, posteriormente, atribuída a Machado de Assis. O tema recorrente à época – proximidades do 13 de maio – refere-se ao período de transição do trabalho escravo para a adoção de mão de obra livre, e esteve diariamente presente nas crônicas e no periódico – considerado esse jornal central no debate antiescravista⁷ na Corte –, o que possibilita a discussão de tópicos relacionados ao direito,

³ Diz-se “a princípio”, pois Fonseca vincula o saber jurídico ao meio extra-acadêmico para chamar atenção para a falta de uma produção acadêmica na área do direito, o que não significa sair do núcleo profissional: “É como se houvesse um muro que separava de modo estanque as academias e o saber do direito (que encontrava a sua efetiva origem e sua real circulação em meios extra-acadêmicos não muito bem explicados), sem que houvesse qualquer circulação de significados”. FONSECA, R. M. (2006), op. cit., p. 370.

⁴ Conferir FONSECA, R. M. (2006), op. cit., p. 341.

⁵ Conferir FRIEDMAN, L. (1989) *Law, lawyers and popular culture*, p. 1579.

⁶ Em verdade, foram nove as primeiras crônicas que possuem o tema, mas como a do dia 20 de maio foi publicada no jornal *Imprensa Fluminense*, não foi considerada para a pesquisa, que possui o periódico *Gazeta de Notícias* como fonte primária central.

⁷ Conferir MACHADO, H. F. (1991) *Palavras e brados: a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro 1850-1888*, p. 236: “principal jornal antiescravista da Corte”.

sobretudo, a questão a respeito da correspondência entre o texto legal e a realidade social: estaria de fato livre o Brasil?

A escravidão foi assunto amplamente debatido na sociedade; a *Gazeta* foi jornal com grande alcance na população, não era o veículo oficial de imprensa e recebeu contribuição de antiescravistas e escravocratas, pertencentes ou não ao universo jurídico. Machado de Assis narra com atenção e ironia os acontecimentos do seu tempo e, mesmo que de forma discreta, contribuiu para o registro dos debates acerca da escravidão. São esses dados que se somam à hipótese de que tópicos jurídicos debatidos no periódico revelam a conformação de uma cultura jurídica por núcleos plurais, que se informam mutuamente.

Tem-se, portanto, como objetivo para esta pesquisa, o desdobramento do entendimento acerca da conformação da cultura jurídica, até então trabalhado pela historiografia do direito, para ampliá-lo, inserindo-lhe novos sujeitos e objetos, o que se faz por meio da análise da circulação de ideias documentada num periódico.

A leitura da série de crônicas *Bons Dias!*, de Machado de Assis, recentemente organizada e anotada por John Gledson, foi ponto de partida para a pesquisa realizada. Uma temática como a escravidão, cara a vários campos de estudo, sobretudo à história e ao direito, contribuiu para a adoção dessa fonte e do suporte em que se insere, o jornal *Gazeta de Notícias*, além da literatura a respeito da história dos impressos e a crítica sobre Machado, que pode ser considerada um ensaio sobre o país, já que analisa o registro da formação do Brasil por meio de sua narrativa.

A problemática abordada nas fontes também auxilia na descoberta do cruzamento de informações, ou de sua circulação na composição da cultura jurídica da época, uma vez que a escravidão – e sua abolição – foi discussão política que afetou diretamente o cotidiano da sociedade, de bacharéis e leigos, de letrados e iletrados, de senhores e escravos.

Mas, um periódico pode restringir-se a atos oficiais ou a um público especializado. Justifica-se o uso da *Gazeta de Notícias*, e mais, a centralidade das crônicas machadianas na pesquisa, por motivos que deixam claras a pluralidade de informações e a circulação entre elas no suporte. A escolha do jornal é abonada por serem os periódicos o veículo de informação por excelência na época sob análise⁸. Os jornais ainda são o espaço de

⁸ Ainda são importantes espaços de divulgação, no entanto, com o advento de novas mídias (rádio, televisão e internet) e maior alcance da indústria editorial, não se pode dar à imprensa impressa a exclusiva importância que tinha à época da abolição.

exposição tanto de atos oficiais, quanto de manifestações políticas, culturais etc. (contrárias ou favoráveis ao *status quo*), razão pela qual são a fonte primária deste trabalho.

A *Gazeta de Notícias* é periódico que muito contribuiu para a investigação pretendida. É de fácil acesso para pesquisa⁹; possuiu grande circulação no período, com uma tiragem de 24.000 exemplares (a segunda maior entre os principais jornais da época: *Jornal do Commercio*; *O País*; e o próprio *Gazeta de Notícias*); foi vendido de forma avulsa a um preço módico (40 réis)¹⁰, o que facilitou sua distribuição, inclusive para fora da corte, e foi um jornal fundado sem compromisso partidário, embora nítida a ideologia liberal e abolicionista de seu fundador, Ferreira de Araújo, o que pode explicar o espaço reservado às crônicas de Machado¹¹.

Bons Dias! são crônicas ímpares na produção literária do escritor. É uma série anônima de Machado, em virtude da busca¹² por maior liberdade em expressar sua opinião acerca da abolição, e iniciou-se em período imediatamente anterior à Lei Áurea, tornando-se, assim, legado do pensamento da época. A opção por Machado justifica-se pela sua presença na imprensa e sobre a questão intertextual em crônicas, assuntos que precisam ser aprofundados, a partir da contribuição permanente de John Gledson e Roberto Schwarz, entre outros, para a divulgação da obra machadiana.

Entretanto, ainda não há estudos sistematizados no que tange à contribuição de Machado para a cultura jurídica da época¹³. Nesse sentido, pode-se observar o subsídio

⁹ Os jornais estão disponíveis tanto na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, quanto no arquivo Edgard Leuenroth da Unicamp, por meio de microfimes (localização: MR/0967 e MR/0968. Pesquisa através do endereço http://segall.ifch.unicamp.br/site_ael/), o que facilitou o acesso ao conteúdo objeto desta dissertação. As imagens microfilmadas foram digitalizadas e gravadas em formato PDF e então impressas, no intuito de auxiliar a leitura dos periódicos. Recentemente, os periódicos foram disponibilizados pela hemeroteca digital da Biblioteca Nacional (conferir: <http://hemerotecadigital.bn.br/>).

¹⁰ Enquanto outros eram vendidos até 100 réis, como o *Jornal do Comércio*. Conferir. AGUIAR, M. B. (2003) *As últimas crônicas de Machado de Assis*, p. 58.

¹¹ As informações são semelhantes na literatura perquirida. Há dissonância em relação à data de fundação do jornal (se em 1874, 1875 ou 1876) e quanto à tiragem (se de 20, 24 ou 25 mil exemplares). Tende-se a crer na segunda data, por haver evidências em AGUIAR, M. B. (2003), op. cit., pp. 58-61. Para discussão, inclusive sobre a tendência liberal e abolicionista do periódico, conferir CALLIPO, D. M. (1998) *As recriações de Lélío. A presença francesa nas crônicas machadianas. Gazeta de Notícias – “Balas de Estalo” julho de 1883 a março de 1886*; SODRÉ, N. W. (1999) *História da Imprensa no Brasil*; AGUIAR (2003), op. cit.; e MACHADO (1991), op. cit.

¹² John Gledson indica que “É impossível exagerar a importância desse verdadeiro anonimato para a série; não se trata apenas de um novo pseudônimo [...]. Parece claro que Machado ia dizer coisas duras, mesmo sob a capa da ironia, e queria poder dizer essas coisas com uma margem extra de liberdade, sem sofrer consequências mais imediatas.” GLEDSON, J. (2009) *Introdução - Bons Dias!*, p. 20.

¹³ Não se tem notícia de outras pesquisas relevantes nesse sentido, senão o trabalho de Sidney Chalhoub, que revela a atuação de Machado no Ministério da Fazenda, sobretudo na questão da Lei do Ventre Livre. Entendo que as fontes utilizadas por Chalhoub para a análise restringem-se à “alta cultura”, já que, embora

machadiano ao registro da cultura jurídica, já que suas crônicas representam o mosaico discursivo que se defende como composição cultural de uma época. Assim, fica delimitado o tema cultura jurídica; a possibilidade – e necessidade – de ampliar sua conformação; bem como a escolha das fontes para esta análise.

Enfim, a escravidão, e o questionamento sobre sua real abolição, é o eixo jurídico para o debate acerca da constituição da cultura jurídica, redesignada a partir da leitura conjunta das crônicas e do jornal em que se inserem.

A necessidade de tentar alargar o entendimento sobre cultura jurídica vem de duas vertentes. A primeira diz respeito à interdisciplinariedade que cada vez mais permeia os estudos acadêmicos, em especial o direito, já que impossível uma análise pura, que não se alimente de dados advindos da história, da filosofia, da sociologia, da psicologia, da antropologia, da literatura, da economia, entre outros campos.

A segunda razão concerne à pluralidade que tem encontrado o direito mesmo em seu ambiente próprio. Pluralidade de um sistema normativo que reconhece (talvez sem aceitar) direitos reais, porém não oficiais, bem como direitos de outros sistemas normativos, inclusive de ordem internacional. O direito está cada vez mais fluido. Mais um motivo para expandir o juízo sobre o que conforma uma cultura jurídica.

Ou seja, ter em mente que informações de campos diferentes, provindas de atores distintos e que ressoam em corpos diversos formam uma cultura já é motivo o bastante para romper a concepção de uma cultura jurídica limitada ou estática, razão pela qual é importante alargar a definição construída até agora pela história do direito. A literatura jurídica precisa, pois, ser desdobrada, e desenvolvida no sentido de trazer concepções mais amplas acerca da cultura jurídica.

É tomado como referência para este estudo o trabalho de Ricardo Marcelo Fonseca¹⁴, que delimita uma “genuína” cultura jurídica brasileira a partir de fatores como a origem acadêmica e a nacionalidade do corpo burocrático, e o início da produção impressa das academias de direito nacionais, muito embora o historiador chame a atenção para o fato da cultura jurídica não se restringir às normas, dando atenção a fatos e valores de uma determinada cultura. Assim, abrir esse entendimento justifica a proposta deste trabalho e

seja constante a referência a obras literárias, o foco do trabalho está na produção de Machado enquanto burocrata que alimentava pareceres para o Estado. Cf. CHALHOUB, S. (2003) *Machado de Assis, historiador*.

¹⁴ Conferir FONSECA, R. M. (2006), op. cit.

sua importância, sobretudo por somar¹⁵, à temática cultura jurídica, estudos sobre história de impressos e crítica machadiana.

Após a escolha da fonte, surge a indagação a respeito das possibilidades de problematização que ela oferece. Estão juntas neste “processo indiciário”¹⁶ três áreas de conhecimento – a literatura, o direito e a história – que fazem pender temas variados. Os principais questionamentos situam-se, portanto, na ligação entre os vértices citados e, sobretudo, na problemática acerca da ampliação do que se entende por cultura jurídica.

Alcança-se, pois, os objetivos da pesquisa por meio da análise das seguintes questões:

– Sobre a *Gazeta de Notícias*: Qual o viés político da *Gazeta de Notícias*? Quem são os fundadores e colaboradores do jornal? Quando surgiu e até quando foi publicado o periódico? Quais suas seções e respectivos conteúdos? Quais os vocabulários e as semânticas presentes no jornal? Qual o seu alcance: Qual sua tiragem? Como era vendido? Era vendido fora da Corte?

– Sobre a série de crônicas *Bons Dias!* e Machado de Assis: Qual a periodicidade da publicação das crônicas? Especialmente, no interior da *Gazeta*, onde se situavam as crônicas? Qual o tema e o conteúdo das crônicas? Como as crônicas se ligavam ao restante do jornal *Gazeta de Notícias*? Por que Machado de Assis é considerado atento intérprete de sua época?

– Sobre cultura jurídica: O que se entende por cultura jurídica? Quais são os sujeitos e suas respectivas origens? Qual a produção e o vocabulário que a compõe? (a partir do entendimento sedimentado na história do direito)¹⁷. Como expandir sua conformação a partir de óticas como *descentramento e circulação de ideias*?

– Sobre a interação de informações: Qual é a recorrência da temática jurídica na *Gazeta de Notícias* e nas crônicas *Bons Dias!* de abril e maio de 1888? Como é processado esse cruzamento de informações? Qual o legado de uma fonte não-oficial, e marginal para o estudo do direito, na composição da cultura jurídica? Houve correspondência entre os registros oficiais – *letra da lei* – e os registros analisados?

¹⁵ José Rodrigo Rodriguez já traz para o universo jurídico a produção de Roberto Schwarz, ao discorrer sobre o “favor” na sociedade brasileira e, por conseguinte, nas estruturas jurídicas. Conferir RODRIGUEZ, J. R. (2004) *A cabrocha e o magistrado: apontamentos sobre o drama do Direito no Brasil*.

¹⁶ Conferir GINZBURG, C. (2002) *Relações de força, história, retórica, prova*.

¹⁷ Essas indagações são necessárias para o desdobramento da concepção até agora existente, no entanto, já foram trabalhadas pela bibliografia pertinente ao assunto. Não serão, portanto, perquiridas nas fontes primárias deste trabalho.

A pesquisa teve como alicerce os seguintes passos metodológicos: foi realizada a leitura das fontes¹⁸ (*Gazeta de Notícias* dos dias 4¹⁹ de abril a 30 de maio de 1888; e oito primeiras crônicas da série *Bons Dias!* dos dias 5; 12; 19 e 27 de abril de 1888; e 4; 11; 19; e 27 de maio de 1888); foi realizado levantamento bibliográfico e fichamento de obras pertinentes à cultura jurídica; à escravidão; à história de impressos; e à crítica literária sobre Machado de Assis; foi realizada detalhada leitura das publicações nas diversas seções do jornal (inventariando a data, o local em que se inserem, o assunto, as citações etc.); foram separadas as publicações que contêm elementos jurídicos, sobretudo no que tange à questão da escravidão; foi realizada a vinculação entre publicações do periódico – principalmente as que possuem elementos jurídicos e acerca da escravidão – e suas respectivas presenças nas crônicas; foi analisado o modo como ocorre a interação entre as informações: a circulação de ideias revelou uma composição mais abrangente de cultura jurídica e indicou uma não-correspondência entre a literalidade da lei e a realidade social.

Assim, este trabalho resultou em três partes. A primeira cuida da análise das fontes. Chamada de “Gaveta de notícias”, em referência à gaveta tipográfica, nela estão características das fontes primárias, bem como um inventário de informações, seguido de análises qualitativas. Divide-se em dois capítulos: “*Gazeta de Notícias*” e “*Bons Dias!*”. O conjunto é capaz de embasar a pesquisa para a segunda parte, denominada “Tipos da cultura jurídica”, onde se expõem os entendimentos já sedimentados sobre o tema e se busca, a partir das leituras das fontes primárias e secundárias, desenvolver uma nova composição. A segunda parte divide-se em outros dois capítulos: “O que se entende por cultura jurídica” e “O que se pretende entender por cultura jurídica”.

Já a conclusão traz o entrelaçamento das duas primeiras. Chamada de “Direito e escravidão nas páginas da *Gazeta de Notícias* e crônicas *Bons Dias!*”, nela, busca-se concluir o trabalho por meio da resposta à questão “estaria de fato livre o Brasil?”. A indagação surge a partir da manchete “Brazil livre”, seguida da lei abolicionista, publicada no jornal em 14 de maio de 1888.

¹⁸ O jornal, no início da pesquisa, estava disponível apenas na Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro), por meio de microfilmes, onde foram consultados; e no Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade de Campinas (Unicamp), por meio de microfilmes, que podiam ser transpostos para arquivos em PDF gratuitamente. À época, foram passados para o formato PDF os jornais do primeiro semestre de 1888 e então impressos, em tamanho confortável para leitura, as folhas dos meses de abril e maio de 1888. No segundo semestre de 2013, a Biblioteca Nacional disponibilizou, virtualmente, sua coleção de jornais, o que auxiliou na pesquisa, já que muito estão em estado de deterioração avançado. Conferir <http://hemerotecadigital.bn.br/>

¹⁹ Não estão disponíveis os jornais de 30 de março; 1º, 2, e 3 de abril. Assim, embora realizada a leitura dos jornais do primeiro semestre, foi escolhido o dia 4 de abril como ponto de partida para a análise.

As citações em língua estrangeira foram transcritas no original. No caso das diversas citações de fontes primárias, com mais de um século de idade, a manutenção do texto original buscou reproduzir fielmente a escrita do período histórico, permitindo ao leitor o acesso às ideias originárias; em muitos casos, a ilegibilidade do documento impossibilitou a transcrição completa. Algumas vezes, são transcritas as notícias em sua totalidade, outras, apenas partes das publicações; assim como algumas são comentadas com detalhes, enquanto outras recebem pequenos comentários. O intuito final é passar ao leitor o envolvimento da fonte com a questão abolicionista, razão pela qual foi impossível não evitar citações semelhantes.

Registra-se, por fim, uma última opção metodológica: o desenho do jornal sugere que as publicações alocadas nas primeiras colunas da primeira página funcionam como editoriais, embora não tenham esse título. Algumas vezes, possuem nomes próprios, que aparecem com frequência (“boletim parlamentar”, por exemplo); mas, na maioria das vezes, são textos com manchetes dadas de acordo com a temática abordada. Assim, ao discorrer sobre as concepções do jornal, os excertos selecionados foram transcritos, em sua maioria, a partir desses “editoriais”, termo empregado ao longo da pesquisa.

Parte 1

Gaveta de notícias

BRAZIL LIVRE

1888

TIEZE DE MAIO

1888

EXTINÇÃO DA ESCRAVIDÃO

LEI N. 3353 DE 13 DE MAIO DE 1888

DECLARA EXTINTA A ESCRAVIDÃO NO BRAZIL

A Princesa Imperial Regente em nome de Sua Magestade o Imperador o Sr. D. Pedro II:
Faz saber a todos os subditos do Imperio, que a Assembléa Geral decretou e Ella sancionou a lei seguinte:
Art. 1.º E' declarada extinta desde a data d'esta lei a escravidão no Brazil.
Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Manda portanto a todas as auctoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.
O secretario de Estado dos Negocios da Agricultura e interino dos Negocios Estrangeiros, bacharel Rodrigo Augusto da Silva a faça imprimir, publicar e correr.
Dada no Palacio do Rio de Janeiro, em 13 de Maio de 1888, sexagesimo setimo da Independencia e do Imperio.

PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.
RODRIGO AUGUSTO DA SILVA.

Carta de lei pela qual Sua Alteza Imperial manda executar o decreto da Assembléa Geral, que houve por bem sancionar, declarando extinta a escravidão no Brazil como n'ella se declara, para Vossa Alteza Imperial ver.
Chancellaria-mór do Imperio.
Antonio Ferreira Vianna.

Transitou em 13 de Maio de 1888.
José Julio de Albuquerque Barros.

A JOSÉ DO PATROCÍNIO, A GAZETA DE NOTÍCIAS

JOSÉ DO PATROCÍNIO
Tenho-lhe a honra de lhe apresentar a esta publicação a seguinte carta de lei, que a Assembléa Geral decretou e Ella sancionou a lei seguinte:

Fôz-lhe a honra de lhe apresentar a esta publicação a seguinte carta de lei, que a Assembléa Geral decretou e Ella sancionou a lei seguinte:
Art. 1.º E' declarada extinta desde a data d'esta lei a escravidão no Brazil.
Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.
Manda portanto a todas as auctoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.
O secretario de Estado dos Negocios da Agricultura e interino dos Negocios Estrangeiros, bacharel Rodrigo Augusto da Silva a faça imprimir, publicar e correr.
Dada no Palacio do Rio de Janeiro, em 13 de Maio de 1888, sexagesimo setimo da Independencia e do Imperio.

do e de tanta legião — no nome da lei, que a Assembléa Geral decretou e Ella sancionou a lei seguinte:
Art. 1.º E' declarada extinta desde a data d'esta lei a escravidão no Brazil.
Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.
Manda portanto a todas as auctoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.
O secretario de Estado dos Negocios da Agricultura e interino dos Negocios Estrangeiros, bacharel Rodrigo Augusto da Silva a faça imprimir, publicar e correr.
Dada no Palacio do Rio de Janeiro, em 13 de Maio de 1888, sexagesimo setimo da Independencia e do Imperio.

O segundo lugar pertence ao Sr. José do Patrocínio, que a Assembléa Geral decretou e Ella sancionou a lei seguinte:
Art. 1.º E' declarada extinta desde a data d'esta lei a escravidão no Brazil.
Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.
Manda portanto a todas as auctoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.
O secretario de Estado dos Negocios da Agricultura e interino dos Negocios Estrangeiros, bacharel Rodrigo Augusto da Silva a faça imprimir, publicar e correr.
Dada no Palacio do Rio de Janeiro, em 13 de Maio de 1888, sexagesimo setimo da Independencia e do Imperio.

O terceiro lugar pertence ao Sr. José do Patrocínio, que a Assembléa Geral decretou e Ella sancionou a lei seguinte:
Art. 1.º E' declarada extinta desde a data d'esta lei a escravidão no Brazil.
Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.
Manda portanto a todas as auctoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.
O secretario de Estado dos Negocios da Agricultura e interino dos Negocios Estrangeiros, bacharel Rodrigo Augusto da Silva a faça imprimir, publicar e correr.
Dada no Palacio do Rio de Janeiro, em 13 de Maio de 1888, sexagesimo setimo da Independencia e do Imperio.

O quarto lugar pertence ao Sr. José do Patrocínio, que a Assembléa Geral decretou e Ella sancionou a lei seguinte:
Art. 1.º E' declarada extinta desde a data d'esta lei a escravidão no Brazil.
Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.
Manda portanto a todas as auctoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.
O secretario de Estado dos Negocios da Agricultura e interino dos Negocios Estrangeiros, bacharel Rodrigo Augusto da Silva a faça imprimir, publicar e correr.
Dada no Palacio do Rio de Janeiro, em 13 de Maio de 1888, sexagesimo setimo da Independencia e do Imperio.

O quinto lugar pertence ao Sr. José do Patrocínio, que a Assembléa Geral decretou e Ella sancionou a lei seguinte:
Art. 1.º E' declarada extinta desde a data d'esta lei a escravidão no Brazil.
Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.
Manda portanto a todas as auctoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.
O secretario de Estado dos Negocios da Agricultura e interino dos Negocios Estrangeiros, bacharel Rodrigo Augusto da Silva a faça imprimir, publicar e correr.
Dada no Palacio do Rio de Janeiro, em 13 de Maio de 1888, sexagesimo setimo da Independencia e do Imperio.

O sexto lugar pertence ao Sr. José do Patrocínio, que a Assembléa Geral decretou e Ella sancionou a lei seguinte:
Art. 1.º E' declarada extinta desde a data d'esta lei a escravidão no Brazil.
Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.
Manda portanto a todas as auctoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.
O secretario de Estado dos Negocios da Agricultura e interino dos Negocios Estrangeiros, bacharel Rodrigo Augusto da Silva a faça imprimir, publicar e correr.
Dada no Palacio do Rio de Janeiro, em 13 de Maio de 1888, sexagesimo setimo da Independencia e do Imperio.

O sétimo lugar pertence ao Sr. José do Patrocínio, que a Assembléa Geral decretou e Ella sancionou a lei seguinte:
Art. 1.º E' declarada extinta desde a data d'esta lei a escravidão no Brazil.
Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.
Manda portanto a todas as auctoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.
O secretario de Estado dos Negocios da Agricultura e interino dos Negocios Estrangeiros, bacharel Rodrigo Augusto da Silva a faça imprimir, publicar e correr.
Dada no Palacio do Rio de Janeiro, em 13 de Maio de 1888, sexagesimo setimo da Independencia e do Imperio.

O oitavo lugar pertence ao Sr. José do Patrocínio, que a Assembléa Geral decretou e Ella sancionou a lei seguinte:
Art. 1.º E' declarada extinta desde a data d'esta lei a escravidão no Brazil.
Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.
Manda portanto a todas as auctoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.
O secretario de Estado dos Negocios da Agricultura e interino dos Negocios Estrangeiros, bacharel Rodrigo Augusto da Silva a faça imprimir, publicar e correr.
Dada no Palacio do Rio de Janeiro, em 13 de Maio de 1888, sexagesimo setimo da Independencia e do Imperio.

SENADO
Aberto a sessão ás 2 horas da tarde, em 14 de Maio de 1888.
O Sr. Senador Pinheiro Neto preside.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 1888. O periódico *Gazeta de Notícias* estampa em sua primeira página a manchete “BRAZIL LIVRE”.

Não se trata de notícia qualquer, razão pela qual o jornal cuida de publica-la com diagramação diversa das demais páginas da edição e de outros dias do ano. Grandes letras, caixa alta e diferentes tipos estão compostos para chamar a atenção do leitor e anunciam o fim do cativeiro por meio da seguinte publicação, transcrita aqui na íntegra:

“LEI N. 3353 DE 13 DE MAIO DE 1888
DECLARA EXTINCTA A ESCRAVIDÃO NO BRAZIL
A Princeza Imperial regente em nome de Sua Magestade o Imperador o Sr. Pedro II:
Faz saber a todos os subditos do Império, que a Assembléa Geral decretou e Ella sancionou a lei seguinte:
Art. 1.º É declarada extincta desde a data d’esta lei a escravidão no Brazil.
Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.
Manda portanto todas as auctoridades a quem o conhecimento e execução da proferida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n’ella se contém.
O secretário de Estado dos Negocios da Agricultura e interino dos Negocios Estrangeiros, bacharel Rodrigo Augusto da Silva a faça imprimir, publicar e correr.
Dada no Palacio do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1888, sexagésimo sétimo da Independencia.
PRINCEZA IMPERIAL REGENTE.
RODRIGO AUGUSTO DA SILVA.
Carta de lei pela qual Sua Alteza Imperial manda executar o decreto da Assembléa Geral, que houve por bem sancionar, declarando extincta a escravidão no Brazil como n’ella se declara, para Vossa Alteza Imperial ver.
Chancellaria-mór do Imperio.
Antonio Ferreira Vianna.
Transitou em 13 de maio de 1888.
José Julio de Albuquerque Barros.”²⁰

Essa publicação poderia pertencer ao diário oficial da época ou a algum manual ou compendio de direito, mas não. A *letra* da lei que extinguiu a escravidão também estava anotada em periódico não-oficial, de cunho abolicionista, e corria as ruas da corte e das províncias. Para entender melhor a relevância da notícia, vale folhear o restante do jornal e observar como ela se reproduz ao longo da folha no dia 14 de maio de 1888, para depois serem comparados os registros sobre direito e escravidão que constaram em outras datas da *Gazeta*.

²⁰ GN, 14 de maio de 1888, p. 1. Conferir imagem em pág. 20.

Logo abaixo da notícia “oficial”²¹, a completar a primeira página, é narrado sinteticamente o processo culminado no dia anterior, 13 de maio de 1888. No excerto, é realizada, pela *Gazeta*, homenagem a José do Patrocínio – considerado um dos patronos da abolição, sobretudo por sua intensa participação na imprensa²²:

“José do Patrocínio combateu e venceu. [...] A *Gazeta de Notícias* onde esse moço glorioso, cujo nome há de figurar na história pátria como o de um dos seus maiores beneméritos, desfechou os primeiros tiros contra o então vasto campo inimigo – orgulha-se e torna público o seu orgulho por esse facto, e presta-lhe no dia da victoria o mais entusiástico e o mais sincero testemunho do seu respeito e da sua admiração [...]”²³.

Outros nomes são lembrados no texto laudatório, como os de João Clapp; Joaquim Nabuco; Conselheiro Dantas; e José Bonifácio, e duas ressalvas são feitas no percurso narrado. A primeira revela o lento processo de abolição; a segunda, aponta a discriminação que passa a sofrer o ex-escravo. Aquela se resume ao seguinte trecho: “A camara votou o projecto em dois dias; o senado, em igual tempo: **nos seis dias que decorreram de 8 a 13 de maio fez-se mais pelo Brazil do que nos sessenta e seis anos que nos separam da independência**”²⁴. A força da afirmação é facilmente verificável, pois se pode considerar realmente lento o processo legislativo que cuidou da escravidão se analisadas as leis de 1831, 1850 e 1871. É sabido, embora não estivesse registrado no periódico, que a “Lei Feijó”²⁵, declarava de condição livre os escravos que entrassem no país; a “Lei Eusébio de Queiroz”²⁶, além de proibir o tráfico²⁷, reiterava a impossibilidade de escravização de

²¹ Diz-se oficial pois, muito embora a publicação não tenha ocorrido no veículo oficial da época, trata-se de reprodução fiel da letra da lei, o que raramente aconteceu nesse periódico no lapso temporal pesquisado.

²² Em letras colossais, o título do texto é “A José do Patrocínio, a *Gazeta de Notícias*”. Sugiro a leitura do trabalho de MACHADO, H. F. (1991) op. cit., que trata do percurso de Patrocínio na imprensa imperial.

²³ GN, 14 de maio de 1888, p. 1.

²⁴ GN, 14 de maio de 1888, p. 1. Grifo nosso.

²⁵ “Lei de 7 de Novembro de 1831: Declara livres todos os escravos vindos de fóra do Imperio, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos. Art. 1º Todos os escravos, que entrarem no territorio ou portos do Brazil, vindos de fóra, ficam livres [...]”. Texto original disponibilizado pelo sitio eletrônico do Senado Federal: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=85334> (acessado em 21.5.2013).

²⁶ “Lei nº 581 - de 4 de setembro de 1850: Estabelece medidas para a repressão do trafico de africanos neste Imperio. [...] Art. 6º Todos os escravos que forem apprehendidos serão reexportados por conta do Estado para os portos donde tiverem vindo, ou para qualquer outro ponto fóra do Imperio, que mais conveniente parecer ao Governo; e em quanto essa reexportação se não verificar, serão empregados em trabalho debaixo da tutela do Governo, não sendo em caso algum concedidos os seus serviços a particulares.” Texto original disponibilizado pelo sitio eletrônico do Senado Federal: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=79227&tipoDocumento=LEI&tipoTexto=PU B> (acessado em 21.05.2013).

negros aportados no país, datada de 1831. Já a “Lei do Ventre Livre”²⁸ previa, além do fim da condição escrava para os que nascessem a partir da data da promulgação da lei, a libertação progressiva dos escravizados. De fato, a efetivação das leis não ocorreu da maneira esperada – embora alguns efeitos tenham surtido no país.

Da segunda ressalva, depreende-se, a princípio, a preocupação com os recém-libertos, mas, ao mesmo tempo, o senso comum preconceituoso que pairava na sociedade a respeito da população negra, que passava do cativeiro à liberdade civil. Vale a transcrição do excerto:

“Está, pois, extinta a escravidão; iniciada nova era, **propostas novas questões**. Não nos precipitemos. Nada de querer, por meio de **leis sobre vagabundagens**, curar em poucos rabiscos de pennas as consequências de uma lepra que lavrou três séculos os nossos organismos. Não se deixou que os senhores vicejassem impunes durante três séculos? Por que não se há de deixar os **vagabundos** socegados ao menos durante três mezes?” (grifo nosso)²⁹.

Registrados, sem dúvida, a preocupação da *Gazeta* com “novas questões” referentes à massa de ex-escravos; e o repúdio ao longo período de dominação senhorial – que, em verdade, não se extingue com a Lei Áurea. Mas, o tópico central da informação são as políticas de repressão ao sujeito recém-liberto e não, como seria esperado, a falta de políticas de inserção cidadã aos ex-escravizados. Foi feita, ainda, a vinculação entre vagabundo e ex-escravo, ou seja, o negro, o que, pode-se afirmar, gerou consequências que

²⁷ Abstém-se a pesquisa de trazer detalhes sobre o não cumprimento das Lei e suas consequências, como o aumento do tráfico ilegal de negros e grande afluxo de africanos, além da forçosa migração de mão-de-obra europeia.

²⁸ “Lei nº 2040 - de 28 de setembro de 1871 [...] Art. 1º Os filhos da mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre. [...] Art. 3º Serão annualmente libertados em cada Provincia do Imperio tantos escravos quantos corresponderem á quota annualmente disponivel do fundo destinado para a emancipação.”. No site do Senado Federal consta apenas a ementa: “Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação de tratamentos daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos”. O texto integral pode ser encontrado no site da Presidência da República. Conferir: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/DetalhaDocumento.action?id=74038&titulo=LEI%202040%20de%2028/09/1871%20-%20-%20LEI%20ORDIN?RIA;> e http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM2040.htm (acessados em 21.05.2013). Para detalhes sobre a Lei, e em consonância com a presença machadiana nas questões abolicionistas, indica-se a leitura da obra “Machado de Assis, historiador”, de Chalhoub (1991). O historiador trata de maneira clara os debates sobre a condição de livre do nascituro, nos quais se envolveu Machado de Assis enquanto burocrata do Ministério da Agricultura.

²⁹ GN, 14 de maio de 1888, p. 1. Registro que, em 2 de maio de 1888, na primeira página, o jornal publicou editorial em que defende ser o projeto contra a vagabundagem “uma medida geral contra os vagabundos e não uma lei de repressão contra os ex-escravos.”

se observam até a atualidade, e que já nos leva à questão inicial: estaria de fato livre o Brasil? Livre de que?

A segunda página do periódico contém também publicações sobre a abolição. É longamente comentada, a partir da primeira página, a sessão ocorrida no Senado, mas o trecho que mais chama a atenção não se refere aos debates, e sim à sessão como início das festividades, pois foram amplamente registrados na folha:

“Sobre os senadores cahiu n’essa ocasião uma chuva de flores, que cobriu completamente o tapete; foram soltados muitos passarinhos e pombas. [...] Foi esse o começo das festas de hontem, enthusiaslicas e extraordinárias, como jamais se viram n’esta cidade.”³⁰.

Ainda na segunda página, passa o periódico a descrever, com pormenores, os festejos na Corte, centralizados, pelo que consta no jornal e em fontes iconográficas³¹, na Rua do Ouvidor e no Paço Imperial: “A passagem pela rua do Ouvidor foi imponente. Das redações dos jornaes cahia sobre o cortejo uma verdadeira chuva de flores.”³².

O jornal traz algumas das falas no Paço da Cidade, das quais se destacam a do Senador Dantas, que felicitou a Alteza Imperial, “por caber-lhe a glória de assignar a lei que apaga dos nossos códigos a nefanda mácula da escravidão.”³³. A fala é lúcida, pois, ao dizer que “apaga dos códigos”, revela o descompasso entre a situação jurídica e a realidade social³⁴. Descreve, ainda na segunda página, “a marcha dos estudantes das escolas naval, militar, de medicina e polythécnica, precedida pelos respectivos estudantes”³⁵, o que demonstra o envolvimento do corpo estudantil nas manifestações políticas do país; além de registrar que “o Sr. Commandante do 1º batalhão de infantaria, em honra a tão festivo e glorioso acontecimento, apenas chegou ao quartel mandou pôr em liberdade as praças presas à sua ordem, e desimpedir outras de faltas disciplinares.”³⁶. Essa última publicação parece um tanto irônica em virtude do uso da expressão “por em liberdade”: a palavra

³⁰ GN, 14 de maio de 1888, p. 2.

³¹ As imagens podem ser conferidas na 28, 29 e 30.

³² GN, 14 de maio de 1888, p. 2.

³³ GN, 14 de maio de 1888, p. 2.

³⁴ A lucidez da expressão, entendendo, está em admitir que é apenas do texto legal que se apaga a mácula da escravidão, ou seja, uma parcela mais visível e evidente, mas a *mácula* persiste nos códigos de modos mais sutis. Chega-se, assim, ao debate “law in the books” vs. “law in action”, levantado pelos teóricos do direito a partir do realismo jurídico. Conferir Erhlich, E. (1986), ERHLICH, Eugen. *Fundamentos da sociologia do direito*; e Pound, R. (1910) *Law in books and law in action*.

³⁵ GN, 14 de maio de 1888, p. 2. Conferir imagem em página 20.

³⁶ GN, 14 de maio de 1888, p. 2.

liberdade e suas derivações deveriam estar em todos os locais, mesmo que os sentidos que carregassem fossem distintos.

A expedição de telegramas para as províncias, pelo Ministério, recomendando a “immediata e fiel execução” da lei também é noticiada. Logo abaixo, constam os festejo em Niterói, e, por meio de telegramas enviados à *Gazeta*, a Corte passa a saber das festas em São Paulo; Campinas; Ouro Preto; Barra Mansa e Rezende:

“São Paulo, 13. Desde o meio-dia estão as ruas apinhadas de povo.[...]”; “São Paulo, 13. A **Academia de Direito** presentemente reunida para festejar a abolição saúda a Princeza Regente e o gabinete 10 de março e parlamento, e a imprensa como representante da opinião nacional. Liberdade! [...]”; “São Paulo, 13. Estão projectadas 3 marchas civicas: em honra do Sr. Senador Prado, Dr. Antonio Bento e **Luiz Gama**. Continua o entusiasmo. [...]”; “Ouro Preto, 13. O *Liberal Mineiro*, que se bate franca e abertamente pela abolição desde os tempos do mais ferrenho escravismo, congratula-se com a imprensa da corte n’este dia em que se consagra na lei a igualdade do cidadão.”; “Campinas, 13. Esta redacção congratula-se com a imprensa da corte pela libertação do Brazil. (Diário de Campinas).”; “Barra Mansa, 13. Grande multidão percorrendo as ruas. Vivas aclamações o entusiasmo geral. Musicas, foguetes. Grandes festas. (Eugenio Marcondes).”; “De Rezende recebemos o seguinte telegramma: A hora em que passamos este telegramma, o povo manifesta o maior entusiasmo pela sancção da magna lei, e percorre as ruas dando vivas a Sua Alteza [...] e aos denotados luctadores da campanha abolicionista.[...].”³⁷

As “Tragédias de Pariz”, folhetim de Xavier de Montepin, publicado diariamente na primeira página do jornal³⁸, nesse 14 de maio, é deslocado para a segunda página, mas sem prejuízo de espaço. Foi a única publicação literária do dia que não mencionou o episódio jurídico e político. A terceira página continua com o mote e até “Fanfreluches”, publicação literária diária e um tanto irônica, assinada por Pedro Malazarte, e constantemente publicada na primeira página da *Gazeta*, registra o acontecimento:

³⁷ Todas as transcrições são da GN, 14 de maio de 1888, p. 2 (grifo nosso). Merece atenção a menção à Academia de Direito de São Paulo, o que reitera o envolvimento estudantil à época; e a homenagem a Luiz Gama, importante peça no universo jurídico abolicionista paulistano, que também recebeu homenagem em poema publicado em 18 de maio.

³⁸ Ao longo do período analisado, houve outros deslocamentos do folhetim, mas, na maioria das edições, esteve presente na primeira página do periódico. Interessante a referencia à capital francesa em muitas partes do jornal, inclusive anúncios de produtos de higiene pessoal, armarinho e peças de teatro, como “Os mysterios de Pariz”.

“Viva! Viva! Bravo! Bravo!
Finalmente!... Finalmente!
O Brasil feliz, contente,
Já não tem um só escravo! [...]”³⁹

Segue, ainda na terceira página, após telegramas enviados do exterior, e que não trazem notícias sobre a abolição, o poema intitulado “Ave libertas!”, assinado por Antonio Lopes Cardoso e que parece ter sido escrito especificamente para prestar homenagem ao processo culminado: “Findou a luta! Os hymnos da victoria / Como sonora luz fulgem no espaço! / Recebe a Liberdade em seu regaço [...]”⁴⁰ e, em seguida, consta uma estranha publicação, anônima, que se inicia com “13 de maio / Não é o dia d’este anno que significa factos importantes em nossa história”⁴¹. É curiosa essa reação aos festejos, pois enumera, após a citada epígrafe, acontecimentos variados da história do país, sem mencionar, em nenhum momento, leis abolicionistas. Trata-se, tudo indica, de um anti-abolicionista⁴².

A quarta página, inteira de anúncios, também se insere nos festejos com publicações como a que segue: “Abolição / Alugam-se para as festas da libertação dos escravos, por preços módicos, bandeiras, signos, galhardelas [...] e muitos outros objectos para bailes, casamentos, etc. [...] a rua dos inválidos n. 41.”, outras propagandas, no mesmo sentido, apareceram até o dia 18: “Festas da Abolição / Vestidos feitos [...]”⁴³. Pois bem, fica nítido que o periódico todo exaltava o acontecimento, registrando-o para a posteridade.

Mas, teria sido sempre assim? Festas, vivas e aclamações. Flores, bandas e pássaros. Uma publicação do dia 14 de maio de 1888, pelo teor do que foi lido até o momento, não pode ser fonte isolada. Se recuados alguns dias e avançados outros, constata-se que o

³⁹ GN, 14 de maio de 1888, p. 2.

⁴⁰ Segue o texto integral: “Findou a luta! Os hymnos da victoria / Como sonora luz fulgem no espaço! / Recebe a Liberdade em seu regaço / Santos troféus de imorredoura gloria. // Na pagina mais nítida da historia / A mão de um anjo, em caracteres de aço, / Escreve a data que de sangue um traço / Tenue não [ilegível] manche-lhe a memoria! // **Não ha mortos no campo de batalha**, / Mas rediviva raça, que a Justiça / Da morte – Escravidão – desamortalha. // Bemditos os que entraram nesta liça, / Usando da Razão como metralha / Para derrotar a sórdida cobiça! / Antonio Lopes Cardoso”. GN, 14 de maio de 1888, p. 3 (grifo nosso). O teor pacífico com que se descrevia o processo chama a atenção, pois demonstra ser elemento servil desconsiderado como sujeito na luta, o que a historiografia mais recente já tratou de desmistificar.

⁴¹ GN, 14 de maio de 1888, p. 3. Entendo estranha a publicação pois, em meio aos festejos e alarde geral, chama a atenção do leitor uma publicação que diminui a importância da data para a história do país. Claro, sendo uma publicação de um colaborador constante da GN, imagino que se tratava de uma crítica aos festejos.

⁴² Embora de cunho abolicionista, o jornal publicava informações contrárias à abolição. Das datas trazidas pelo texto, a única que considero realmente relevante é a da criação da Imprensa Regia, em 1808.

⁴³ GN, 14 de maio de 1888, p. 4. E GN, 18 de maio de 1888, p. 4. Em trabalho apresentado, no I Encontro de Pesquisa em História (EPHIS), da UFMG, em 2012, sobre categorias e anúncios, discorri sobre a constante presença da “cor” (“branco”, “de cor”; “pardinho” etc.) em anúncios de procura e oferta de mão-de-obra no periódico. Conferir em <https://sites.google.com/site/ephisufmg/anaais>, V. 1, p. 277-292.

debate abolicionista esteve presente no cotidiano da época, mas de forma sutil⁴⁴, e foi ganhando espaço à medida que se tornou iminente a abolição. Da mesma forma, após o advento da Lei, pouco se debateu sobre o assunto e suas consequências, sobretudo, em razão do novo tema que rondava a política da época: a República, muito embora foram constantes os registros de festejos. Como encarar esses apontamentos? Em quais esferas há reais mudanças, já que foi registrada com apreço a alteração legislativa e argumentado o fim da “mácula”⁴⁵ escravista e apregoada a “igualdade do cidadão”⁴⁶?

Toma-se, como fio condutor para leitura da *Gazeta*, as oito primeiras crônicas da série *Bons Dias!*, publicada anonimamente no periódico em questão e, posteriormente, atribuída a Machado de Assis. A série é elemento central neste trabalho por realizar aguçada leitura do jornal em que se encontra, interagir com o suporte, e registrar com primor o debate à época. Assim, a pesquisa parte do dia 5 de abril de 1888, até o dia 27 de maio de 1888, em busca de excertos do jornal que nos dão indícios de como ocorreu, ou melhor, de como foi registrado, o processo de abolição, seus debates e consequências nessa folha peculiar. Esta primeira parte do trabalho é considerada, portanto, um inventário de informações.

São abordadas, no capítulo primeiro, características do periódico que serve de fonte para a pesquisa. Conhecer a história da *Gazeta de Notícias*, sua inserção na história dos impressos, seu posicionamento político, seus colaboradores e – por que não – seu desenho, é condição *sine qua non* para realização da análise do jornal. No mesmo capítulo, são separados excertos (i) que melhor traduzem o envolvimento do jornal com as questões do país; bem como aqueles (ii) que parecem fieis às concepções da sociedade da época acerca do debate jurídico – favoráveis ou contrários à abolição –; além dos (iii) que comprovam a circulação do jornal, portanto, das informações publicadas. Guardam-se as notícias numa gaveta, a ser aberta na leitura do capítulo segundo, tal como parece ter feito Machado de Assis, à época, para a confecção da série de crônicas *Bons Dias!*.

⁴⁴ Por se tratar de periódico de viés abolicionista, sempre houve a presença do tema, inclusive com colaboração de Machado de Assis, desde as crônicas “Balas de Estalo”, publicadas em 1884. No entanto, pelo recorte temporal da pesquisa ser os meses de abril e maio, foi realizada a leitura da folha desde o início do ano, e poucas vezes apareceu com tanta força o tema naquele ano.

⁴⁵ Conferir: “por caber-lhe a glória de assignar a lei que apaga dos nossos códigos a **nefanda mácula da escravidão**.” *GN*, 14 de maio de 1888, p.2. Grifo meu.

⁴⁶ Essas questões são suscitadas a partir da já transcrita publicação da *GN*, 14 de maio de 1888, p. 2: “Ouro Preto, 13. O *Liberal Mineiro*, que se bate franca e abertamente pela abolição desde os tempos do mais ferrenho escravismo, congratula-se com a imprensa da corte n’este dia em que se consagra na lei a **igualdade do cidadão**.”. Grifo meu.

Já no capítulo segundo, as crônicas abolicionistas ganham centralidade e, por conseguinte, são apresentadas algumas características de Machado de Assis, principalmente no que tange à sua performance política. No entanto, essa análise sobre o escritor não é o foco do estudo. É explicada a razão: além de ter sido a série, à época, publicada anonimamente, o intuito desta pesquisa é investigar informações veiculadas em documentos não-oficiais, possivelmente de vozes não pertencentes ao universo jurídico, razão pela qual a exposição que se fará sobre o autor não prevalecerá sobre o conteúdo transmitido pelas crônicas. Ainda no capítulo segundo, são retomadas algumas informações – garimpadas ao longo dos meses de abril e maio na *Gazeta de Notícias* – que guardam relação com as crônicas analisadas. Busca-se a interação existente entre essas diferentes falas, o que, no mesmo sentido deste estudo, revela uma circulação de informações plurais a compor a cultura jurídica do recorte espaço-temporal.

Ao final desta primeira parte, será finda uma leitura da fonte que possibilita debater as hipóteses da dissertação, que serão apresentadas na segunda parte e na conclusão: de que há uma composição mais ampla da cultura jurídica do que até agora trabalhada na história do direito brasileira; e de que o Brasil não estava plenamente livre.

A ABOLIÇÃO NO BRAZIL

Prestito Escolar

A Abolição no Brasil.

CARRO DA IMPRENSA.

Todas as fotos são de Antônio Luiz Ferreira e foram digitalizadas a partir da obra de Pedro e Bia Corrêa do Lago⁴⁷.

⁴⁷ Conferir LAGO, P. e B. (2008), *Coleção Princesa Isabel. Fotografia do século XIX*. pp. 303; 301; 294; e 298.

Capítulo I

Gazeta de Notícias

Estudos sobre impressos abarcam diversas plataformas, buscam dialogar com diferentes campos do conhecimento e almejam aclarar questões relativas a personagens; períodos; lutas; tecnologias; economia; circulação; várias especificidades, enfim. *A ordem dos livros*, de Roger Chartier⁴⁸, é exemplo dessa pluralidade: da discussão sobre os leitores, ao esclarecimento de projetos de bibliotecas na Europa moderna, a obra traz questões que envolvem o universo da leitura. Isso acontece não só com o estudo de livros, mas de impressos em geral, tais como folhetos, panfletos, jornais, atas, cartas etc.

O início deste capítulo apresenta, sumariamente, a escolha de um periódico como fonte, inclusive os problemas metodológicos enfrentados ao longo da pesquisa. Posteriormente, discorre-se sobre a *Gazeta de Notícias*: dados relativos à sua fundação; aos seus colaboradores; ao seu desenho; à sua circulação, para então serem inventariadas e analisadas as informações veiculadas. A leitura desse conjunto revela uma possível performance do jornal em relação ao acontecimento objeto deste estudo: a abolição do trabalho escravo; ou, mais uma vez, a questão sobre se estaria realmente livre o país, além de embasar a hipótese acerca da pluralidade de tipos a compor a cultura jurídica.

A opção por um periódico como fonte desta pesquisa relaciona-se com o papel crucial que a imprensa teve no país, desde seu inicial trânsito, no século XIX⁴⁹; e por ser considerada “a imprensa [...] um complexo agente histórico”⁵⁰, já que portadora e difusora de diferentes vozes e ideias. Muito embora haja discussão acerca de que vozes eram essas e qual o alcance dos periódicos, Marco Morel registra que se trata do surgimento da opinião pública, sendo essa portadora de dois sentidos:

“Ou era vista como ‘rainha do mundo’, fruto da elaboração dos sábios ilustrados e enciclopedistas, como sinônimo da soberania da razão, isto é,

⁴⁸ Conferir CHARTIER, R. (1994) *A ordem dos livros*. Exemplo de trabalho sobre a história de impressos (circulação, leitura e mercado) no Brasil é o trabalho de DEAECTO, M. M. (2011), *O Império dos livros*.

⁴⁹ Por se tratar de período relativamente afastado do debate abolicionista, questões sobre o surgimento da imprensa, em 1808, no Brasil, podem ser especificamente averiguadas em MOREL, M. (2005) *Independência no papel: a imprensa periódica*, e (2008) *Os primeiros passos da palavra impressa*; MACHADO, H. F. (1991), op. cit., SODRÉ, N. W. (1999), op. cit.; e BARBOSA LIMA SOBRINHO, A. J. (1997) *O problema da imprensa*.

⁵⁰ MOREL, M. (2005), op. cit., p. 2.

uma simbiose entre o reino da opinião e a república das letras. Ou então num sentido mais jacobino ou revolucionário, afirmada como resultado da vontade da maioria de um povo, que se expressava através da participação de setores da sociedade em agremiações e organizações políticas, ou seja, vinculada à ideia de democracia direta.”⁵¹

Machado de Assis registra a importância da imprensa no mesmo sentido, entendendo o jornal como “reprodução diária do espírito do povo, o espelho comum de todos os fatos e de todos os talentos, onde se reflete, não a ideia de um homem, mas a ideia popular, esta fração da ideia humana.”⁵². Essas considerações vão ao encontro do foco deste estudo, pois são perquiridas novas fontes para composição da cultura jurídica, fontes que não sejam oficiais ou especializadas. No entanto, tem-se claro que, à época, aqueles que compareceram às redações, mesmo que portadores de informações de núcleos diversos, faziam parte de um restrito espaço letrado, o que nos faz ler com ressalvas as citações, que parecem enaltecer a imprensa como portadora de uma coletividade difusa, sem restrições. Necessário registrar que a utilização da terminologia *letrado* é feita em sua concepção mais abrangente, o que significa nela estar inserido qualquer homem de letras, além do bacharel, já que, à época, alguns dicionários entendiam tais expressões como sinônimas⁵³.

A composição das redações por letrados é ratificada por Morel, que adverte: “[...] nem só de retórica bacharelesca viveu a imprensa condoreira do Segundo Reinado.”⁵⁴. Esse apontamento é feito uma vez que há disseminado entendimento a respeito da quase exclusiva ocupação, por bacharéis, do meio letrado e jornalístico. Machado de Assis é prova máxima de que havia colaboradores de fora do ambiente jurídico. Ou seja, pela presença desses letrados, a fonte analisada, embora não seja oficial, também não está em campo absolutamente vulgar ou leigo. Essa nota⁵⁵ poderia enfraquecer a tese a respeito de uma composição mais plural da cultura jurídica, mas que de fato não acontece em virtude da pesquisa se focar na busca por um documento escrito não-oficial ou não exclusivamente advindo do universo jurídico.

⁵¹ MOREL, M. (2008), op. cit., p. 33-4.

⁵² ASSIS, M. (2011) *O jornal e o livro*, p. 49.

⁵³ Registro que a opção de usar o termo letrado com tal concepção foi questionada pelo orientador, que prefere o uso do termo de acordo com o dicionário da época, que restringe “letrado” ao bacharel.

⁵⁴ MOREL, M. (2008), op. cit., p. 62.

⁵⁵ A mesma ressalva será feita a Machado de Assis. Embora não tenha cursado Direito, não se o pode considerar leigo, já que atuou na burocracia pública, ocupou cargos proeminentes, e trabalhou inclusive com questões abolicionistas. Conferir CHALHOUB, S. (2003), *Machado de Assis, historiador*.

Em relação ao alcance dos periódicos, não há consenso na historiografia. Há quem vincule, à grande taxa de analfabetismo⁵⁶, a impossibilidade de obtenção de informações, enquanto outros creditam ao poder de leitura, junto do repasse oral, a divulgação das ideias registradas nos impressos, já que a “A circulação de palavras – faladas, manuscritas ou impressas – não se fechava em fronteiras sociais e perpassava amplos setores da sociedade que se tornaria brasileira, não ficava estanque a um círculo de letrados [...]”⁵⁷. Morel defende que “Havia cruzamentos e intersecções entre as expressões orais e escritas, entre as culturas letradas e iletradas.”⁵⁸

Dessa forma, este trabalho filia-se à corrente que privilegia a estrutura⁵⁹ da imprensa no país, por crer que, mesmo com as dificuldades de leitura e até de transporte dos periódicos para diferentes regiões, houve difusão de informações. Mais à frente, ao inventariar as publicações, muitas delas serão telegramas. A partir deles, foi possível mapear de onde vinham informações e prever onde o periódico era lido⁶⁰. Além desse presumido alcance, não se pode deixar de explorar a influência da imprensa sobre os debates políticos e até doutrinários no país⁶¹, sobretudo a questão abolicionista⁶², amplamente veiculada na imprensa desde a década de 1870⁶³.

Conforme defende Morel, “O espaço privilegiado para a divulgação dessas ideias era naturalmente a imprensa. Os abolicionistas consideravam os jornais os documentos mais

⁵⁶ Em relação à taxa de analfabetismo, José Murilo de Carvalho registra que “Entre a população escrava o índice atingia 99,9% em 1872. (...) em 1920, 30 anos mais tarde, os analfabetos ainda representavam 76% da população total.” CARVALHO, J. M. (2011) *A construção da ordem: a elite política imperial*, p.79.

⁵⁷ MOREL, M. (2008), op. cit., p. 25.

⁵⁸ MOREL, M. (2008), op. cit., p. 39. No mesmo sentido, argumenta Humberto F. M.: “A leitura dos textos em voz alta facilitava a circulação das idéias. Numa sociedade marcada pelo analfabetismo, os periódicos eram mais ouvidos que lidos, mais vistos que lidos. O aumento do público leitor ocorria em função de uma verdadeira “leitura de ouvido”. Assim, as idéias abolicionistas eram difundidas mesmo para os analfabetos.” MACHADO, H. F. (2003) *Imprensa e abolicionismo no Rio de Janeiro*, p. 3. Conferir também Machado, H. F. (1991), op. cit., p. 18.

⁵⁹ Nesse sentido: “Outra novidade, com impacto a nível local: os pontos-de-venda e circulação da imprensa como espaços urbanos significativos nas principais cidades brasileiras em princípio do século XIX. As tipografias e as primeiras livrarias eram habitualmente frequentadas por redatores e leitores: conversas, contatos, laços de solidariedade política, local de fazer compras. Pontos-de-venda dos impressos, leituras coletivas e cartazes e papéis circulando de maneira intensa pelas ruas incorporam-se ao cotidiano da população.” MOREL, M. (2008), op. cit., p. 38. Conferir também MOREL, M. et alli (2003) *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*, pp. 77-80).

⁶⁰ Conferir representações gráficas em páginas 83; 84; e 85.

⁶¹ Conferir: “A imprensa era, na verdade, um fórum alternativo para a tribuna” CARVALHO, J. M. (2011), op. cit., p. 54; e “A imprensa foi um fator predominante na criação e desdobramento das doutrinas.” BARBOSA L. S. (1997), op. cit., p. 93.

⁶² Conferir MOREL, M. (2006), op. cit. pp. 142 e 151 e (2003) op. cit., p. 89; NABUCO, J. (2000), *O Abolicionismo*, p. 87.

⁶³ Conferir MACHADO, H. F. (1991), op. cit., pp. 12-14.

importantes para denunciar as mazelas do cativeiro.”. Nessa passagem, Morel faz referência a Joaquim Nabuco em *O Abolicionismo*:

“Se o Brasil fosse destruído por um cataclisma, um só número, ao acaso, de qualquer dos grandes órgãos da imprensa, bastaria para conservar sempre as feições e os caracteres da escravidão, tal qual existe em nosso tempo. Não seriam precisos outros documentos para o historiador restaurá-la em toda a sua estrutura e segui-la em todas as suas influências.”⁶⁴

A *Gazeta de Notícias*, periódico fundado em 1875 por Ferreira de Araújo, além de abrigar a série de crônicas que conduzem esta investigação, foi considerado o “principal jornal antiescravista da Corte” por Humberto Fernandes Machado, em sua tese *Palavras e brados: a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro 1850-1888*⁶⁵, cuidadoso estudo sobre o percurso de José do Patrocínio na imprensa da Corte, e que traz apontamentos sobre o período abolicionista.

Algumas características do jornal colaboram para a difusão de suas informações e seu grande alcance. Em relevo: possuiu uma das maiores tiragens do país à época – 24.000 exemplares –, e foi vendido a preços módicos – 40 réis, para edição avulsa, valor acessível se comparado com o *Jornal do Commercio*, cujo valor era de 100 réis⁶⁶. E, ainda, não era considerado o jornal “oficial”⁶⁷ do Império, o que o coloca, mais uma vez, em oposição ao *Jornal do Commercio*, e que auxilia no trabalho de busca por pequenos fatos e publicações, como festas, quermesses, peças de teatro, anúncios e textos literários aparentemente sem expressão, mas que, em conjunto, revelam importância para o debate abolicionista⁶⁸.

Serão apresentadas, agora, de forma sumaria, as características do jornal que puderam ser identificadas a partir da observação do conjunto publicado em abril e maio de 1888. A exposição se faz de forma qualitativa. São informações gerais relativas ao periódico, tendo como base o dia 7 de abril de 1888, cuja réplica encontra-se nas páginas 40-43.

⁶⁴ Conferir NABUCO, J. (2000), op. cit., p. 87. Humberto F. M. também faz referência a este trecho de Nabuco. Conferir MACHADO, H. F. (2003), op. cit., p. 4.

⁶⁵ Conferir MACHADO, H. F. (1991), op. cit., p. 236.

⁶⁶ Para detalhes a respeito do *Jornal do Commercio*, conferir SODRÉ, N. W. (1999), op. cit., p. 224; MACHADO, H. F. (1991), op. cit., p. 25; e AGUIAR, M. B. (2003), op. cit., p. 58-60.

⁶⁷ Conferir: “Talvez o *Jornal do Commercio* seja, por sua antiguidade e linha conservadora, a melhor representação do jornalismo oficial do Império. Sua história se confunde com a do próprio Reinado, abrigando os jornalistas mais expressivos do período, decisivo nas questões comerciais do país.” MOREL, M. (2008), op. cit., p. 52.

⁶⁸ Conferir MACHADO, H. F. (1991), op. cit., p. 23.

- Número de páginas: 4 (quatro) ou 6 (seis) páginas, sendo comum 6 (seis) aos domingos (há exceções, como o dia 3 de maio de 1888, que contava com oito páginas);
 - Periodicidade: jornal diário, de domingo a sábado;
 - Valor: 40 réis o jornal avulso; 6.000 réis o semestre e 12.000 réis o ano (para a Corte); 8.000 réis o semestre e 16.000 réis o ano (para as províncias). O fato de possuir um valor apenas de assinatura, e não avulso, para as províncias demonstra que o jornal circulava fora da Corte de forma intensa, embora talvez com destinatários específicos (os assinantes. Seria demais presumir que o jornal era assinado e revendido nas províncias; hipótese que não deve ser também descartada);
 - Tiragem: 24.000 exemplares – a segunda maior entre os principais jornais da época: *Jornal do Commercio*; *O País*; e o próprio *Gazeta de Notícias*;
 - Informações de cabeçalho na primeira página:
 - 1ª. linha: ano; cidade; data; e número de edição;
 - 2ª. linha: valor da assinatura para a Corte; endereço do escritório; título; valor da assinatura para as províncias; e endereço da tipografia;
 - 3ª. linha: preço do nº avulso; nome do proprietário do jornal e tiragem; preço do nº avulso; e as informações de que “As assignaturas começam em qualquer dia e terminam em fim de março, junho, setembro ou dezembro” e que “Os artigos enviados á redacção não serão restituídos ainda que não sejam publicados”⁶⁹
 - Informações de rodapé: o jornal não possui rodapé em nenhuma página;
 - Informações de cabeçalho nas demais páginas: linha única contendo, à esquerda, número da página; e, ao centro, nome do jornal e data (quando página par); e, à direita, número da página (quando página ímpar).
- As seções, que muito se alteraram ao longo do período analisado, podem ser sumariamente elencadas e localizadas:

⁶⁹ Curioso que, em 29 de abril, o jornal publicou: “Correspondências / Sr. Vicente R – Os seus versos – o Sr. diz que são versos – cá estão e cá ficarão. Apesar de ser contrário ao que se lê no cabeçalho d’esta folha, estamos prontos a restituir-lh’os: salva-se d’aquillo tudo uma cousa – a caligrafia, que naturalmente o sr. cultiva com amor, com muito mais amor do que a poesia.” GN, 29 de abril de 1888, p. 2. Creio se tratar, pelo que indica a leitura da seção, de respostas a diversos tipos de correspondências recebidas pela *Gazeta*. Dessa informação, infiro o cuidado do jornal ao publicar as informações.

“Canhenho” ⁷⁰	1ª ou 2ª páginas
“Fanfreluches”	1ª página
“O Atheneu”	1ª página (parte superior)
“Libertações” ⁷¹	1ª e 2ª páginas
“Telegrammas”;	2ª página
“Avisos”	2ª página
“Publicações a pedido”	2ª página
“Declarações”	2ª ou 3ª páginas
“Folhetim”	1ª, 2ª ou 3ª páginas
“Theatros e...”	2ª página
“Armada”	1ª ou 2ª páginas
“Parte Commercial” ⁷²	3ª ou 2ª páginas (ou até na 5ª)
“Annuncios” ⁷³	Início na 3ª ou 4ª páginas
“Jury”	2ª ou 1ª páginas
“Chronica da Semana”	1ª página
“Exército”	1ª ou 2ª páginas
“Armada”	1ª ou 2ª páginas
“Exército”	1ª ou 2ª páginas

⁷⁰ É ausente a publicação nos dias em que são publicadas as crônicas *Bons Dias!*

⁷¹ Embora não seja seção fixa, durante o período sob análise, a seção apareceu em quase todos os dias de abril e maio de 1888.

⁷² O que denota não ser o foco do jornal.

⁷³ Na seção de anúncios, comum referência a “livros” e “livros de direito” (GN, 10 de abril de 1888, p. 4).

“Sua Majestade”	1ª página
“Edital”	3ª página
“Câmara Municipal”	2ª página
“Chronica da semana”	1ª página
“Eleição”	1ª página
“Boletim parlamentar”	1ª página
“Bons dias!” ⁷⁴	1ª página
“Imigração” ⁷⁵	1ª página

Necessário registrar que, entre as seções “fixas” ou constantes, sem uma delimitação nítida, há notícias esparsas, sobre fatos cotidianos e oficiais, que foram anotadas inclusive por apresentarem importância para o universo jurídico e sua cultura, como notícias de sentenças estrangeiras a serem executadas no país; despachos judiciais; júri; crimes; prisões; nomeações etc.⁷⁶, muitas dessas publicações, pelo caráter oficial que possuem, não foram transcritas para o texto dissertativo, que busca fontes não-oficiais para ilustrar a cultura jurídica da época. Artigos sobre o regime escravocrata e sua abolição eram constantes, mas também não foram considerados seções em virtude de aparecerem de forma pontual ao longo do periódico, ou inseridos em seções já estabelecidas, com exceção da seção “libertações”, que aparece pela primeira vez em 4 de abril de 1888.

⁷⁴ São exceções os dias 11 e 19 de maio de 1888, quando a crônica foi publicada na 2ª página.

⁷⁵ Interessante notar como, a partir do explícito debate parlamentar acerca da abolição, começa o jornal a trazer como tema a imigração de mão de obra.

⁷⁶ A título de exemplo, algumas notícias, de apenas um dia da *Gazeta*, são transcritas: “As 8 ½ horas da manhã de ante-hontem, foi preso na rua do Commercio, no curato de Santa Cruz, o preto Francisco Alves de Paula, vulgo Perigoso, em virtude de mandado expedido pelo Sr. Dr. Juiz de direito do 1º. Districto criminal.”; “Segundo a última contagem, verificou-se que a Biblioteca Nacional possui 80,000 volumes encadernados.”; e “Concedeu-se exequatur para execução de sentença do juiz de direito da comarca do Amarante, no reino de Portugal, habilitando Antonio Jose Macedo e Joaquina Macedo, unicos e universaes herdeiros de seu irmão Joaquim José de Macedo, falecido n’esta corte.” *GN*, 29 abril 1888, p. 1 e 2. Não posso deixar de registrar que expressões coloquiais do universo jurídico também apareciam, muitas vezes com ironia, como “Bifou Maria Antonia a quantia de 128 [...] A polícia, porém, pilhou-a mesmo com a bocca na botija, e deu-lhe pouso no xadrez.” (*GN*, 17 abril 1888, p. 1); e “[...] não pode se conter e bifou tudo, pelo que foi direitinha para o chilindró.” (*GN*, 18 abril 1888, p. 1). Atos administrativos, como “Passou-se diploma habilitando o bacharel Leopoldino Martins Meira de Andrade ao cargo de juiz de direito.”, constaram na folha com frequência, mas, por não se tratar de jornal oficial, eram trazidos como pequenas notas. Conferir *GN*, 15 abril 1888, p. 1.

Considerou-se, no início da pesquisa, indicar tipologias a que pertenceriam as publicações, mas, por serem bastante fluidas algumas informações, optou-se por não segmentá-las. Assim, não há uma distinção, para o leitor – à época e atual –, entre o que teria sido uma notícia enviada por um particular; pelo poder público; ou lançada pela redação do jornal, tampouco foram feitas distinções entre publicações burocrática; pessoal; cultural; ou comercial. Claro, não houve a separação das publicações dessa forma, mas consegue-se distingui-las pela leitura. O que importa é o conteúdo da informação, mormente por se tratar de jornal não-oficial da época.

É ressaltado que, para as temáticas escravatura; abolição; e direito, as publicações recolhidas concentram-se nas primeiras duas páginas do jornal, algumas vezes aparecem na terceira e, raramente, a partir da quarta página, quando se intensificam os anúncios. É importante atenção ao desenho do jornal e ao local em que se inserem as publicações para entender a relevância dada a algumas delas, o que influencia nas leituras, tanto da época, quanto atual, já que a análise sugere que a primeira coluna da primeira página era ocupada por um “editorial”.

Realizadas essas considerações mais gerais sobre o periódico em questão, foram selecionados e, portanto, são aqui transcritos e interpretados, alguns trechos ou textos completos, que são caros à pesquisa, mais pela peculiaridade das informações que trazem do que pela constante aparição durante o tempo designado. Neste momento, é assinalada a opção metodológica de não trazer o debate sobre os Gabinetes imperiais (em verdade, suas disputas e composição), e ideologias políticas, por entender que a temática abolicionista se sobrepõe ao tema, o que se justifica por meio de publicações da própria fonte, que merecem transcrição quase integral:

“Manifesto / A Confederação Abolicionista cumpre um dever dizendo o que pensa a respeito do pleito eleitoral do dia 19 do corrente. / A propaganda abolicionista faz-se fora das preocupações partidárias de systema de governo e de escolas politicas. / A princípio, nenhum dos partidos quis encarregar-se d’ella. [...] / **Nenhum partido servia de centro planetário á abolição, todos foram gravitados por ella.** / A abolição carecia de forças nas urnas, que, entregues ao seu pendor natural, derrotavam Joaquim Nabuco, Homem de Mello, Joaquim Serra e Ruy Barbosa. [...] / A urna era francamente reaccionaria. / O meio impunha, pois aos estadistas o sacrifício temporário dos seus sentimentos pessoais [...]. / A verdade inteira a respeito da abolição é que o parlamento e o imperador quizeram sempre mais que o eleitorado; e mais de uma vez

viram-se obrigados a transigir com eles, para não dar o caracter de um golpe de Estado á lei abolindo a escravidão. [...].”⁷⁷

“Abolição e República / [...] Pela declaração firmada pelos membros do Club Republicano Rio-Grandense, dou-me por eliminado do referido club, por ter eu, **como abolicionista republicano**, infringido não só as luzes do mesmo, como também a do partido, **recommendo publicamente uma candidatura monarchica** [...] / Se o Sr. conselheiro Ferreira Vianna, cuja candidatura tive a honra de recommendar como presidente da Confederação Abolicionista, veio ao encontro da grande idea que eu sempre defendi e que não pode deixar de ser acatada pelos verdadeiros republicanos, o meu procedimento foi corretíssimo. [...] / Para esse fim pouco me importa militar ao lado dos homens que são chamados de monarchistas, [...] / João Clapp.”⁷⁸

Ao serem seleccionadas as publicações relevantes, foi obtido um grande número de informações que, se transpostas em sua totalidade para o texto final do estudo, causariam desconforto ao leitor e prejudicariam a fluidez do texto. Assim, são aqui apontadas as consideradas mais importantes ou interessantes, para o pesquisador, em virtude da surpresa que causaram no momento da leitura, e registrado que algumas – sobretudo publicações de libertações; e anúncios de comemorações após a promulgação da lei – repetem-se exaustivamente. Quanto às crônicas, como serão analisadas no próximo capítulo, ficarão ausentes destas primeiras transcrições.

⁷⁷ GN, 18 abril 1888, p. 2, grifo meu.

⁷⁸ GN, 07 de maio de 1888, p. 2, grifo meu.

Os excertos selecionados foram separados não de forma cronológica, e sim agrupados de maneira que sugerem (i) o envolvimento do jornal com a questão escravagista/abolicionista, e o espaço destinados ao assunto na folha; (ii) as concepções da sociedade da época acerca do debate jurídico – favoráveis ou contrários à abolição –; e (iii) a circulação do jornal, e, portanto, das informações publicadas. Dentro de cada um desses itens, a ordem das citações é, em sua maioria, cronológica, com o intuito de demonstrar o perfil das publicações a medida que se aproxima da abolição. É de se crer que, dessa forma, o leitor, diante de um trabalho conciso, consegue compreender melhor o peso das informações colhidas ao longo da pesquisa, ficando claro que, as citações do primeiro grupo são as de maior número, já que grande parte dos excertos são editoriais do jornal; e as do terceiro grupo são as de menor peso, pois, de alguma forma, publicações que remetem a localidades aparecem nos outros grupos também. As referências à data são feitas por meio de notas e, quando importante para análise, é trazida a informação para o corpo textual.

(i) as concepções do jornal.

A primeira série de registros, referentes à questão abolicionista, encontra-se, predominantemente, na primeira página do periódico. Embora com formatos diversos, algumas das publicações podem ser consideradas como “editoriais” do jornal. Muitas são emitidas na primeira pessoa do plural, o que caracteriza a *Gazeta* como o emissor da informação, quando, por exemplo, narra o periódico informação prestada pelo próprio jornal em data anterior, seja por meio de telegramas recebidos, publicados, ou notícias veiculadas, advindas de terceiros. São muitas as exposições sobre o tema, razão pela qual foram escolhidas apenas algumas, pela relevância de data ou conteúdo, como as que seguem:

“O Projeto de abolição / Um telegrama de **nosso correspondente de São Paulo** deu ha poucos dias a noticia de que o Sr. Conselheiro Antonio Prado estava elaborando o projeto de abolição do elemento servil. / Hontem, os nossos ilustres colegas da *Província* tiveram a gentileza de nos communicar telegraphicamente que publicavam o projecto. A autoridade do nosso collega, dirigido pelo critério do eminente jornalista Rangel Pestana, dá poderosas garantias quanto á procedencia dos lineamentos

do projecto, e a sua **publicidade** faz honra a reportagem do jornal paulista.

[...] **Pela nossa parte, reservamo-nos o direito de criticar e combater** alguns detalhes , que não podemos com antecedencia conhecer , recebemos com applausos as disposições geraes do projecto, que **será apresentado ao parlamento em maio**, logo nas primeiras sessões.”.⁷⁹

As partes grifadas são as que chamam mais a atenção para a análise feita nesta pesquisa: além da circulação das informações entre os periódicos no país, pela primeira vez, está registrado, na *Gazeta*, de forma muito nítida, a existência do projeto, inclusive ao publicar a data de possível apresentação ao parlamento. Essa informação é relevante, pois excertos dos mais interessantes foram coletados da secção “libertações” (criada em 4 de abril de 1888), que fazem parecer os senhores se adiantar, e muito, ao projeto, o que será tema de crônica machadiana. Relevante, também, o posicionamento do periódico quanto à possibilidade de criticar o projeto. O texto publicado é longo e possui grande parcela ilegível, já que se insere na coluna mais à esquerda do jornal, já deteriorada. Traz, além do já transcrito, informações curiosas: que será dada liberdade “imediate e total” ao escravizados, mas que ainda se discute a “prestação de serviços por mais treze mezes”, o que demonstra a fragilidade do texto legal, que parecia querer contemplar propostas incompatíveis. Curiosa passagem fala em punição para a infração aos preceitos da nova lei, mas, infelizmente, devido ao pedaço arruinado da gazeta, não se pode saber se a pena – “8 dias de prisão e 30 nas reincidencias” – refere-se aos senhores ou aos recém libertos.

A partir de meados de abril, intensifica o jornal o tema abolição em seu editorial, mesmo quando o assunto nuclear são eleições⁸⁰, ou o gabinete de governo. No dia 19 de abril de 1888, publicaram-se muitos textos sobre o assunto, como o de título “Ferreira Vianna”, no qual se defendia o conselheiro para deputado do primeiro distrito da corte, e o aclamava como ministro da justiça. O excerto ainda remete o leitor à publicação do dia anterior, da Confederação Abolicionista, sobre não ser a abolição obra de determinado partido, razão pela qual a eleição de um republicano estaria acima dos embates ideológicos entre liberais e conservadores⁸¹, e clama o jornal pela presença dos eleitores no sufrágio. Na mesma data, em “publicações a pedido”, é veiculado o editorial da *Gazeta da Tarde*, em que se lê:

⁷⁹ GN, 4 de abril de 1888, p. 1, grifo meu.

⁸⁰ As crônicas “Bons dias!” também não deixam de trazer o tema: “... e nada, nem palavra, nada. Ninguém me responde: todos estão com os olhos na eleição do 1º districto. Mas, com seiscentas cédulas! Também eu, acabando d’aqui. Lá irei dar o meu recado, por signal que já o trago decór [...]”.GN, 19 de abril de 1888, p. 2.

⁸¹ Conferir GN, 19 de abril de 1888, p. 1

“O partido liberal não pleiteia a eleição por não haver encontrado um candidato nas circunstâncias de se oppôr vantajosamente ao ministro que pede a reeleição. / Os abolicionistas mais adiantados e que collocam acima de tudo a victoria da causa pela qual pleiteiam por amor de sua ideia e por [ilegível], votam no Sr. conselheiro Ferreira Vianna. / Nós, que não estamos ligados a partido nenhum político [...] não compreendemos que se possa, com justiça hostilizar a reeleição do sr. Ferreira Vianna [...].”⁸²

E também é transcrito o editorial do *Diário de Notícias*, que entendeu ter o partido liberal, por senso político, deixado de apresentar candidato. “conducta digna e que só pode ser censurada por má fé”⁸³.

Conclui-se, portanto, que jornal alimentava-se de outras folhas e também fazia referência às suas próprias publicações. O primeiro caso pode ser conferido nas publicações acima referidas e na que convida os abolicionistas “a ler o artigo que a *Gazeta Nacional* publicou hontem em resposta aos dicterios da Cidade do Rio de Janeiro [...]”⁸⁴. Ou, ainda, quando publica: “Lê-se no Correio Paulistano: ‘Do quadro estatístico complementar da população escrava até 27 de março próximo passado [...] verifica-se que as alforrias averbadas desde 30 de março de 1887 até 20 de março do corrente anno elevam-se no numero de 31.774 [...]’”⁸⁵. Já o segundo caso apresenta-se em inúmeras publicações:

“**Demos hontem noticia** de que para Barra Mansa havia seguido o Sr. Dr. chefe de policia da provincia do Rio de Janeiro, acompanhado de 10 praças do corpo policial, o que, segundo nos haviam dito, levava-o aquella localidade a ingloria missão de impedir a fuga de escravizados. / Informam-nos, porem, que essa autoridade fora á Volta Redonda, a fim de abrir inquérito sobre o assalto de que foi victima o Sr. barão de Monteiro de Barros, bem como para garantir a existência d’esse cidadão que, libertando cerca de 200 escravizados que possuía, levantou contra si as iras de alguns visinhos, [ilegível] dos escravocratas. / Corre também o boato de que andavam libertos em correrias pelo município da Barra Mansa, e deu-lhe certo vulto o facto de seguir pura alli o Sr. Dr. Chefe de policia. Sabemos que esses libertos são ex-escavizados do Sr.. barão de Monteiro de Barros, [ilegível] dia em que esse cavalheiro foi assaltado na estrada, sahiram em defeza de seu ex-senhor, [ilegível] a pé cerca da duas léguas, ate encontra-lo. Esses libertos, que assim deram prova de gratidão, estão trabalhando na fazenda do Sr. Monteiro de Barros e

⁸² GN, 19 de abril de 1888, p. 2.

⁸³ GN, 19 de abril de 1888, p. 2.

⁸⁴ GN, 17 de abril de 1888, p. 1.

⁸⁵ GN, 23 de abril de 1888, p. 2.

mostram-se satisfeitos./ O Sr. [ilegível] Chefe de Policia voltou hontem para Nictheroy, com a força commandada pelo Sr. tenente Tertuliano, e foi acompanhada até aquella capital pelo Sr. barão de Monteiro de Barros.”⁸⁶

É relevante o trecho, pois, além de demonstrar um vínculo de certa maneira íntimo entre o periódico e as notícias, traz uma ideia bastante difundida nas informações colhidas: a gratidão dos libertos em relação aos senhores. Essa relação de gratidão deve chamar a atenção do leitor, pois será constante em diversas publicações, sobretudo nos telegramas, seção que pode ser considerada das mais interessantes no periódico e que certamente embasa o trabalho de Machado de Assis em suas crônicas⁸⁷. Esse reconhecimento da libertação, pelos ex-escravos, tem forte registro no editorial de 24 de abril, quando o jornal noticiou “Libertações em Cantagallo”:

“a grande obra civilisadora da abolição despertou os altos sentimentos patrióticos dos fazendeiros do importante município de Cantagallo, muitos dos quais acabam de libertar os seus escravizados, provando assim que não é aquelle município um baluarte do esclavagismo, como se dizia⁸⁸ [...] / Um **facto que prova a gratidão dos libertos**, deu-se com os da fazenda da Aldeia, de que é proprietário o Sr. visconde de Nova Friburgo; esses libertos enviaram uma comissão ao seu generoso ex-senhor, incumbida de **declarar que desistiam dos salários marcados para a próxima colheita**. / Os da fazenda do Gavião, também do Sr. visconde de Nova Friburgo, com a banda de música Caliope Cantagallense á frente, fizeram uma esplêndida manifestação ao ex-senhor, esplendida pela **gratidão** que elles assim testemunhavam **em nome de todos, declarou um d’elles que jamais abandonariam o seu libertador e que redobriariam de esforços para servil-o**.”⁸⁹

Se não fosse a folha abolicionista e a notícia alocada em espaço usualmente ocupado pelo editorial, poder-se-ia encarar a publicação como irônica, tamanho absurdo é a desistência do salário ou a promessa de sujeição eterna. Mas, deve-se encarar os fatos narrados como realmente importantes para a época, e até mesmo dignos de admiração – mesmo com o projeto de abolição pelo governo já anunciado⁹⁰ – em virtude da nova

⁸⁶ GN, 8 de abril de 1888, p. 1, grifo meu.

⁸⁷ Ver análise da crônica em PP. 99-101.

⁸⁸ É fácil entender porque considerado o município um baluarte da escravidão. Na sequência, a publicação diz que apenas um dos fazendeiros possuía 1909 escravos! GN, 24 de abril de 1888, p. 1.

⁸⁹ GN, 24 de abril de 1888, p. 1.

⁹⁰ No dia seguinte à publicação comentada, em “telegrammas”, lê-se: “Bahia, 21 / Em conversa particular, o Sr. conselheiro Ruy Barbosa declarou que todos os patriotas devem acceitar o art. 1º do projecto do

postura desses senhores, como sugere a publicação sobre libertações em São Gonçalo, MG: “N’uma zona de pequenos círculos ruraes, como essa, tal facto muito anima e encoraja.”⁹¹

A referência às publicações da própria *Gazeta* pode ser aferida ainda nas seguintes passagens: “Por não estar matriculada na collectoria geral de Nictheroy, estea liberta a escravizada de José Carlos de Oliva Maia, de nome Delphina”⁹² e

“A declaração de liberdade publicada ante-hontem n’esta folha, relativa á escravizada de nome Delphina, por não estar matriculada em Nictheroy, não tem valor algum, porque a mesma escravizada se acha matriculada no município noutro, onde o foi sempre, sem que jamais o tivesse sido alli.”⁹³
GN, 12 de abril de 1888, p. 5.

A publicação “Os trabalhadores de amanhã”, também publicada na primeira pessoa do plural e ocupando as duas primeiras colunas no jornal, chama a atenção pois não fala, como se poderia imaginar, diante do título e da abolição já em pauta, sobre a escravidão e a massa de libertos que seria criada. Primeiramente, registra a atuação da *Gazeta* no meio político e jurídico: “Em 1885, em virtude do que **então escrevemos** em relação a menores enviados para as fazendas agrícolas, por intermédio do juizado de orphãos, o Sr. ministro da justiça [...] fez baixar dous avisos [...] **remediando o mal por nós apontado** e por S. Ex. De prompto verificado.”⁹⁴, e traz outro problema que acometia o país – até hoje não plenamente solucionado: a educação do proletariado. É instigante o texto no sentido de que assinalaram a dependência e o limbo em que se encontravam os homens livres pobres⁹⁵, ao mesmo tempo que indicam uma solução meritocrática para a ascensão social, sem problematizar as estruturas sociais que balizam essas relações; e ainda faz o leitor se

ministério, sobre o elemento servil. / Diz, porém, S. Ex. Que os tres mezes de obrigação de serviços devem ser rejeitados, por significarem continuação do captiveiro.”. GN, 25 de abril de 1888, p. 2.

⁹¹ GN, 24 de abril de 1888, p. 2.

⁹² GN, 10 de abril de 1888, p. 3.

⁹³ GN, 12 de abril de 1888, p. 5.

⁹⁴ GN, 17 de abril de 1888, p. 1, grifo meu.

⁹⁵ Conferir, sobre o tema, o trabalho de Maria Sylvia de Carvalho Franco: “O outro caminho trilhado pelo homem pobre teve seu ponto de partida no *caráter prescindível* desse sujeito na estrutura sócio-econômica. Essa existência dispensável levou-o, em última instância, a conceber sua própria situação como imutável e fechada, na medida em que as suas necessidades mais elementares dependeram sempre das dádivas de seus superiores. Assim, em sua vida de favor, a dominação foi experimentada como uma graça e ele próprio reafirmou, ininterruptamente, a cadeia de lealdades que o prendia aos mais poderosos. Desprovida de marcas exteriores, sua sujeição foi suportada como benefício recebido com gratidão e como autoridade voluntariamente aceita, fechando-se a possibilidade de ele sequer perceber o contexto de domínio a que esteve circunscrito”. FRANCO, M. S. C. (1983), *Homens livres na ordem escravocrata*.

questionar sobre a situação dos escravizados, certamente pior. Algumas partes merecem transcrição:

“Não é só com medidas de caridade que se deve olhar para essas crianças, mas principalmente como medida de alta política, preparando uma geração de proletários, robusta no phisico, preparada profissionalmente no intelectual e digna no moral. / Temos diante de nós os filhos adolescentes de cerca de dez milhões de **proletários e analfabetos, monstruosa resultante de uma detestável organização de monopólios, violências e expoliações**, que estão felizmente a acabar, e é para esse pessoal abastardado no phisico, degradado no moral e esterilizado no intelectual, que os poderes públicos não podem deixar de olhar com urgência e com a maior atenção. [...] / O problema não é insolúvel [...] / Concluindo, parece-nos que é necessário para educar os filhos do nosso imenso proletariado **não contar com a caridade e sim com o interesse dos capitães**; o aluno pobre não deve receber nunca uma esmola que o avilta, mas deve poder pagar com o seu trabalho moderado o que recebe da sociedade, e assim nobilitar-se desde os primeiros annos, e preparar-se para a luta pela vida, **gozando de máxima liberdade, e de toda a dignidade de homem livre e de toda a responsabilidade de cidadão**. / O gabinete que [ilegível] hombros a este importante ramo da administração prestará ao paiz o mais relevante dos serviços.”⁹⁶.

O final da passagem é a parte mais delicada, visto que parece vincular o princípio da dignidade ao status de liberdade, que garante também a cidadania. Estariam então os escravizados totalmente afastados, é claro, de uma condição cidadã⁹⁷.

“O supplicio da chibata” foi o tema do editorial de 23 de abril, que narra o fim parcial dos castigos corpóreos, presentes no livro quinto das ordenações do reino, em virtude da independência, em 1822. Não se trata da chibata aplicada apenas aos escravizados e sim aos marinheiros. A publicação se deu em rebate à morte de marinheiro por “febre amarella” (em verdade, pelo que narra o jornal, morreu pelo suplício da chibata e ausência de cuidados médicos a bordo), e declara que

“Como não é possível que uma reforma, entre nós, seja completa e radical, **deixamos como excepção, que ainda podiam ser victimas do**

⁹⁶ GN, 17 de abril de 1888, p. 1, grifo meu.

⁹⁷ No encontro “Cidadania e questão racial no Brasil”, realizado em 30.09.2013, no Instituto Cervantes, SP, por André Botelho e Lilian Schwarcz, foi discorrido sobre o caráter dinâmico do conceito “cidadania”. Os autores entendem que se trata de uma “identidade social politizada” feita por um elemento aglutinador, como o pertencimento determinado por laços e confrontos. Sem querer aprofundar a questão, tomo a palestra para embasar a afirmação de que os escravos, e até os ex-escravos, não estavam, ou demoraram a estar, inseridos na órbita da cidadania, já que as diferenças, antes na esfera civil (escravo/livre – e não o liberto!) passam a ser de ordem natural (negro/branco), com o aporte de teorias científicas.

supplicio da chibata e outros corporaes os três grupos úteis á nação, isto é, os soldados do exército, as praças de pret de mar, e os escravos – n’uma palavra, os que nos defendiam e os que nos sustentavam. [...] / Este supplicio da chibata é uma das nossas grandes vergonhas públicas. [...]”

A notícia de que um juiz, em Rio Bonito, entregou uma escrava ao seu senhor após a cativa ter queixado ao magistrado de maus tratos, ganhou relevo no jornal, que afirma: “admira que, quando se trata da abolição, ainda haja um juiz que assim procede.”⁹⁸. No mesmo sentido, em “publicações a pedido”, lê-se:

“Castigos em escravos – Tendo o Sr. ministro da justiça conhecimento que o juiz substituto de Cabo Frio havia mandado castigar com palmatória uns escravos que foram áquelle magistrado pedir protecção contra os castigos que sofriam, ordenou que fosse o juiz suspenso e processado. / E constando a S. Ex. Pelo processo a que sobre esse facto se procedeu, que o delegado e subdelegado do lugar haviam também castigado os escravos com vergalho, ordenou que fossem demitidas essas auctoridades e se instaurasse contra ellas processo.”⁹⁹.

Intensificam-se essas “denúncias” por parte do jornal, que chega a intitular de “últimos fructos da escravidão” a notícia, em primeira página, de que em fazenda na Parahyba do Sul foi assassinado um escravo pelo seu senhor, o qual ainda mantém “uma infeliz escrava vergada ao peso dos ferros [...] e que outro fazendeiro, seu parente, conserva ha dous mezes no tronco um liberto sexagenário”. Termina a publicação com “Para estes horrores chamamos a atenção do Sr. ministro da justiça.”¹⁰⁰, o qual, duas colunas a frente, é mencionado por ter ordenado a apuração de maus tratos por fazendeiro de Rezende: “Como mudam os tempos!”¹⁰¹. Alguns dias depois, em “publicações a pedido”, o jornal veicula carta dos “rezendenses”, agradecendo ao Sr. ministro da justiça e reiterando que “o interesse escravocrático [...] perdeu a força e a razão de sua logica n’este município, o que muito influirá na apuração dos acontecimentos.”¹⁰² Não se podia esperar grandes mudanças, claro. Nem mesmo a ciência mostrava-se muito adiantada, como pode ser inferido a partir de notícia sobre leitura de estudos na academia de medicina de Pariz, a

⁹⁸ GN, 20 de abril de 1888, p. 1.

⁹⁹ GN, 21 de abril de 1888, p. 4

¹⁰⁰ GN, 22 de abril de 1888, p. 1. No dia 24 de abril, na 2ª página do periódico, foram publicadas mais informações sobre o assassinato, inclusive que “o cadáver apresenta uma brecha na cabeça, mas é provável que desapareça no auto de exame a tal brecha. Não se abriu inquérito.”

¹⁰¹ GN, 22 de abril de 1888, p. 1.

¹⁰² GN, 23 de abril de 1888, p. 2.

qual, “comparando as raças actuaes, observa-se que as inferiores (negra, mogolica etc.) têm a voz mais alta do que as raças brancas superiores”. Sabe-se que as teorias científicas, até meados do século XX, não colaboraram para a luta contra o racismo¹⁰³.

Além dos “editoriais”, demonstram o envolvimento do jornal com a questão servil os espaços destinados a agradecer informações, como em “Aos nossos colegas de (ilegível) *Nova e Irradiação*, da *Leopoldina*, agradecemos o telegrama congratulatório, que hontem nos dirigiram, noticiando a manifestação de que foi alvo o Sr. Comendador Mesquita por ter libertado 182 escravos.”¹⁰⁴; e aqueles reservados para noticiar festas, encontros e reuniões a favor da abolição, como a pequena informação, alocada na primeira página da *Gazeta*: “Realizou-se hontem, em Nictheroy, uma brilhante matineé em favor dos escravizados. A concorrência foi numerosa.”¹⁰⁵. Quadrículas reservadas à libertação de escravos na seção “publicações a pedido”; bem como a criação da seção “libertações”, exclusiva para esse fim, também demonstram a pretensão do periódico. Em ambos espaços observa-se, mais uma vez, a origem das notícias, como se nota em

“Publicações a pedido / Libertação de escravos / Conservatória – Província do Rio de Janeiro, município de Valença. O abaixo assignado deu hoje liberdade aos seus escravos Hermenegildo, Sebastião Benedicto e Francisca, esta de 19 annos e aquelles de 30 annos, Martinha (ilegível) annos, com as condições de fazerem as colheitas de café d’este anno e depois (ilegível) em meieiros no que produzir a lavoura. / Manuel Pereira Valentim.”¹⁰⁶

E havia, também, publicações dirigidas de forma direta ao jornal sobre a questão servil:

“Elemento servil/ **Sr. redactor** – Tenho lido nos jornaes muitas publicações de liberdade de escravos e também outras de fazendeiros declarando que são falsas essas publicações, assim como ha cerca de dois annos publicaram alguns jornaes que o Sr. commendador Breves tinha libertado **três mil escravos**, sou por isso forçado a declarar que este senhor não concedeu essa libertação e ettribue essa falsa notícia a algum desafeiçoado, pois carecia que [ilegível] de todo perdido o juízo para dar tal passo que não só prejudicava a Nação, como reduzia á desgraça esses

¹⁰³ *GN*, 23 de abril de 1888, p. 2. Aliás, de forma contrária, embasaram estudos bastante racistas, como os de Oliveira Viana no Brasil. Conferir *Populações Meridionais do Brasil* (1920) e *Evolução do Povo Brasileiro* (1923).

¹⁰⁴ *GN*, 10 de abril de 1888, p. 2

¹⁰⁵ *GN*, 9 de abril de 1888, p. 1.

¹⁰⁶ *GN*, 6 de abril de 1888, p. 2.

três mil escravos, visto **não haver ainda uma lei que regulasse o trabalho**, ou a seu exemplo poderiam muitos fazendeiros fazer a mesma cousa, concorrendo assim para a bancarrota do governo do nosso paiz, pois tendo elle a pratica das fazendas de seu falecido irmão, de quem é testamenteiro, e que deixou **mil e tantos escravos** livres, com a condição de trabalharem metade mais ou menos por quatro annos e outra metade por oito annos, porém não quizeram mais trabalhar, e quando a isso eram obrigados, ou fugiam ou se fingiam doentes, e assim essas fazendas em as quaes elle colhia cem mil arrobas de café mais ou menos, ficaram todas reduzidas a colher cento e tantas arrobas cujo produto não chegava nem para pagar ao guarda livros. [...] Á vista, portanto, d'esta explicação, não era possível que o Sr. Breves tivesse libertado os seus escravos, cuja grande [ilegível] são suas crias, tendo há cerca de [ilegível] annos mestres de escolas em suas fazendas para os ensinar á ler, escrever e doutrina christã, e por isso lhes tem amisade, não sendo possível que concorresse para sua desgraça. / **É sim verdade que logo que passou em 1885 essa lei sobre libertação, conquanto todos dissessem que não poderia ser sancionada porque a abolição sem pagamento seria um estelionato que infringia o art. 179, par. 2º da Constituição do paiz; todavia não fez disso miystério e logo que passou essa lei foi o Sr. Breves á Corte e combinou com o advogado, o Exm. Sr. Conselheiro Ferreira Vianna, que estava em dia com esse regulamento e encarregou este senhor de requerer ao governo a libertação não só dos seus escravos, mediante pagamento do seu valor pela tabella marcada pela lei, como também da indemnisação dos serviços dos ingênuos na conformidade da lei anterior relativa a estes, conquanto não se importasse com seus interesses futuros, porque, graças a Deus, não tem de fazer pagamento a pessoa alguma;** contudo, attendendo que os interesses da grande maioria dos lavradores do paiz, que estão muito endividados e no mesmo caso a Nação [...] concebeu o Sr. Breves essa ideia [...] Foi por essa razão do interesse geral e da Nação e principalmente dos próprios escravos que no contracto que o Sr. Breves submetteu ao governo, mencionou as condições seguintes: [...] Por esta maneira ficava prevenido o bem-estar dos escravos e mantidos os interesses da Nação [...] e por isso espera que a nova câmara faça melhor cousa em beneficio dos míseros escravos sem ofender os interesses da Nação, nem prejudicar os da propriedade garantida pela nossa lei e pela Constituição do Império. [...] é sim verdade que o Sr. Breves tem libertado muitos escravos e escravas de merecimento, que julga com mais tino do que muito sbrancos, e todos continuam por elle protegidos [...] porém o Sr. Breves nunca fez no jornal publicação de libertação alguma e se tivesse feito a dos três mil escravos, também não o publicaria. [...] Faço esta declaração por ser amigo do Sr. Breves e saber que elle não gosta de responder a publicações que falam em seu nome, e por isso lhe peço desculpa. J. Honório Perpétuo, São João do Príncipe, 10 de abril de 1888.”¹⁰⁷

Notícias veiculadas por outros jornais, reitera-se, eram transpostas para a *Gazeta*, como a da visita do deputado Cesário Alvim à cidade de Sapucahy, onde, em sua homenagem, alguns senhores entregaram cartas de alforria a seus escravos. A publicação é

¹⁰⁷ GN, 14 de abril de 1888, p. 3.

finalizada com “Esta notícia vem publicada na *Gazeta Sul Mineira*.”¹⁰⁸. Visitas e homenagens foram bastante noticiadas na folha. Na maioria, havia libertações envolvidas, ou a discussão sobre a abolição, no caso, por exemplo, da visita do conselheiro Rodrigo Silva a Barbacena (MG), para inauguração de Núcleo com seu nome:

“O primeiro brinde foi do Sr. senador Lima Duarte ao Sr. ministro da agricultura em agradecimento aos serviços por S. Ex. Prestados á província de Minas. [...] [Lima Duarte] descreveu a situação de sua província e quiçá do paiz, para recommendar como inadiável a transição do trabalho. / **Devendo desaparecer a mancha da escravidão, era necessário aproveitar os elementos nativos e attrahir o trabalhador estrangeiro como um factor de civilização e prosperidade das indústrias.** [...] O Sr. ministro da agricultura mandou distribuir instrumentos agrários e acudir ás primeiras necessidades dos imigrantes. [...]”¹⁰⁹

Destaca-se, da publicação, o anseio pelo trabalhador estrangeiro, tema que apareceu em outros momentos da gazeta¹¹⁰, em virtude da discussão sobre mão-de-obra livre qualificada, tanto para lavoura, quanto para indústria, ainda embrionária no país. O tópico chama a atenção, pois, a partir dele, infere-se a preocupação com a precariedade técnica do trabalhador, mas sem políticas de transformação para o sujeito escravizado – e em breve liberto –, o que é corroborado pelo editorial citado anteriormente sobre a educação dos “trabalhadores de amanhã”. No dia seguinte, a *Gazeta* traz notícia do periódico “Liberal Mineiro”, de 14 de abril, sobre a chegada dos colonos e a inauguração da colônia Rodrigo Silva, muito embora “o presidente de Minas até hoje não tenha introduziu na província um só imigrante”¹¹¹. Outra peculiaridade da notícia é que são poucas as de cunho abolicionista advindas de Minas Gerais, como será visto no próximo tópico, em que se demonstram as diversas concepções da sociedade, favoráveis e contrárias à abolição ou ao modo de como estava planejada.

O envolvimento com outros periódicos era tão intenso que chegou o jornal a publicar editorial nomeado “Uma resposta”, a artigo publicado por jornal de Rezende

¹⁰⁸ GN, 15 de abril de 1888, p. 1

¹⁰⁹ GN, 17 de abril de 1888, p. 2, grifo meu.

¹¹⁰ Destaco um editorial da *Gazeta* que, de forma bastante lúcida, desvia o problema do trabalhador para o industrial: “Quando é que se há de, finalmente, comprehender que na actualidade, com os meios de transporte e de transmissão de pensamento rápidos e baratos de que se dispõe, não é a falta de braços que faz paralisar e definhir qualquer indústria, e sim a inaptidão do industrial ou a falta de capital circulante ou fixo?” GN, 18 de abril de 1888, p. 1.

¹¹¹ GN, 18 de abril de 1888, p. 2.

acusando a *Gazeta* de ser injusta na veiculação de informações sobre a cidade, sobretudo sobre a questão abolicionista e a questão “Brandão” – acerca do delegado da cidade, que impôs inúmeros maus tratos a escravizados na cidade. A folha termina sua resposta dizendo que “Fizemol-o porque entristece ver que Rezende parece pretender a triste glória de reclamar para si a posição de último reducto da escravidão.”¹¹².

A partir de 28 de abril de 1888, nova seção é criada na folha: o “boletim parlamentar”. Ocupando a primeira coluna, na primeira página no periódico, a seção parece ter sido criada com o intuito de noticiar os debates subjacentes à Lei Áurea. No primeiro dia da publicação, falou-se da nomeação de novos ministros e da leitura de seus ofícios, da reforma¹¹³ da sala de sessão da câmara, e de pedidos de licença durante os trabalhos legislativos. Mas, entre essas informações que parecem não ter muita importância, pode-se ler:

“Os ministros que hontem compareceram, os Srs. Rodrigo, Costa Pereira e Vianna, foram cumprimentados pelos deputados presentes. **Alguns mais ousados chegaram a formular interrogações sobre o projeto do elemento servil.** Não sabemos o que elles colheram; mas ouvimos de um ilustre abolicionista intransigente que um ministro lhe dissera muito reservadamente, quanto ao projeto, que **nem elle abolicionista apresentaria cousa melhor.**”¹¹⁴

A seção “Fanfreluches”, assinada por Pedro Malazarte, sempre muito irônica, em 28 de abril manifesta-se, pela primeira vez, a respeito da escravidão. É transcrito o texto integral, antes de qualquer comentário, para trazer ao leitor o estranhamento que pode ter causado à época:

“Senhor presidente. Eu digo
Com todo o patriotismo,
**Que de perigo em perigo
Marcha a pátria para o abysmo!**
O governo, em seus assomos,
**Ideia ostenta ridícula,
Sem se lembrar que somos
Povo essencialmente agrícola!
Libertar a escravatura!...
Sejamos ao menos francos:**

¹¹² GN, 3 de maio de 1888, p. 1.

¹¹³ “O contribuinte que examinar estes melhoramentos, há de reconhecer e agradecer a parcimônia com que elles foram feitos. / Não há luxo [...]” GN, 28 de abril de 1888, p. 1.

¹¹⁴ GN, 28 de abril de 1888, p. 1, grifo meu.

É fatal! Triste loucura!...
Quem há de servir os brancos?
 Do abysmo a pátria livremos...
 Um projecto pois offerto:
 - Outra vez escravisemos
 Tudo quanto está liberto.
 - É demais! – Não apoiado!
 Rua! Rua! Saia! Saia!
 E o orador é saudado
 Por tremendíssima vaia.
 No parlamento teremos
 De novo esta scena agora?!
 Ao deus da pátria imploremos
 Bons pulmões p'ra um – Fora! Fora!”¹¹⁵

Malazarte consegue, sinteticamente, demonstrar parte da opinião pública, também registrada no periódico, a respeito da tragédia que seria a abolição para a economia do país, assim como louvar aqueles que lutam contra esse posicionamento. Nos dias seguintes, reitera o tema: “Como o projecto abençoado / Brevemente vai surgir, /Rompendo o negro passado / Iluminando o porvir [...]”¹¹⁶.

Também a “chronica da semana”, que pode ser considerada como parte do editorial, já que ocupava, quando presente, a primeira coluna do periódico, registrou os estímulos favoráveis (e cita os contrários) ao projeto de abolição, já que

“mais isto, mais aquilo, e – que sei eu? – mil cousas extraordinárias, tendentes a gravar no espírito público a convicção de que corria perigo o projecto, o muito esperado e muito desejado projecto [...] O projecto, esse, ao que consta, está são, forte e escoreito, e virá contentar brevemente ao paiz inteiro, ora de olhos fitos no ministério e pendência de sua palavra-programma. / Eis ahi, pois, o que houve: apenas um rasgo de movimento rhetorico-opposicionista! / Oh, a rhetorica...”¹¹⁷

A sugestão da crônica, a respeito da boa saúde do projeto, é confirmada linhas a frente, no “boletim parlamentar”, que anunciou a viagem do presidente do Conselho e do Ministro da Agricultura a Petrópolis para “apresentar á Sua Alteza Imperial a Falla do Throno e a proposta acerca do elemento servil”, e adiantou ter o projeto “somente dous artigos. / O segundo é: Revoga-se a legislação em contrário. / Advinhem agora os dizeres do

¹¹⁵ GN, 28 de abril de 1888, p. 2.

¹¹⁶ GN, 30 de abril de 1888, p. 1.

¹¹⁷ GN, 29 de abril de 1888, p. 1.

1º artigo.”¹¹⁸. Em dias subsequentes, o “boletim parlamentar” apresentou dados bastante burocráticos, como a presença de deputados e senadores, datas para reuniões, e leituras de pareceres, como o que reconhecia o conselheiro Ferreira Vianna como deputado pelo 1º distrito. Contudo, o jornal traz publicações com nomes que acompanham o andamento do plano abolicionista, como “projectos do governo”, texto no qual anuncia que “dentro de poucos dias, vai o paiz conhecer o projecto do governo sobre a extinção do elemento servil”, projeto que, “ansiosamente esperado, nos dois artigos em que é conhecido, satisfaz as mais adiantadas aspirações abolicionistas.”¹¹⁹.

Há, ainda, a “Falla do throno”, que registra a ansiedade pelo documento com o qual a Alteza deve abrir a sessão da assembleia geral, e do qual se tem poucas informações, em virtude da “reserva” que o documento impõe aos membros do ministério. No entanto, a *Gazeta* consegue alguns “esclarecimentos, que passamos a dar como meras informações”. Os temas tratados são “o movimento espontâneo dos mais interessados a favor da liberdade dos escravos”, que levaria a assembleia a fazer “desapparecer da nossa legislação uma instituiçãoo condenada [...]”; além das medidas sobre “organização do trabalho e repressão da vagabundagem [...] sem distincção de castas”; “immigração”; “reforma judiciaria”, entre outros¹²⁰.

No dia seguinte, 4 de maio, o jornal descreve a abertura da assembleia geral legislativa, realizada no dia 3 de maio, sob o título de “Sessão Imperial”, na qual descreve a concorrência para assistir à sessão, bem como tumulto nas ruas a saudar os deputados e senadores abolicionistas, que foram elencados na publicação. “Á 1 hora da tarde, quando o carro em que a Sua Alteza Regente se aproximava do senado, o povo fez uma estrepitosa e entusiastica ovação, dando palmas e levantando vivas á Sua Alteza.”. Muitos foram os temas abordados na fala, transcrita com aspas no jornal: o possível regresso do Imperador, as “amigáveis relações do Império com as potências estrangeiras”; “a organização do ministério público”; a criação de um código civil; a reorganização do ensino; entre outros. Mas, a folha se demora ao citar a questão abolicionista, “que é hoje aspiração aclamada por todas as classes [...]” e que, pelos dizeres da princesa regente, prometeu “apagar do

¹¹⁸ GN, 29 de abril de 1888, p. 1.

¹¹⁹ GN, 02 de maio de 1888, p. 1.

¹²⁰ Conferir GN, 3 de maio de 1888, p. 1.

direito pátrio a única exceção que n'elle figura em antagonismo com o espírito christão e liberal de nossas instituições.”¹²¹

Logo abaixo, o jornal publica a “Manifestação popular” em apreço ao ocorrido, registrando que a campanha abolicionista chegou ao “ponto máximo [...], momento actual não é mais de palavras mas sim de factos [...] pois não se tem hoje o direito de demorar nem por uma hora a restituição da liberdade aos escravos”¹²². O que é reiterado por “Fanfreluches” ao dizer que “[...] Já podeis, da pátria filhos / Ver contente a mãe gentil / Já raiou a liberdade / No horizonte do Brazil [...]”¹²³. E continuam a ser registradas libertações, tanto na seção própria, quanto nos telegramas, e notícias esparsas, muito embora um aviso, vindo de São Paulo, chame a atenção do leitor para o fato de que “tem sido a maior parte das liberdades n’aquelle municipio [Bananal], e em quasi toda a província de S. Paulo [...] apenas promessas de liberdade, concedidas imaginariamente e que não constam de baixas nas collectorias.”¹²⁴.

Já em 6 de maio, é noticiado telegrama recebido, pelo presidente do Conselho de Estado, narrando o regozijo do presidente do Pará pela “falla do throno” e que “no 3º districto da capital já não havia escravo e no dia 13 toda a capital estará livre.”¹²⁵. Até então, nenhuma publicação do jornal tinha anunciado a data (13 de maio) como a da abolição. Mais uma vez, “Fanfreluches” proclama que “[...] Da escravidão, tudo attesta / Vamos ter o funeral; / Amanha começa a festa / Que ha de ser descomunal [...]”¹²⁶.

O jornal anuncia que a Confederação Abolicionista pretendia manifestar-se em homenagem aos integrantes do ministério e aos deputados abolicionistas, quando fosse entregue o projeto, e informa que houve reunião entre “senadores e deputados liberaes para tratarem da attitude que deverão tomar diante do projecto do governo sobre a questão do elemento servil [...]”, na qual decidiram “votarem os liberaes pelo projecto do governo [...]”, consagrando a “abolição immediata, negando seu apoio a outras medidas.”¹²⁷.

De volta ao “Boletim parlamentar”, o leitor pode acompanhar o desenvolvimento das discussões, sobretudo o registro do “auxilio dos liberaes á idéa da abolição”, reservando a “attitude de adversário natural da situação em outras questões.”, além do “discurso

¹²¹ GN, 04 de maio de 1888, p. 1.

¹²² GN, 04 de maio de 1888, p. 1.

¹²³ GN, 04 de maio de 1888, p. 1.

¹²⁴ GN, 04 de maio de 1888, p. 3.

¹²⁵ GN, 06 de maio de 1888, p. 1.

¹²⁶ GN, 06 de maio de 1888, p. 1.

¹²⁷ GN, 07 de maio de 1888, p. 1.

brilhantíssimo” proferido por Joaquim Nabuco, que “não viu no gabinete 10 de março, nem inimigos, nem adversários políticos, viu um governo que vem abolir a escravidão.”. Em seguida, o jornal noticia que Rodrigo Silva, ministro da agricultura, apresenta, naquela data (8 de maio), “às 2 horas da tarde, a proposta de lei extinguindo imediata e incondicionalmente o elemento servil. [...] Art. 1º É declarada extinta a escravidão / Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.”¹²⁸. O jornal também transcreve o expediente da Câmara e do Senado, sendo a primeira vez, em quase dois meses da leitura da fonte, que se encontra transcrição desse tipo, ocupando grande parte do periódico. Há, entre as falas dos parlamentares, pequenas intervenções editoriais, mas sem prejudicar ou influenciar o texto, apenas encadeando os discursos. Na primeira, comprova-se data e horário de apresentação da proposta e fica registrado, mais uma vez na folha, ser a ideia abolicionista maior que os embates entre liberais e conservadores. Já na segunda transcrição, fica patente a disputa¹²⁹, entre os liberais e conservadores, pela origem da reforma abolicionista; e registrada a preocupação com “as medidas complementares apontadas na falla do throno.”¹³⁰

O editorial “oito de maio” resume os acontecimentos do dia anterior no parlamento, com algumas reminiscências, para dizer que “a abolição estava feita na consciência nacional” e descrever a sessão: “logo que S. Ex [o ministro da agricultura] leu ‘é extinta a escravidão’, a multidão irrompeu em bravos e palmas [...]”. Inclusive, narrar o posicionamento escravagista do Sr. A. Figueira, preso a “fórmulas regimentaes” para bloquear o projeto. Os festejos nas ruas já começavam, sendo os deputados e membros do gabinete “cobertos de flores e saudados com vivas entusiásticos”; e a imprensa abolicionista saudada na Rua do Ouvidor.¹³¹ A *Gazeta* ainda publica carta, de 22 de abril, da câmara municipal de Ouro Preto, originalmente publicada no *União*, jornal mineiro, em 2 de maio, em que se lê homenagem ao ministro da agricultura por meio de convite “aos munícipes proprietários de escravos para lhes passarem cartas de liberdade” que seriam oferecidas ao ministro quando de sua visita à cidade. Mas, parece que na província mineira é preciso muito argumentar. A carta continua:

¹²⁸ *GN*, 08 de maio de 1888, p. 1.

¹²⁹ Conforme registrado no início desta primeira parte da dissertação, abster-me de debater as disputas e composições dos gabinetes, por entender que a questão abolicionista sobrepõe-se, para a pesquisa, ao tema.

¹³⁰ *GN*, 08 de maio de 1888, p. 2.

¹³¹ *GN*, 09 de maio de 1888, p. 1.

“Talvez pareça aos proprietários de escravos **oneroso e inoportuno semelhante pedido**; mas, se atenderem á crescente depreciação da propriedade escrava em virtude da lei, ao **incommodo e mesmo perigo dela**, por causa da propaganda abolicionista, que não tem cogitado dos meios para conseguir seus fins, se convencerão de que tal pedido é, não só razoável e justo por seus fins elevados, como a sua satisfação importará a tranquilidade e mesmo vantagens dos actuaes proprietários de escravos.”¹³²

E noticia a folha, logo abaixo, que o clube abolicionista Guttemberg reabriu escola noturna para adultos, com o intuito de “diffundir a instrução pelos libertos”¹³³. Parece que foi constante a criação de locais para instrução dos libertos, após a década de 1880.

Os “telegrammas” do dia 9 já não trazem libertações e sim os festejos em São Paulo, Vitória e Rezende, sobretudo, enviados por redações de outros jornais. E a seção “Diário das Câmaras” repete as informações do editorial, embora com a transcrição das atas da câmara e do senado. A resposta de Joaquim Nabuco a Andrade Figueira na câmara elucida a notícia da primeira página, pois defende que o regimento foi criado para comissões permanentes, não para especiais, como era o caso. De novidade, a transcrição do Senado traz a fala de Taunay, que defendeu ser a imigração europeia o

“elemento que fez com que as províncias do norte encarassem sempre com sceriedade a extinção do elemento servil; foi elle que deu a província de S. Paulo essa propulsão, a cuja frente se collocou o Sr. conselheiro Antonio Prado. / De facto, alli houve a possibilidade de comparação entre os dous modos de trabalho – o forçado e o livre – e não houve mais vacilação.”

O editorial do dia 10 de maio traz a manchete “A extinção da escravidão”, e narra, mais uma vez, a discussão legislativa, a aprovação do projeto na câmara, a resistência “quasi nulla”, sobretudo, por parte do deputado Andrade Figueira, que usou argumentos contra “todas as leis da emancipação desde 1871 até hoje [...] usados e conhecidos [...]”, os quais “não produziram outro efeito senão o de manifestar a sua coherência ou antes o seu emperramento.”, já que considera que deveria a questão ser resolvida com a iniciativa particular dos proprietários. O editorial defende ainda que “as libertações espontâneas têm

¹³² GN, 09 de maio de 1888, p. 1, grifo meu.

¹³³ GN, 09 de maio de 1888, p. 1. Conforme narra SANTOS, C. A. (2000) *Projetos sociais abolicionistas: ruptura ou continuísmo?*: “alguns clubes dos libertos e outras associações criadas não somente para lutar pelo o fim da escravidão mas para promover a educação de escravos e ex-escravos.”, p. 65.

crescido em número considerável.”, estando o deputado desinformado da vontade pública¹³⁴.

Mais uma vez, a seção “Diário das Câmaras” traz minúcias, não contidas no editorial – que, em verdade, parece ter maior alcance pela linguagem menos rebuscada e técnica –, com a transcrição da ata parlamentar: “O Sr. Andrade Figueira protesta contra a intervenção do poder público n’uma questão social que pela sociedade devia ter sido resolvida”. Ora, a sociedade, em momentos de transformação, clama pela intervenção pública, o que se comprova pela resposta dada pelo ministro da agricultura, Sr. Rodrigo Silva, que defendeu ser “saliente a influência da opinião pública no movimento abolicionista, a liberdade particular actuando para generalizar as libertações.”¹³⁵

Em 11 de maio, ao falar sobre a terceira discussão do projeto na câmara, enfim aprovado, o editorial conta que “O recinto estava litteralmente cheio de pessoas de todas as classes” e que “terminada a votação, que foi symbolica, das tribunas e das galerias choveram ramalhetes e flores soltas sobre os deputados e ministros.” E, ainda, que “O Sr. Celso Júnior apresentou um projecto para ser considerado de festa nacional o dia da promulgação da lei.”¹³⁶ Noticiados também foram os telegramas do conselheiro Prado congratulando João Alfredo, o “estadista que soube comphrender e realizar a mais nobre, generosa e patriótica das aspirações nacionais”; e de João Alfredo ao Imperador, comunicando a aprovação do projeto¹³⁷; além do aniversário natalício de Ferreira Vianna, homenageado pela folha.

A ata da câmara é tomada pelo discurso de Joaquim Nabuco, que frisou não ser o abolicionismo “mais do que o sentimento verdadeiramente mais inconsciente do nosso povo”, e colocou em igualdade o trabalho realizado pelos partidos liberal, conservador e pelos republicanos. Em seguida, é publicada a crônica de Machado de Assis, a ser exposta em capítulo próprio.

No dia 12 de maio, o primeiro texto, “Imprensa Fluminense”, convoca reunião entre os jornais para deliberarem sobre os festejos abolicionistas; logo abaixo, “A extinção da escravidão” anuncia que o projeto chegou ao senado, onde já foi designada comissão especial, cujo parecer “vai publicado no Diário da Câmara”¹³⁸ (seção presente nesse dia, na

¹³⁴ GN, 10 de maio de 1888, p. 1.

¹³⁵ GN, 10 de maio de 1888, p. 2.

¹³⁶ GN, 11 de maio de 1888, p. 1

¹³⁷ GN, 11 de maio de 1888, p. 1.

¹³⁸ GN, 12 de maio de 1888, p. 1.

primeira página do periódico), e que no dia seguinte deve ser votado definitivamente o projeto. “Fanfreluches” convoca “Ó velhotes do senado [...] / Dae á pátria o ideal baptismo / No sacrossanto Jordão / Brilhe o sol do patriotismo! / Brilhe a luz da redenção! / Pedro Malazarte”¹³⁹. E é noticiado, ainda na primeira página, que os estudantes pernambucanos da corte reuniram-se para aclamar os comprovincianos João Alfredo e Joaquim Nabuco.

O “diário das câmaras” traz o ofício enviado pela câmara dos deputados, pedindo a nomeação de comissão e votação do projeto do executivo já convertido em projeto de lei pelos deputados. A ata registra a celeridade com que deveria ser tratada a questão, e estar “no ânimo de todo o senado brasileiro não embarçar de sua parte a marcha triumphal” do projeto, além de expressar que “ficam igualmente abolidas todas as obrigações de prestação de serviços da legislação em vigor ou de libertações condicionalmente conferidas.”¹⁴⁰

Finalmente, chega o 13 de maio: o editorial apenas comunica a aprovação, em segunda discussão, pelo senado, do projeto de lei. A “Chrônica da semana” fala em duas notas dominantes na semana: a abolição e o falecimento do editor do Jornal do Comercio, onde trabalhou por 30 anos Luiz de Castro. Traz ainda, pela primeira vez, a expressão “aurea” vinculada à lei: “Reina verdadeira alegria na cidade, acompanhando cada passo dado pela áurea lei na sua sucessão progressiva e gloriosa até o throno, de onde, como um enorme sol, de hoje por diante refulgirá em raios brilhantes, que illuminarão toda nossa terra.”¹⁴¹. A primeira página do jornal é composta de várias pequenas notas, a maioria referente ao projeto: “A ordem do dia para hoje é a 3ª discussão do projecto declarando extincta a escravidão.”; “Sua Alteza a Princesa Imperial Regente desce hoje ás 2 horas da tarde, de Petrópolis para sancionar o decreto do poder legislativo extinguindo a escravidão no Brazil.”. E até notícia de festejos em Buenos Ayres é anunciada. Os telegramas são festivos e a notícia de que o Papa Leão XIII enviou a Rosa de Ouro à Princesa é veiculada.

Ocupa a maior parte da segunda página o “diário das câmaras”, que traz a fala do Barão de Cotegipe, o qual pede liberdade para discursar. Traça um histórico dos processos legislativos emancipacionistas; e pontua que “a questão abolicionista tomou o vulto que tomou devido aos senadores liberaes e não aos conservadores [...] o ministério de 20 de agosto não pode ser taxado de escravocrata, porque foi quem preparou os acontecimentos que hoje se dão [...]”. O barão foi dos que votou contra a aprovação do projeto, e deixou

¹³⁹ GN, 12 de maio de 1888, p. 1.

¹⁴⁰ GN, 12 de maio de 1888, p. 1.

¹⁴¹ GN, 13 de maio de 1888, p. 1.

claro em seu discurso alguns motivos, transcritos aqui os excertos que foram considerados centrais:

“Os bancos perdem o capital emprestado, porque n’este paiz não há mais garantia; não há mais proprietários nem direitos adquiridos, porque tudo pode ser destruido por uma lei. [...] / Deseja saber qual será a sorte da lavoura, dos ingênuos, e d’esses a quem se vai dar a liberdae [a que responde o Sr. Candido de Oliveira: “Não são mais libertos, são cidadãos brasileiros”] [...] / A localização dos libertos é uma questão que reclama sérios estudos não agora **porque tudo são festas, mas depois d’estas, se verá então quem tinha razão.** [...] [passa a ler discurso de Ruy Barbosa e diz que “a opinião d’este político é que o acto da abolição será praticado em favor da república.”] [...] / Entende que grandes males vão surgir d’essas medidas que convém que sejam quanto antes tomadas, algumas em benefício não seo da lavoura, como dos que vão ser libertos.”¹⁴²

Interessante o anúncio dos “kioskes”, que vendem bilhetes da loteria. Com o maior anúncio da página, é registrado: “Última noite do captiveiro / [...] De hoje em diante livres, podendo fitar o céu da pátria, elles não deixarão de habilitar-se para a fortuna porque esta, sempre prodiga para com os des-herdados da sorte nunca abandona os kioskes Rio de Janeiro e Estrella dos Fenianos [...].”¹⁴³.

O dia 14 de maio foi apresentado na introdução desta parte da dissertação, razão pela qual não é aqui detalhado. Importante frisar o tom comemorativo da folha na data.

Em 15 de maio, com exceção do folhetim “As tragédias de Pariz”, toda a primeira página do jornal discorria sobre a festa abolicionista. Foi divulgado o programa dos festejos, entre os dias 17 e 20 de maio; convidados os “habitantes d’esta capital [...] a enfeitarem e iluminarem os diversos quarteirões e ruas da cidade [...]”; e reiteradas as festas promovidas pela imprensa, escolas e academias nos dias anteriores. Na segunda página, notícias de São Paulo, Espírito Santo, Alagoas, Minas Gerais contavam sobre os festejos. O “diário das câmaras” registrou apenas que não houve sessão no dia anterior. Em “publicações a pedido”, muitas as homenagens aos abolicionistas.

“Abolição” é o título dos editoriais entre 16 e 22 de maio (sendo que, em 23 de maio, houve a publicação da seção, mas na segunda página) , em que foram narradas as festas de 14 de maio em diante, sobretudo, na rua do Ouvidor, onde “as portas das redacções dos jornaes estavam tomadas [...] por grupos de patriotas que manifestavam com

¹⁴² GN, 13 de maio de 1888, p. 2, grifo meu. A parte grifada assemelha-se a trecho de crônica da série *Bons Dias!*, de 11 de maio de 1888.

¹⁴³ GN, 13 de maio de 1888, p. 6.

gritos festivos o júbilo que sentiam.”¹⁴⁴. As primeiras páginas são vestidas de registros festivos, telegramas endereçados ao jornal, notícias de telegramas recebidos pelo ministério e parlamento, festas nas escolas e agremiações. “Fanfreluches” resume bem o espírito das publicações: “Risos, gritos, versos, flores, / flores, versos, risos gritos, / Discursos, louvores, ditos, / Ditos, discursos, louvores / [...] / Misture tudo á vontade, / E terás, leitor amado, / O rubro precipitado / Das festas da Liberdade”¹⁴⁵. Mais uma vez, propagandas aproveitam a ocasião: “Festas da abolição / vestidos feitos / nos últimos figurinos chegados de Pariz [...]”¹⁴⁶ e “Grandes festejos / A pátria livre é o maior regozijo de todos os brasileiros, portanto, o Baptista Cabelleireiro esta preparado [...] para as senhoras que assistirem ás festas”¹⁴⁷.

É reproduzido o ofício enviado pelo Ministro da Agricultura aos presidentes das províncias, pedindo a imediata aplicação da lei, e registrando que “Leis anteriores e a generosidade particular prepararam a solução definitiva [...], de accordo com os principios da justiça, de economia social e, finalmente, com o próprio sentimento da nação.”¹⁴⁸ A reação popular é descrita como “delírio”, pois não cessam as festas e homenagens: “o povo não sente fadigas”¹⁴⁹. Repetem-se telegramas com felicitações de vários lugares do país e do exterior, e são noticiadas as ruas que foram enfeitadas. Publicam-se cartas de escolas pedindo a suspensão das aulas, para que alunos e funcionários participem dos festejos; “O tribunal do jury não funciona hoje, amanhã e depois.”¹⁵⁰, assim como “O correio geral estará fechado desde 1 hora da tarde nos dias 17, 18 e 19.”¹⁵¹ A Gazeta publica “Expediente”, rogando aos anunciantes e aos que desejam publicar que levem os textos até às 4 horas da tarde dos dias 18 e 19, quando suspendem o expediente¹⁵².

A terceira página do jornal ainda traz homenagens a Luiz Gama, por meio de poema¹⁵³, e a Antonio Prado, conselheiro paulista, por meio de cartas de João Alfredo e barão de Cotegipe. As corporações da “Classe Typographica” são convidadas a aderirem à procissão cívica, sendo necessário uma inscrição para receberem o distintivo da classe,

¹⁴⁴ GN, 15 de maio de 1888, p. 1.

¹⁴⁵ GN, 16 de maio de 1888, p. 2

¹⁴⁶ GN, 16 de maio de 1888, p. 4.

¹⁴⁷ GN, 17 de maio de 1888, p. 3.

¹⁴⁸ GN, 16 de maio de 1888, p. 1.

¹⁴⁹ GN, 17 de maio de 1888, p. 1. Em 19 de maio, na primeira página, reiterada a expressão: “Era um delírio”.

¹⁵⁰ GN, 17 de maio de 1888, p. 1.

¹⁵¹ GN, 17 de maio de 1888, p. 2.

¹⁵² GN, 18 de maio de 1888, p. 1.

¹⁵³ “Glória a Luiz Gama! / Não é possível, não! Elle não dorme! / Nem dormir poderia, se soubesse / Que foi ouvida a fervorosa prece / Da sua vida inteira, curta e enorme! [...]” GN, 18 de maio de 1888, p. 3.

composto “de fita branca e outra preta, formando um laço, que será colocado no hombro esquerdo”¹⁵⁴. No dia 19, além da descrição das festas na corte, com a programação do dia corrente e do seguinte, há o programa da festa de domingo em São Paulo, além de telegramas contando dos festejos pelo país e congratulatórios de Washington, Roma, Copenhague, Lisboa, Lima, Santiago e Buenos Ayres. Em 20 de maio, noticiam que “Estando hoje fechadas as nossas oficinas, não será publicada amanhã a Gazeta de Notícias”¹⁵⁵.

As duas primeiras páginas dos dias 20, 21 e 22 são muito parecidas com as do dia 19: programação das festas, comemorações nas províncias, e telegramas do país e do exterior. No dia 23 de maio, voltam às páginas do jornal as notícias cotidianas, como de juris, incêndios, roubos, atos administrativos etc. A seção “Abolição” aparece menor e na segunda página; e o “Boletim parlamentar” torna-se publicação enxuta. Ainda há notícias de festejos, sobretudo, por meio de telegramas. Mas, chamam a atenção, mais uma vez, publicações que pedem reflexão: “Está feita a abolição. / E agora é justo que os poderes públicos convirjam suas vistas para a lavoura [...] pelas ruas da capital já não se ouvem gritos festivos: a alma nacional concentra-se e deve começar a reflectir.”¹⁵⁶

Em 24 de maio, nenhuma notícia sobre a abolição foi veiculada. Em 25 de maio, a exceção fica por conta do “Boletim Parlamentar”, em que o jornal resume a proposta do Sr. Coelho Rodrigues, cujo projeto prevê “crédito para indemnizar os prejuízos causados aos ex-proprietários de escravos pela lei de 13 de maio”, considerado uma “excentricidade” pelo jornal, já que esgotada a discussão a respeito da indenização quando tramitava o projeto abolicionista. E ainda o editorial “Medida urgente”, em que a *Gazeta* defende a necessidade de “divisão de terrenos em pequenos lotes, que sejam vendidos a dinheiro e a praso ás famílias nacionais e estrangeiras, que não queiram ou não encontrem collocação nas grandes fazendas.”. O intuito é que haja crédito para fazendeiros e libertos e estrangeiros; assim, os primeiros podem marcar salário suficiente para as necessidades dos assalariados e os últimos podem iniciar suas próprias produções. “Procurar artificialmente obter trabalhadores baratos [...] que o salario fique abaixo do indispensável, é querer a anarchia no paiz, a vagabundagem natural confundida com a miséria social, artificialmente

¹⁵⁴ GN, 18 de maio de 1888, p. 3.

¹⁵⁵ GN, 20 de maio de 1888, p. 1. A edição no. 142 do jornal referia-se aos dias 21 e 22 de maio de 1888, respectivamente, segunda e terça-feira.

¹⁵⁶ GN, 23 de maio de 1888, p. 3.

creada por leis de exceção”. Outro ponto que elucida o pensamento da folha é que “povoar não é atirar massas enormes de proletários para as vastas propriedades de muito poucos; é fixa-los, antes de tudo, ao solo pelo amor á propriedade rústica, é finalmente crear a democracia territorial [...]”.¹⁵⁷

Já em 26 de maio, o editorial resume a atividade legislativa pós abolição: “As sessões nas duas casas do parlamento vão se arrastando somnolentemente.”¹⁵⁸, que continua assim até 31 de maio, já que “continuam na mesma calma”¹⁵⁹, enquanto no dia 27 volta a registrar, na “Chronica da semana” que “Ainda não fatigados de tanta festa – mesmo porque as festas da liberdade não cançam jamais”¹⁶⁰, os brasileiros ainda festejam a lei de 13 de maio, o mesmo se dá em telegrama do Rio Grande, que anuncia muitos festejos em Porto Alegre e na cidade do Rio Grande, com a notícia de ter sido sancionada a lei abolicionista¹⁶¹.

O periódico resume, de forma bastante clara, os últimos acontecimentos no editorial de 28 de maio. Nos dias antecedentes, muitas publicações, sobretudo a pedido, clamavam por indenização; denunciavam a falta de crédito na praça; problematizavam a imigração europeia; anunciavam a república; ou – mesmo que poucas – denunciavam a falta de condições para os ex-escravizados. Em síntese, a “apatia” do governo. O texto parece responder a essas publicações, deixando claro seu viés abolicionista e o apoio ao governo, mesmo prevendo a república. Vale a transcrição de alguns trechos:

“Cousas políticas / Tres cousas podem explicar a apathia aparente do governo, em contradicção com o vasto programma que apresentou ao parlamento: a moléstia do Imperador, as festas entusiásticas da abolição e a ausência do conselheiro Antonio Prado, que deveria apresentar os seus resultados de seus estudos e pratica sobre immigração e questões correlativas. / [...] / A missão dos bons monarchistas no Brazil não é impedir a república, que ha de vir, porque toda esta natureza clama por ella, a sua missão é caminhar de modo que a monarchia fique abençoada na historia pátria. [...] preparar a nação para essa que é hoje o ideal das formas de governo [...] / Tinha pouco mais de dous mezes de organização o ministério, quando foi resolvida a questão servil [...] não é razoável exigir que o governo tenha já estudos feitos sobre o modo de resolver outros problemas; mas, em relação a alguns d’elles, tem bases sólidas que podem servir para a discussão, de que sahirá a resolução definitiva. / [...]”

¹⁵⁷ GN, 25 de maio de 1888, p. 1.

¹⁵⁸ GN, 26 de maio de 1888, p. 1.

¹⁵⁹ GN, 31 de maio de 1888, p. 1.

¹⁶⁰ GN, 27 de maio de 1888, p. 1.

¹⁶¹ GN, 27 de maio de 1888, p. 2.

A expectativa por propostas a encaminharem o país após a abolição era geral, como se pode observar ao longo das últimas publicações. Infelizmente, não se pode, de forma plena, concordar com o jornal. Se se pensar que a luta abolicionista é anterior ao gabinete, e que muitos tópicos foram debatidos, a reforma não aconteceu em apenas dois meses a partir do gabinete 10 de março e deveria ter sido acompanhada de medidas que respondessem às urgentes questões nacionais.

O jornal, na mesma página, chama a atenção do Ministro da justiça, do presidente da província, e do chefe de polícia para os fatos ocorridos em Rezende, sobretudo em virtude da questionável atuação do promotor local. Narra a folha que “crimes foram praticados na fazenda do referido José de Souza Lorette”, “Ainda na última semana, depois da lei da abolição”, e que os ex-escravizados encontram-se em estado de saúde grave, quando sobrevivem, mas que o promotor não atua de forma correta em casos do gênero, uma vez que “tem provado ser incompatível com a nova ordem de cousas e revelado ser incapaz de um acto de energia com os agentes de crimes contra ex-escravizados.”¹⁶². A folha também denuncia a “Tutella de ingênuos” no Rio Grande, ao reproduzir notícia do Correio Mercantil de Pelotas, que narra haver “re-escravidão de ingênuos acobertada com a capa de tutorias officiosas, demasiado sôfregas, para terem um fundo realmente humanitário”, por meio de pedidos ao juízo do local para nomeação de tutores (os próprios ex-senhores) para os menores que residem nas casas dos ex-senhores. O jornal clama “sobriedade e rigor nos despachos de tutoria”, a fim de evitar uma falsa filantropia¹⁶³.

Em 30 de maio, comenta a *Gazeta* o projeto sobre “Colônias do estado”, em verdade, estabelecimentos semelhantes a prisões, apresentado há tempos pelo ministro da justiça. Esclarece o jornal que o projeto foi criticado uma vez que os estabelecimentos seriam “uma arma perigosa nas mãos dos pequenos mandões de aldeia, que para lá mandariam todos os seus desafectos”, e sugere – ao conselheiro Ferreira Vianna – que as colônias dos centros das províncias “não tenham o carácter de estabelecimentos correccionais” e funcionem como local de contato entre ex-escravos e senhores, aqueles em busca de novo trabalho e esses a procura de mão-de-obra. As colônias garantiriam “casa, comida e um pequeno salario, e onde por conseguinte fica ao abrigo de necessidades, e portanto dos delictos que póde commetter o homem cego pela fome”, sem contar que

¹⁶² GN, 28 de maio de 1888, p. 1.

¹⁶³ GN, 29 de maio de 1888, p. 1.

assim amparados, os ex-escravizados não precisariam se sujeitar a qualquer oferta de trabalho, bem como os lavradores poderiam contratar aqueles cujas habilidades melhor correspondessem às demandas da fazenda: “Ficam assim atendidos os interesses, tanto do lavrador rico, como do trabalhador pobre”¹⁶⁴.

(ii) as concepções da sociedade.

Da leitura dos excertos até agora transcritos, pode-se concluir a atenção dada pelo periódico ao tema e o seu viés abolicionista. Mas, não só de notícias pró-abolição alimentou-se o jornal.

As manifestações contrárias à abolição foram muitas, e tiveram espaço reservado na folha. Algumas foram anônimas, outras, assinadas – em sua maioria, por fazendeiros ou órgãos representantes desses, sobretudo de fora da Corte, onde a abolição parecia não ser muito bem aceita. E há publicações de entidades que não diretamente usavam a mão-de-obra escrava, mas cujo sucesso passava por ela. É o caso de “um lavrador independente”, que reclamou não ter o “Centro de Commercio” se pronunciado, até então – praticamente um mês antes da Lei –, sobre a questão, e registrou que

“está no seu [do Centro de Commercio] interesse que se prolongue mais a escravidão, para ver se assim os fazendeiros podem satisfazer os seus débitos./ É preciso que se convençam de que os nossos homens de estado perderam a cabeça, e deste modo, onde irá parar a família imperial? Ella será a vítima. Porque, feita a abolição immediata, todos terão interesse em derrubar a monarchia. O partido republicano se engrossara espantosamente, e... foi um dia a família de D. Pedro II. / Parece que estamos no fim do mundo, porque o governo é o primeiro que não respeita o direito de propriedade. D’ahi vira a bancarrota e a guerra civil./ Os abolicionistas quizeram fazer a republica, e como não tinham o que perder, atiravam-se com desespero ao pão do próximo! E o governo não conheceu isso e foi auxiliar o roubo. / Porém, a familia imperial esteja certa de que a **provincia de Minas** não se entregará, pacatamente; Ella saberá cumprir com o seu dever, que consiste em zelar a riqueza de seus habitantes! / Essa enormidade de homens, que vao ser entregues à liberdade, não saberá gozal-a; e o que será das crianças? Essas morrerão á mingua, e lá no céu lançarão a maldição n’um governo que veio arruinar o commercio e a lavoura do Brazil. / **Um lavrador independente.**
Monte-Verde do Mar de Hespanha, 3 de abril de 1888.”¹⁶⁵

¹⁶⁴ GN, 30 de maio de 1888, p. 1.

¹⁶⁵ GN, 8 de abril de 1888, p. 3, grifo meu.

O excerto supra também faz prova da circulação da folha, já que traz a “província de Minas” como local de emissão da informação, embora assinada por um “lavrador independente”. As publicações que demonstram a circulação serão analisadas logo mais. A província de Minas, aliás, parece sempre figurar nas publicações contrárias à abolição, muitas vezes assinadas com pseudônimos, como a interessante notícia “Senda perigosa”, em que é criticada a exposição da Princesa Regente na sociedade, em “concertos, festas, quermesses [...] com fim é verdade muito nobre, mas que está abaixo da esfera em que deve sempre manter-se a entidade que representa o principio quasi mystico da realeza.”, além de sua intervenção e manifestação sobre assuntos em que não deveria opinar pela ausência do Imperador, sobretudo, a abolição, “a qual está ganha, mercê de Deus!”, já que

“Muita gente sabe e nota a inconveniência com que Sua Alteza aborda os fazendeiros e proprietários de escravos, que por cortesia vão cumprimental-a. Sua Alteza vexa-os mesmo, perguntando-lhes qual a razão porque não libertam os seus escravos! [...] / Todos os brasileiros vêm com pezar esse estado de cousas; como porém trata-se de uma senhora, e caritativamente intencionada, ninguém anima-se a falar. [...] / Se os ministros e natural e legítimo conselheiro da Augusta Regente continuarem na mesma atitude, dentro de pouco tempo as nossas instituições não serão só perturbadas mas estarão inteiramente destruídas! / Bandarra / S. João d’El Rei, 7 de abril.”¹⁶⁶

Mas, da Corte também vieram manifestações contrárias, sempre tocando na questão da falta de indenização, como política déspota; no direito de propriedade do cidadão; na ruína econômica do país e, de forma demagógica, na situação de indigência que passariam a viver os libertos. Uma das publicações, intitulada “O elemento servil” e de assinatura ímpar, ainda profetiza: “Amanhã serão as terras e outras propriedades e depois a confiscação geral, e assim ficará tudo consumado e o proprietário sem leis que garantam as suas propriedades. / Corte, 15 de abril de 1888 / *A lavoura agonizante*.”¹⁶⁷. De mesmos título e assinatura, dez dias depois, é a publicação que diz “não podemos anuir a essa imposição sem que sejamos indemnizados do valor dos escravos, como está estipulado nas matrículas e como é de lei.”¹⁶⁸

¹⁶⁶ GN, 10 de abril de 1888, p. 3.

¹⁶⁷ GN, 18 de abril de 1888, p. 2.

¹⁶⁸ GN, 28 de abril de 1888, p. 3.

Cessam as publicações contrárias à abolição por um período. Em maio, no dia em que se publica (9 de maio) a sessão legislativa de 8 de maio, em que é lido o projeto abolicionista e até registrado o debate acerca do elemento estrangeiro, é curiosa uma publicação, que interage com as informações das primeiras páginas, mesmo que de forma antagônica: na terceira página, lê-se publicação assinada por “C. M”, de Cachoeiro de Itapemirim, província de Espírito Santo, embora seja considerado “subúrbio de Campos”, que vai contra, tanto à abolição, quanto ao elemento estrangeiro. Diz que, em virtude de estar certa a abolição, os fazendeiros contrataram colonos estrangeiros, com os quais “nos primeiros annos não se pode contar [...]”, em razão da “acclimação [...] diferença de hábitos [...]”, motivo pelo qual os fazendeiros (“na maior parte descendentes de mineiros”) buscaram trabalhadores mineiros, os quais foram aprovados. Finaliza a carta com:

“É certo que toda a rica colheita d’este anno se fará e que o bem estar d’esta freguezia pouco sofrerá com a obra dos Clapps, Nabucos, Patrocinios, Lacerdas e da, *lastnon least*, da princesa Imperial. **Esta é o verdadeiro deus ex-machina do desenlace da tragédia da libertação da raça preta.** [...] / Venham os republicanos confraternizar com seus co-religionários d’esta freguezia e ajudar na libertação dos brancos.”¹⁶⁹

Naquele dia, o jornal trazia, praticamente, apenas notícias positivas. Não se falava mais em libertação e sim nas festas da abolição em diferentes locais. É de se imaginar o espanto que a publicação causou à época, embora sugira que ainda havia pensamento nesse sentido conservador. No entanto, reuniram-se lavradores para deliberar a favor da abolição, mesmo que em moldes diversos e até inconsistente, pode-se dizer, sobretudo diante da iminente reforma servil:

“Eis uma declaração feita por lavradores do bairro do Maximo, em S. José do Barreiro, S. Paulo: Os lavradores abaixo assignados reuniram-se no dia 31 de março próximo passado e deliberaram de comum acordo marcar o dia 25 de dezembro próximo futuro para concederem plena liberdade aos seus escravos, devendo n’esse dia serem-lhes dadas as respectivas cartas de liberdade e baixa na matricula. Pretendem esse lavradores colonisarem suas fazendas com os seus libertos. [...]”¹⁷⁰

E, individualmente, muitos alforriaram ou prometeram libertar seus escravizados, condicionalmente ou não, como “O Sr. Lino dos Santos, morador de Rio Grande, em

¹⁶⁹ GN, 09 de maio de 1888, p. 3, grifo meu.

¹⁷⁰ GN, 09 de abril de 1888, p. 1.

Jacarepaguá, alforriou 27 escravos e dispensou os serviços de 15 ingênuos sem condição alguma”¹⁷¹. Já, em 4 de abril de 1888¹⁷², foi criada a seção “LIBERTAÇÕES”, quase sempre na primeira ou na segunda página do periódico. Essa seção do jornal demonstra a postura dos senhores de escravos, que passaram a dar publicidade aos atos de libertação: tanto aqueles que alforriavam um escravo, quanto os que concediam a liberdade à totalidade dos escravizados, ou grande parte deles. Dessa postura, em virtude de data tão próxima à da abolição, já anunciada, conclui-se que o intuito era a autopromoção e a busca por gratidão da parte do alforriado, criando a dependência entre negros livres e senhores, como registra a crônica de 19 de maio de 1888. Na mesma esteira, foram centenas os telegramas que chegaram à redação. São transcritas algumas dessas publicações, das seções “TELEGRAMMAS” e “LIBERTAÇÕES”, por serem bastante curiosas, em ordem cronológica¹⁷³, com sucintos apontamentos em algumas:

“LIBERTAÇÕES

Na villa de Nova Friburgo, o Coronel Galeano Emilio das Neves libertou incondicionalmente os seus últimos 17 escravos [...]. Os novos libertos, gratos pelo benefício que acabavam de receber, proromperam em grandes demonstrações de regozijo [...], concorrendo então numerosos amigos á casa do Sr. Coronel, afim de felicitá-lo pelo seu **adiantado passo** [...] / Consta que exemplo dado pelo Sr. Coronel será seguido por todos os proprietários de escravos de Nova Friburgo e que, **dentro em pouco, esta pitoresca povoação não contará mais um único escravo.**”¹⁷⁴

As partes em negrito corroboram com a leitura realizada até agora e que aparecerá nas crônicas machadianas: como considerar a liberdade de 17 escravos, após total publicidade da reforma servil pelo governo, um “adiantado passo”? E ainda considera-lo como exemplo que levará a banir a escravidão de um povoado? Hilária a notícia, como muitas outras no mesmo sentido a demonstrar a confusão entre atos de vontade e repercussão pública, tão cara ao universo jurídico brasileiro.

“TELEGRAMMAS / Bahia, 6 / O Sr. Dr. Emílio Falcão e sua família, composta de importantes fazendeiros n’esta província, libertaram 450 escravos, fazendo com eles **contracto** para a continuação da prestação de

¹⁷¹ GN, 09 de abril de 1888, p. 1.

¹⁷² Não estão disponíveis os jornais de 30 de março; 1º, 2, e 3 de abril. Fora essas datas, em datas anteriores não aparece a seção.

¹⁷³ Por serem muito semelhantes, não foi selecionada uma publicação de cada dia e sim aquelas que chamaram mais a atenção, seja pelo local, por quem concedeu a liberdade, pelo número de alforriados, pela liberdade ser condicional ou não.

¹⁷⁴ GN, 4 de abril de 1888, p. 2, grifo meu.

serviços. / Também o Sr. Francisco Moniz de Aragão, agricultor no município de Santo Amaro, libertou 29 escravos.”¹⁷⁵

“LIBERTAÇÕES / O barão de Santa Maria Magdalena liberou, incondicionalmente, 96 escravos, únicos que possuía, **pedindo-lhes para o auxiliar na colheita futura** e depois da qual serão tidos como colonos. / O fazendeiro major Manuel Thomaz de Albuquerque Maranhão, em **Pernambuco, restituiu a liberdade a dez escravizados**, por ter seu filho Luiz Marques de Albuquerque Maranhão completado o curso de engenharia civil.”¹⁷⁶

Interessantes as publicações pois, a primeira fala em “contracto”, termo típico da cultura jurídica oficial e aqui presente numa publicação de cunho pessoal que é um telegrama; e a segunda quando se fala em “restituir” a liberdade, também tangencia o universo oficial do direito, já que na interpretação a partir desse léxico jurídico há implícita a noção de pessoa – ser humano – livre, o que é comprovado pelo adjetivo “escravizado”. Assim, pode-se pensar na diferença entre conceder liberdade para um escravo, e restituir a liberdade à pessoa escravizada. Minúcia de linguagem que gera conflito jurídico muito debatido à época¹⁷⁷. De uma publicação que traz “contracto” passa-se a outra que o indica, embora com outras palavras:

“Telegrammas / Bom Jardim, 13 / Sabe-se que o Sr. Dr. Elias de Moraes libertou seus escravos da fazenda do Ribeirão Dourado em número de 180. / Dentro de cinco dias esses libertos devem estar de posse de suas cartas, ficando com salario os que quiserem permanecer na fazenda.”¹⁷⁸

Sugere a publicação, pelo conteúdo – Dr.; carta de alforria; e salário – e pelo tom bastante discreto, tratar-se de fazendeiro que ou era bacharel em direito, ou muito bem informado dos trâmites e possibilidades legais. Dois dias depois da publicação do telegrama, a gazeta traz a mesma notícia na seção “libertações”, de forma resumida. Muitos outros telegramas também informam a marcação de salários para os libertos¹⁷⁹, inclusive de maneiras bastante questionáveis, como a libertação que “concedeu o dia de sabbado aos

¹⁷⁵ GN, 7 de abril de 1888, p. 2.

¹⁷⁶ GN, 9 de abril de 1888, p.1, grifo meu.

¹⁷⁷ Por não ser objeto deste trabalho, não expomos os debates dogmáticos a respeito do tema.

¹⁷⁸ GN, 14 de abril de 1888, p. 2

¹⁷⁹ Conferir “Telegrammas / Rio Preto, 16 / Os abastados fazendeiros d’este município Manuel Alves Coutinho e o capitão Candido Alves Coutinho libertaram todos os seus escravos [...]. N’este município são esses os primeiros lavradores que libertam em massa seus escravos. / Os libertos permanecem nas fazendas e vencem salários.”. GN, 17 de abril de 1888, p. 2. O mesmo para os libertos do município de Carmo do Cantagallo, onde foi estabelecido “salario que vigora durante a actual colheita, depois do que, firmarão com eles, se lhes convier, contratos para a continuação de prestação de serviços.” GN, 22 de abril de 1888, p. 2.

libertados, a título de salário”¹⁸⁰. Para o bem ou para o mal, saltam aos olhos do leitor não apenas as condições. Também os emissores das informações devem ser observados, como no caso de um professor universitário: “LIBERTAÇÕES / O Conselheiro Dr. Antônio Cerqueira Pinto, lente da Faculdade de Medicina da Bahia, libertou todos os seus escravos da fazenda do Magalhães, na província da Bahia.”¹⁸¹, já que, à época, bastante usual a simultaneidade entre elite agrária e intelectual.

Houve também publicações fora das seções mais usuais, nitidamente publicadas a pedido, como “Aos nossos colegas de Idea Nova e Irradiação, da Leopoldina, agradecemos o telegrama congratulatório, que hontem nos dirigiram, noticiando a manifestação de que foi alvo o Sr. Comendador Mesquita por ter libertado 182 escravos.”¹⁸², ou a intitulada “200 libertações”, do “primeiro fazendeiro d’esse logar a iniciar a libertação em massa”¹⁸³, o que é muito questionável, já que libertações em Cantagallo foram noticiadas anteriormente, mesmo que em menor número. Todos querem ser os primeiros, como demonstrará Machado de Assis¹⁸⁴, que certamente se nutriu dessas publicações, inclusive a do “Sr. tenente-coronel Joaquim Luiz Pereira de Souza, importante fazendeiro na Barra de São João, libertou cerca de 50 escravos, que trabalham na sua fazenda Unida. / O **humanitário** lavrador é o primeiro d’aquelle município que **acompanha o movimento das libertações em massa.**”¹⁸⁵

“Libertação de Goyaz” anuncia que “a capital de Goyaz libertou os seus últimos escravizados”, registrando o jornal “os nossos aplausos á capital goyana.”¹⁸⁶. O mesmo se deu com o município de Iguapé, na Bahia, pela leitura de quadrícula logo abaixo.

A partir de meados de abril, as seções “libertações”; “telegrammas”; e “publicações a pedido” trouxeram vários registros como os transcritos até agora. A maioria foi de senhores que alforriaram, muitas vezes, com a condição de trabalharem os libertos até a próxima colheita e, algumas vezes, recebendo salário. Alguns ainda merecem transcrição, como

¹⁸⁰ GN, 30 de abril de 1888, p. 1.

¹⁸¹ GN, 10 de abril de 1888, p. 2

¹⁸² GN, 10 de abril de 1888, p. 2

¹⁸³ GN, 18 de abril de 1888, p. 1

¹⁸⁴ Conferir crônica de 19 de maio de 1888.

¹⁸⁵ GN, 22 de abril de 1888, p. 1, grifo meu.

¹⁸⁶ GN, 22 de abril de 1888, p. 2.

“Telegrammas / Bella Aliança, 28 / O comendador Haritoff e sua digna consorte acabam de libertar os seus escravos em numero de cerca de 300, em recompensa aos bons serviços por elles prestados e em homenagem á Sua Alteza Imperial Regente. / Estavam presentes o Sr. Dr. Joaquim Nabuco, que proferiu brilhante discurso [...]”

Ou ainda a publicação, nitidamente a pedido, que traz a liberdade da “preta Clementina” “em virtude do art. 1º da lei n. 3270 de 28 de setembro de 1885”¹⁸⁷. Embora desnecessário noticiar uma alforria prevista em lei, em razão da idade do escravo, o grande número de publicações sobre libertações (de um único escravizado ao número de 700) sugere que o intuito do jornal era inflamar a sociedade, chama-la ao fenômeno crescente que se tornava a abolição imediata.

Notícias como a da prisão de escravos que haviam se revoltado, mas que “por não encontrar motivo para a prisão, mandou o subdelegado soltar os escravizados”¹⁸⁸, tendo ainda censurado o procedimento do inspetor e daqueles que o auxiliaram, também comprovam essa campanha abolicionista. Assim como o texto intitulado “reorganização do trabalho”, que ocupa o espaço reservado ao editorial do jornal, indicando não ser publicação a pedido, e que discorre sobre a atuação do proprietário do Banco Predial que, além de alforriar seus escravos, consultou “os que queriam casar e reconhecer os filhos, mandando á custa do banco fazer roupas próprias para a cerimônia [...]”, e lhes marcou salário, “além de casa, comida, médico e botica”. A atuação foi considerada de “alta moralidade” pelo jornal¹⁸⁹.

E até anúncios comerciais participaram das aclamações à lei abolicionista, como a propaganda “Abertura das Camaras / É chegado o momento que todos esperamos / Um grito á liberdade. A lei extinguindo a escravidão n’este vasto império; nem por isso causa tanta admiração como os preços baratíssimos das perfumarias, penteados [...] do Baptista da Praça da Constituição.”¹⁹⁰

A seção “libertações” continua a existir, mas, além de ser transposta para a terceira página, muitos dos textos passam a expor que as alforrias aconteceram muitos dias antes daquela publicação, como a de 6 de maio em que se lê: “[...] libertou a **23 de abril último**

¹⁸⁷ GN, 29 de abril de 1888, p. 3.

¹⁸⁸ GN, 30 de abril de 1888, p. 2.

¹⁸⁹ GN, 02 de maio de 1888, p. 1.

¹⁹⁰ GN, 03 de maio de 1888, p. 2.

[...] com a condição de fazerem a actual colheita”¹⁹¹. Já em 7 de maio, voltam as notícias retroativas de libertações na seção própria do jornal, bem como ainda aparecem em “telegrammas”. Uma delas merece ser destacada:

“Libertações / Em Entre Rios, o Sr. Antonio Botelho de Mello, que em dezembro próximo passado havia declarado livres todos os seus escravos, **sob a condição de prestarem serviços até 5 de novembro de 1889, acaba de desistir d’essa condição e marcou-lhes salários conforme seus merecimentos.** / As cartas de liberdade foram entregues aos manumittidos no dia 2 do corrente pela Exma. Sra. D. Anna Botelho, filha do Sr. Antonio Botelho.”¹⁹²

O leitor deve concordar que a atitude do Sr. Botelho foi bastante coerente. Não apenas divulgou a libertação dos escravos, realizada há tempos, como noticiou que os desincumbiu da condição, que seria estapafúrdia diante da abolição pelo governo.

A abolição, a essa altura, conforme registrou o periódico, já tinha data marcada e texto pronto, o que leva o leitor a questionar: se antes os anúncios eram em prol do movimento, no sentido de fazer coro à campanha abolicionista, agora parecem indicar apenas auto-promoção para os senhores, hipótese já ventilada no início da pesquisa, e, claro, o anseio de estabelecer a dependência do escravo então liberto, por meio de gratidão. Parece dar suporte a esta ideia a publicação, a pedido, de um “credor prejudicado”, de São Paulo, que suplica ao ministro da justiça que

“Ordene V. Ex. ás collectorias de todos os municípios, principalmente a do Bananal, que forneçam uma lista dos fazendeiros e lavradores que tem libertado todos os seus escravos **com baixa nas collectorias.** / Verá V. Ex. que serão poucos; a maior parte são **liberdades simuladas com viso de figurarem** (e muitos á custa de credores) e com a ganancia de **algum título de governo.**”¹⁹³

E também a de um fazendeiro de Vassouras que, tendo libertado seus escravos, “convida os parentes e amigos a fazerem o mesmo no dia 12 do corrente [...] é preciso que Vassouras não fique na retaguarda [...]”¹⁹⁴

¹⁹¹ GN, 06 de maio de 1888, p. 3.

¹⁹² GN, 07 de maio de 1888, p. 1, grifo meu.

¹⁹³ GN, 09 de maio de 1888, p. 1, grifo meu. Na crônica de 19 de maio de 1888, Machado de Assis fala em carreira política almejada por um senhor após seu adiantado passo de libertar seu escravo poucos dias antes da abolição legal.

¹⁹⁴ GN, 09 de maio de 1888, p. 3.

As páginas de anúncios, geralmente as últimas do periódico, quase nunca se pronunciaram sobre a abolição, mas, no dia 9 de maio, observa-se, em meio a propagandas de teatros e festas, o “grandioso festival abolicionista” no Theatro Sant’Ana, “vistosamente decorado”, com a presença de poetas, de Joaquim Nabuco e da Confederação abolicionista¹⁹⁵. Também os alunos da faculdade de medicina anunciaram reunião para “resolverem sobre os meios de levar a efeito um grande festival commemorativo da abolição dos escravos.”¹⁹⁶; a Escola Poytechnica convocou “reunião acadêmica”¹⁹⁷ para o mesmo fim. No dia seguinte, também o Teatro S. Pedro anuncia “ No próximo domingo [...] grande espetáculo [...] em homenagem á Confederação Abolicionista.”¹⁹⁸

Dos telegramas do dia 10 de maio, apenas um noticiava, de maneira retroativa, libertações, os outros congratulavam o parlamento, os abolicionistas e comentavam as festas nas respectivas cidades de origem. Há quadricula, cujo título, em negrito, “João Alfredo”, chama a atenção: “Ferreira Vianna, V. Da Silva, R. Silva, Prado [...]. Estes é que são os chapéus moderníssimos.”¹⁹⁹ E continua com texto publicitário, de oferta de chapéus e guarda-chuvas, na Rua do Ouvidor. É de se admirar o anúncio, ao colocar os nomes daqueles que lideraram o movimento abolicionista junto ao governo, ou seja, os cabeças do projeto, a usarem os chapéus da loja.

Na véspera da aprovação pelo senado, os telegramas falam dos festejos pelo país, e, inclusive, no Uruguai, onde a notícia “foi acolhida de forma muito favorável, não só por parte da imprensa, como por parte da população.”²⁰⁰ E são várias as notícias retroativas e algumas sem data na seção “libertações”, que já não trazem condições e sim a marcação de salários e as manifestações de agradecimentos dos libertos. A seção “theatro e...” traz vários espetáculos em homenagem ao projeto; aos ministros e aos parlamentares²⁰¹.

De 13 a 15 de maio não se lê uma notícia contra a abolição. Já no dia 16, um fazendeiro de Christaes, MG, declara, em virtude de observar “com dor o desmantelamento de nossas instituições”, sendo que “o partido conservador, em cujas fileiras estava alistado,

¹⁹⁵ GN, 09 de maio de 1888, p. 4.

¹⁹⁶ GN, 10 de maio de 1888, p. 1

¹⁹⁷ GN, 10 de maio de 1888, p. 1

¹⁹⁸ GN, 10 de maio de 1888, p. 2.

¹⁹⁹ GN, 10 de maio de 1888, p. 3.

²⁰⁰ GN, 12 de maio de 1888, p. 1.

²⁰¹ Abstenho-me de transcreve-los por trazerem o mesmo teor de outros já transcritos. Conferir GN, 12 de maio de 1888, p. 2.

não podia erguer o paiz do abatimento em que jaz”²⁰², declarou-se republicano. No dia 18, chega telegrama do Maranhão avisando que “foram verificados os castigos infligidos por Mello Rocha aos libertos. [...] O Sr. presidente da província [...] vai enviar uma força commandada por um official. / Mello Rocha, que é juiz substituto da comarca de Rosário, foi exonerado.”²⁰³ Parece que ainda há muito abuso por parte dos senhores, mas também que o espírito abolicionista começa a surtir pequenos efeitos em outras esferas da administração pública. “Espírito de União” é o nome da publicação dos empregados de um escritório que agradece o dono por dispensa-los para “tomar parte na festa promovida pela imprensa fluminense”²⁰⁴.

Pela primeira vez, encontra-se o anúncio “Trabalhadores” (todo em caixa alta) “para colheita de café”, inclusive com a descrição do cafezal e do pagamento²⁰⁵. É inédita, também, a notícia de reunião de escravos a festejarem a abolição. Embora em alguns textos se fale na presença de toda a população, apenas a nota do dia 20 assim descreve:

“No dia 14 do corrente, ao constar em Mangaratiba a notícia da sanção e promulgação da áurea lei, muitos escravizados, em numero superior a 100, reuniram-se e, precedidos de uma banda organizada com seus toscos e primitivos instrumentos de música (tambores, chocallos etc.), percorreram as ruas d’aquella villa, levantando vivas a S. M. O Imperador, a S. A. a Regente, aos senadores Dantas e João Alfredo, a Patrocinio e a outros.”

Por outro lado, começam a aparecer textos sobre a situação que o país enfrentaria. Em “publicações a pedido”, há instigante texto sobre a imigração e substituição de mão de obra. Longa, e sendo “este assunto vasto demais para ser tratado n’esta ocasião”, a publicação trata da “diferença de raças finas [alemães e austríacos] para povoar, e de raças inferiores [portugueses, italianos e espanhóis] para substituir apenas os escravos”, denunciando a imigração de 32.500 europeus para grandes propriedades. O subscritor, Domingos Maria Gonçalves, roga ao gabinete imperial que haja “grande numero de pequenos lotes de terras a vender a prazo, de maneira que se corrija assim os abusos dos ex-

²⁰² GN, 16 de maio de 1888, p. 2.

²⁰³ GN, 18 de maio de 1888, p. 2.

²⁰⁴ GN, 18 de maio de 1888, p. 4.

²⁰⁵ GN, 18 de maio de 1888, p. 4.

senhores d'escravos pretos e que vão ser de escravos brancos.”²⁰⁶ Já um “Vassourense”, ocupa uma coluna toda do jornal para dizer que

“o trabalho agrícola se não está desorganizado já porque os libertos e ex-proprietários estão ainda aturdidos [...]. / Onde buscar dinheiro para pagar salários? / [...] A lavoura carece de alento [...] / **Até aqui estiveram todos ao lado do escravo; de hoje em diante é justo que o homem branco não seja abandonado.** [...]”²⁰⁷

Ao lado da publicação supracitada, o “Club Abolicionista” registra que “Ainda existem esclavagistas” e previne os magistrados “a quem incumbe a fiel execução da lei de 13 de maio” de que há fazendeiros que propõem a assinatura de “termos de tutela, especialmente de menores de côr, com o intuito de usufruírem os serviços dos mesmos menores, estabelecendo assim uma nova escravidão”²⁰⁸. Um telegrama de Rezende também denuncia a incompatibilidade do promotor com a lei, já que “a lei aurora abolindo a escravidão ainda é desconhecida em muitas fazendas”²⁰⁹. Ao mesmo tempo que “o commercio reunido” do Maranhão “aplaude a abolição, mas pede indemnização, sendo aplicado o fundo de emancipação.”²¹⁰ Enfim, mais uma vez, o jornal dá espaços a vozes que, se não consideradas dissonantes (afinal, não falou contra a abolição o primeiro texto), buscam defender interesses opostos.

Já a terceira página é quase completamente tomada por texto assinado por “Um brasileiro”, intitulado “Antonio Prado e o 13 de maio”. A publicação busca retomar a trajetória do senador paulista na campanha abolicionista, citando as disputas de gabinetes e os posicionamentos divergentes entre conservadores e liberais; além do início das libertações em massa, em São Paulo, a maioria condicionais, com prazo marcado. Da narrativa, bastante rebuscada e elogiosa, a passagem que merece destaque, por desviar desse tom, é “Cumprimos só, é certo, o nosso dever. **Mas quanto sacrifício não tem sido e será necessário para pagarmos n'um quarto de século a dívida três vezes secular de nossos antepassados**”²¹¹. Não há desdobramento a afirmação, mas, pode-se inferir, pelas

²⁰⁶ GN, 20 de maio de 1888, p. 2.

²⁰⁷ GN, 23 de maio de 1888, p. 3. A publicação causa espanto! Como afirmar que até então estiveram todos ao lado do escravo? Esse tipo de reação é bastante comum e pode ser observada até hoje quando emergem conquistas de minorias, causando desconforto numa classe dominante padrão.

²⁰⁸ GN, 23 de maio de 1888, p. 3.

²⁰⁹ GN, 25 de maio de 1888, p. 2.

²¹⁰ GN, 25 de maio de 1888, p. 2.

²¹¹ GN, 25 de maio de 1888, p. 3, grifo meu.

várias referências a fazendeiros e à situação da lavoura, que os ex-senhores é que sacrificam-se com a emancipação. Não há, no texto, preocupação com os recém-libertos, o que demonstra, mais uma vez, a fragilidade do projeto nacional quanto a políticas de inserção dos ex-escravizados na sociedade. Preocupam-se, por outro lado, os fazendeiros, com a chegada de mão-de-obra europeia, “civilizadora”, e com o crédito na praça, já que “perderam” o escravo como garantia. Nesse mesmo sentido, a carta assinada pelos “Vassourenses” aos parlamentares, na página quatro: “É necessário, pois, agir já e já; **empregue-se em favor do lavrador a mesma energia, que ambas as casas do parlamento empregaram em favor da lei áurea da abolição.**”²¹²

Em “Publicações a pedido”, “O nosso projeto” para lei de indenização prevê que o governo imperial “Indemnizará aos exploradores de seus semelhantes com tantos coelhos quanto forem os braços perdidos”²¹³. A publicação, anônima, estabelece o tipo de cozimento e molho que leva o coelho, dependendo do tratamento dado aos escravizados. Parece que o intuito é ironizar publicações, de dias anteriores, pleiteando indenização, completamente descabida. Se não são as indenizações, os fazendeiros juntam-se para campanhas republicanas. É o caso da publicação “Declaração”, dos fazendeiros Ordinoff, que “impressionados diante da série de desastros do actual governo, que sob a proteção da regência, com o maior desplante põe em risco a propriedade alheia”, convocam os compatriotas a apoiarem uma reforma radical, “convencidos, pois, de que a república nos garantirá os nossos direitos.”²¹⁴ E ainda há aqueles que, mesmo que de forma isolada, reclamam que, com a abolição, “vendo-se privado de todos os braços validos, acha-se sobrecarregado com seis ingênuos e quatro anciãos africanos, aos quaes não sabe que destino dar”, além de se preocuparem com ataques às famílias em razão de “um ingente número de libertos que vagam pelas estradas sem ocupação proveitosa”, pedindo, assim, providências ao sr. Ministro da agricultura²¹⁵. Percebe-se que, de ataques à abolição e às suas possíveis consequências, as publicações antes contrárias ao projeto possuem agora um

²¹² GN, 25 de maio de 1888, p. 4, grifo meu. É assustador como há registros nesse sentido. Impossível mensurar essa “energia”, tampouco equaliza-la, já que nítido que a causa de uma minoria oprimida merece mais força em seus projetos.

²¹³ GN, 26 de maio de 1888, p. 2.

²¹⁴ GN, 27 de maio de 1888, p. 3.

²¹⁵ GN, 29 de maio de 1888, p. 2.

teor que coloca seus emissores como vítimas da abolição, como também faz a publicação “elemento servil”²¹⁶, no mesmo sentido da supra transcrita.

Por outro lado, ainda há festejos. Mesmo que poucos, se comparado com o período imediatamente posterior à promulgação da lei, os dias 27, 28, 29 e 31 trazem telegramas do Rio Grande, São Paulo, e Santos ainda registrando festas e até uma missa em ação de graças pela extinção do elemento servil, assim como houve a publicação de poema saudando o povo e a pátria pela abolição²¹⁷.

(iii) circulação de informações.

Com a leitura sistemática do periódico, foi possível mapear de onde vinham as informações, sobretudo, a partir de “telegramas” e “publicações a pedido”, além dos locais presentes na seção “libertações”, e, assim, deduzir que a folha era lida em diferentes localidades do país. Entende-se que, para remeter informações à folha, seus emissores a liam, mesmo que fora da Corte. O cabeçalho do jornal traz, ainda, preços diferentes para assinatura na Corte e fora dela, o que comprova essa circulação do jornal em outras províncias. Alguns registros são bastante elucidativos. Como muitos já foram citados nos pontos anteriores (Santo Amaro, BA; São João D’el Rei, MG; Minas Gerais; São Paulo; Pernambuco; Barra Mansa, RJ; Nictheroy, RJ; Valença, RJ; entre outros), aqui ficam registrados aqueles que apareceram menos, talvez em virtude da distância dos locais de emissão. A partir dessas informações, foram construídas representações gráficas²¹⁸ que interpretam a circulação do periódico: desde sua origem, na Rua do Ouvidor, à distribuição pela Corte e província do Rio de Janeiro e então à divulgação em outras províncias do país. Seguem algumas transcrições:

“Telegrammas / **Recife**, 3 / O Sr. Gomes de Mattos, presidente da comissão emancipadora pernambucana, recusou uma condecoração por serviços prestados à abolição / A imprensa abolicionista aplaude este procedimento.”²¹⁹

²¹⁶ GN, 31 de maio de 1888, p. 2.

²¹⁷ GN, 27 de maio de 1888, p. 2; GN, 28 de maio de 1888, p. 2; GN, 29 de maio de 1888, p. 2; GN, 31 de maio de 1888, p. 2.

²¹⁸ Conferir representações gráficas em pp. 83-85.

²¹⁹ GN, 04 de abril de 1888, p. 2

“Libertações / O fazendeiro major Manuel Thomaz de Albuquerque Maranhão, em **Pernambuco**, restituiu a liberdade a dez escravizados, por ter seu filho Luiz Marques de Albuquerque Maranhão completado o curso de engenharia civil.”²²⁰

“Libertações / Na cidade de **Pouso Alto**, província de **Minas Geraes**, o tabelião Ignacio Custódio Pereira Dias libertou os três únicos escravizados que possuía, Carlota, de 34 anos de idade, José, de 21, e Venturosa, de 18. Por esse motivo foi o Sr. Pereira Dias cumprimentado pela banda de música d’aquelle logar e por grande numero de amigos seus.”²²¹

“Telegrammas / **Natal**, 12 / Foram mais declarados livres de escravos o município de Touros e a villa de São Miguel, no Alto Sertão.”²²²

“Telegrammas / **Maceió**, 14 / Um dos últimos actos do Sr. presidente da província, Dr. Caio Prado, foi expedir, auctorisado por lei provincial, um regulamento reformando radicalmente a instrucção primária, de accordo com as ideias mais adiantadas e adaptáveis ao meio em que vão ser divulgadas.”²²³

“Telegrammas / **Victória**, 18 / Tem causado indignação uma **correspondência datada d’aqui e publicada na corte**. / Não é exacto que o presidente da província influiu nas libertações; **a imprensa é que tem influído**. / É falso que seria antipathico aos espirito-santenses o plano de libertação contido no projecto do senador Prado. / Não se deu reunião em casa do chefe do partido para oppor candidato ao Sr. conselheiro Costa Pereira, que não tem competidor. / O Sr. Dr. Monis Freire tem **escrito bons artigos na ‘Provincia’**, aconselhando a abolição antes da lei. / Prosseguem as libertações.”²²⁴

“Telegrammas / **Ressaquinha**, 18 / O Sr. José Gonçalves Pereira, fazendeiro n’este logar, acaba de dar liberdade incondicional a 8 escravizados, únicos que possuía, marcando salario desde já. / No Palmital (município de **Barbacena**), já não há mais escravos, estando todos libertos, pois dos quarenta e tantos que lá havia, fugiram todos para Ouro Preto.”²²⁵

“Telegrammas / **Natal**, 20 / O município de Porto Alegre e a Villa de Acary acabam de libertar seus escravos. / A província está ameaçada de secca. Os sertanejos estão muito assustados.”²²⁶

“Libertações / Na freguezia de Mendes, em **Vassouras**, o Sr. capitão José Antero Roxo deu liberdade a todos os seus escravizados.”²²⁷

²²⁰ GN, 09 de abril de 1888, p. 1

²²¹ GN, 12 de abril de 1888, p. 2.

²²² GN, 13 de abril de 1888, p. 2.

²²³ GN, 15 de abril de 1888, p. 2.

²²⁴ GN, 19 de abril de 1888, p. 2.

²²⁵ GN, 19 de abril de 1888, p. 2.

²²⁶ GN, 21 de abril de 1888, p. 2.

²²⁷ GN, 30 de abril de 1888, p. 2.

Publicações que não são relativas à escravidão, mas de cunho jurídico ou comercial, como a seção “anuncios / Província de São Paulo”²²⁸, ou o anúncio “Oeste de São Paulo / Fazenda Dourado / Aos 16 de abril do corrente anno de 1888, ao meio dia, na villa de **Brotas**, em virtude de execução movida pelo Banco do Brazil, será levado a praça e arrematação: [...]”²²⁹, também sugerem a circulação do periódico, assim como o telegrama que segue, do interior de São Paulo:

“**Campinas**, 10 / Foram pronunciados no art. 192 do código criminal (homicídio) vinte e quatro fazendeiros e mais 13 camaradas indiciados como assassinos de Joaquim Firmino, ex-delegado de Polícia da Penha do Rio do Peixe. O grau máximo do artigo em que foram pronunciados é pena de morte.”

Da mesma cidade, é o telegrama que informa terem se queixado escravos, à delegacia do local, de maus tratos que receberam de seus senhores²³⁰. Já do Rio Grande do Sul vem a nomeação do “bacharel José Maria Gonçalves das Chagas para o lugar de juiz municipal e de órfãos do termo de Santa Maria da Bocca do Monte [...] ficando sem effeito o decreto de 7 de março que o nomeou para S. José do Norte, na mesma província.”²³¹

A notícia de que “Vimos hontem num telegrama da Bahia, comunicando que o ‘Bendengó’ passou com felicidade a Lagoa Nova”²³², também faz prova da circulação do jornal e de sua leitura conjunta, já que o meteorito foi tema de alguns artigos e aparece na série de crônicas mais de uma vez.

Foram várias as publicações de origem estrangeira: eram telegramas; artigos e notícias que discorriam sobre assuntos internacionais; sobre o estado de saúde do imperador na Europa; e, quando ocorreu a abolição, parabenizando o feito. Não houve a pretensão de entender que o jornal era lido nessas localidades, mas a leitura desses textos demonstra a pluralidade das informações veiculadas.²³³ Nas próximas páginas, estão as

²²⁸ GN, 26 de maio de 1888, p. 3.

²²⁹ GN, 10 de abril de 1888, p. 4.

²³⁰ GN, 12 de abril de 1888, p. 2.

²³¹ GN, 12 de abril de 1888, p. 2.

²³² GN, 20 de abril de 1888, p. 1.

²³³ Cito apenas um exemplo, dentre inúmeros: “Via Norte-América / Nova York, 19 / Annuncia-se que d’ora em diante, na execução da pena de morte, será empregada a eletricidade em lugar da força, em todo o território dos Estados Unidos.” GN, 20 de abril de 1888, p. 2.

representações gráficas concebidas para demonstrar o alcance do jornal e a origem das informações em três escalas: a Corte, a partir da Rua do Ouvidor; a Província do Rio de Janeiro; e o país. Em virtude do exposto supra, não há representação para as notícias estrangeiras.

A leitura das transcrições, feita de forma cronológica, quando possível, dentro de cada um dos três grupos, buscou impregnar o leitor do posicionamento do jornal e das concepções da época, ou, pelo menos, de como eram registrados no periódico. A análise indicou que houve um movimento ascendente das publicações sobre a abolição (debates e libertações particulares) até o dia 14 de maio, quando começam as publicações sobre as festas abolicionistas, até 22 de maio, seguido de súbito declínio após tal data. Algumas notícias sobre festas; reclamações de agricultores e avisos de libertações em datas posteriores foram encontrados, mas de forma isolada. Assim, a leitura da fonte sugere ao leitor que, após a abolição, amplamente festejada, poucos debates foram registrados sobre a condição dos libertos ou, até mesmo, da lavoura, tão reclamada anteriormente. Ou melhor, continuam as reclamações, mas sem um debate consistente. As notícias, a partir de então, focam-se no estado de saúde do Imperador e começam a ventilar novo tema político: a República. Será visto que o mesmo se deu com as crônicas, que se nutriam das publicações do periódico.

O alcance do jornal pôde ser perquirido de duas formas: pelas informações do cabeçalho (que distinguia valores de venda e assinatura para a Corte e para as províncias), e pela veiculação de notícias de diversas localidades do país. Imagina-se que não haveria motivo para fazer publicar fatos de localidades tão distantes se o jornal não fosse minimamente lido naqueles locais. A parte de anúncios, embora tenha sido pouco transcrita no texto final, colabora para a sugestão, já que traz informações sobre estabelecimentos de outras províncias, sobretudo, de São Paulo. Além de levar as informações da Corte para o restante do país, o jornal recebia, ainda, grande fluxo de notícias estrangeiras. Não se pretende, reitera-se, defender que o periódico era lido em outros países, mas colaborou para a difusão de informações internacionais.

Pode-se indicar, também, o viés abolicionista do jornal, tanto pela pesquisa bibliográfica, quanto pelo espaço dedicado às notícias abolicionistas e entusiasmo nas narrativas editoriais, quando versavam sobre o tema. O espaço reservado a textos contrários não enfraquece a hipótese, já que traz, ainda, mais contraste entre as informações, tornando absurdo o posicionamento escravagista. A publicação não era a oficial da época, mas, quando iniciam os debates parlamentares, esses são comentados no editorial ou, algumas vezes, transcritas as atas. Vale dizer que, no período analisado, apenas duas leis foram transcritas integralmente pelo jornal, sem introduções. A lei de 13 de maio

e o Decreto no. 9.912, de 26 de março de 1888, que reformou os correios do Império²³⁴. Em outros momentos, foram trazidas legislações parciais ou precedidas de comentários, o que demonstra o intuito da folha em colaborar para o entendimento do objeto das leis, e não apenas o anseio em lhes dar publicidade.

Importante consignar que, embora não tenham sido transcritas todas as informações encontradas de outros campos do direito, por não estarem ligadas intrinsecamente com a pauta abolicionista, o jornal apresenta, ao longo dos meses analisados, diversas publicações na seara jurídica. São notícias de crimes; prisões; sessões de juri; exequatour de sentenças estrangeiras; sentenças; despachos administrativos; testamentos; praças etc.²³⁵; que não foram transpostos para o texto dissertativo, mas que reforçam a ideia da circulação de ideias jurídicas no periódico. Instigante foi a aparição de eventos relacionados às faculdades de direito e a obras jurídicas. Enquanto o jornal mencionou, muitas vezes, concursos e acontecimentos das academias de medicina e engenharia, sobretudo do Rio de Janeiro, e trouxe notícias sobre a chegada, em livrarias ou bibliotecas, de publicações especializadas nessas áreas, nos meses analisados, foram encontradas poucas notícias sobre “livros de direito”²³⁶ e houve poucas menções²³⁷ às

²³⁴ GN, 21 de abril de 1888, pp. 2, 3, e 4.

²³⁵ Conferir capítulo I, sobretudo, nota na p. 37, em que constam algumas dessas notícias, além da tabela com as seções presentes no jornal. Coloco em relevo notícia da seção “JURY”, a qual sempre apresenta os réus. Tal notícia foi a única, no período analisado, em que consta como característica do réu ser escravo, aliás, única presente na descrição. Em geral, aparecem “negro”; “pardo” etc., seguido da ocupação: “Serão julgados hoje: Albino, escravo, por ofensas físicas leves; e Faustino, escravo, por furto.” GN, 12 de abril de 1888, p. 2. No dia 14, encontra-se a notícia: “JURY / Foi ontem julgado o réu Faustino, escravo, acusado de ter subtraído duas vassouras americanas da casa n.172 da rua do Hospício. / Foi defendido pelo Sr. Dr. Leonel Rosa. / O réu foi condenado a 40 dias de prisão com trabalho e multa de 31/3 %do valor furtado, grau mínimo do art. 257 do código penal, combinado com o art. 18, par. 10, 2ª parte.” GN, 14 de abril de 1888, p. 1.

²³⁶ Conferir GN, 10 de abril de 1888, p. 4: “LIVROS / á venda na livraria de João Martins Ribeiro, rua da Uruguayana n. 21 C, junto á Rua Sete de Setembro”. Onde consta uma lista considerável, com obras escritas por senadores, conselheiros e praxistas. GN, 12 de abril de 1888, p. 1: “O livro *Noções de direito*, do Sr. (ilegível) Junior, foi adoptado pelos collegios Abilio, Alberto Brandão, Menezes Vieira e externato Rio de Janeiro.”. A informação é interessante na medida em que conta ao leitor um pouco da bibliografia da época. Embora restritos os cursos de direito no país, a literatura jurídica permeava a sociedade em graus de ensino abaixo do bacharelado. GN, 14 de abril de 1888, p. 2: “Mandou-se ouvir ao conselho naval sobre a petição do 1º tenente Oliveira Freitas relativa a um prêmio pela sua obra *Elementos do Direito Internacional Marítimo*.”; “O Sr. ministro da justiça, por aviso de hontem, fez aquisição de 15 exemplares da Legislação do Estado Servil, do Sr. Manuel Ernesto de Campos Porto, para as bibliothecas da secretaria de Estado, supremo tribunal de justiça e tribunal da Relação da corte.”²³⁶. GN, 18 de abril de 1888, p. 2.

²³⁷ Conferir: “Chegou ante-hontem á corte o Sr. Dr. João Monteiro, illustre lente cathedrático da Faculdade de Direito de S. Paulo.” (GN, 16 de abril de 1888, p. 2); “Telegrammas / São Paulo, 17 / Começou hoje o concurso para lente substituto da Faculdade de Direito. O candidato Dr. Pedro Lessa foi arguido pelos lentes Dr. Dutra Rodrigues, Leoncio carvalho e Benevides.” (GN, 18 de abril de 1888, p. 2); “Ao diretor da Faculdade de Direito de S. Paulo vai ser entregue a quantia de 6:00\$000, que tem de ser applicada á restauração da biblioteca da mesma Faculdade.” (GN, e de maio de 1888, p. 2). “Telegrammas / São Paulo, 13. / A Academia de Direito presentemente reunida para festejar a abolição saúda a Princeza Regente e o gabinete 10 de março

academias de direito de São Paulo e de Pernambuco, das quais se destaca o editorial que trazia carta da escola de Recife:

“Faculdades de direito / Offerecemos á consideração do Sr. ministro do império a seguinte carta, que nos foi dirigida pela comissão de estudantes encarregados de pleitear os seus direitos junto ao governo imperial relativamente aos exames extraordinários nas Faculdades do Império. [...] Eis a carta: / Sr. redactor, ainda a questão de exames extraordinários nas Faculdades de Direito. [...] / A sabia medida foi applicada em excepção para as Faculdades de Direito; e isto tão accentuadamente que, emquanto, por um lado, se permite aos nossos collegas das Faculdades de Medicina fazer exames extraordinários em qualquer época do anno lectivo, por outro lado, nas Faculdades de Direito se nega até aos reprovados em novembro o direito de repetir exame em março! [...] Eram uns que, reprovados em novembro, appellavam para novo julgamento em março, outros que, confiando na lei e animados de nobilissima aspiração, tinham renunciado ao prazer de ir passar as ferias no seio da familia ausente em remota provincia, alguns, talvez paupérrimos, que, com o intuito de mais cedo ficarem melhor civilizados, empregaram esforços supremos [...] / Será possível, Sr. redactor, que em taes condições o honrado cavalheiro, que actualmente dirige a pasta do império, indefira a representação que lhe entregámos no dia 3 do corrente, principalmente tendo nós a alta protecção, que nos prometeu o nosso chefe, o director effectivo da Faculdade do Recife [...]?”²³⁸

A presença de um vocabulário jurídico oficial (leis; atas; expressões técnicas como ‘exequatur’ – direito processual –, ou ‘pronunciado’ – direito processual penal) convive com expressões populares do universo jurídico. Populares tanto no sentido de grande alcance, como ‘testamento’; ‘jury’; ‘decisão’; quanto populares no sentido vulgar, como ‘xilindró’; ‘bifou’; ‘pilhou’; ‘xadrez’. Das expressões coletadas, em geral do direito penal, percebe-se que, infelizmente, é esse o ramo do direito mais próximo das narrativas vinculadas às camadas populares. Assim, a pesquisa insinua que a *Gazeta de Notícias* é uma fonte que contém informações da seara jurídica de diversas formas, das mais sofisticadas e técnicas às mais ordinárias.

e parlamento, e a imprensa como representante da opinião nacional. Liberdade! [...]” (GN, 14 de maio de 1888, p. 2); Registro que, embora não tratasse de uma das duas academias de direito brasileiras, algumas quadriculas abaixo da notícia transcrita do dia 18 de abril, foi publicado o seguinte aviso: “Primeiro anno do curso jurídico. – Sylvio Roméro lecciona as respectivas matérias á rua de Gonçalves Dias n. 48.”.

²³⁸ GN, 20 de abril de 1888, p. 1.

Capítulo II

Bons Dias!

As crônicas que delimitam o recorte temporal da pesquisa inserem-se, originalmente, no periódico *Gazeta de Notícias* e, recentemente, na compilação da série a que pertencem e que foi publicada pela editora da Universidade de Campinas com cuidadosa introdução e detalhadas notas de John Gledson, estudioso de Machado de Assis. Essa coletânea torna-se também fonte primária neste estudo, uma vez que elucida passagens de algumas crônicas, sobretudo por fazer a ponte entre os textos machadianos e publicações tanto da *Gazeta*, quanto de outros jornais da época²³⁹. Por essa razão, as transcrições são feitas a partir da compilação e não do jornal. Para um primeiro contato, foi imprescindível o trabalho de Gledson. No entanto, para o desenvolvimento da pesquisa, preferiu-se tomar a fonte primária *Gazeta de Notícias* como hermética²⁴⁰, portanto, não serão repassadas informações apontadas pelo crítico que estejam relacionadas a outros periódicos. Trata-se de opção metodológica para verificar a circulação de informações almejada naquele suporte, que não era o oficial da época. Assim, toda a análise que é feita das crônicas é “limitada” ao seu diálogo com o próprio suporte, o que não acontece no trabalho do crítico britânico.

Registrada a ressalva quanto à leitura das crônicas e de sua publicação mais atual e comentada, discorre-se um pouco a respeito desse gênero literário e sobre o autor das crônicas, Machado de Assis. Conforme já assinalado no início desta primeira parte da dissertação, um dos intuitos deste trabalho é revisitar a trajetória machadiana por sua relevância no cenário nacional e por ser o autor da série. Autoria que, descoberta tardiamente, também corrobora a ideia de dar proeminência ao conteúdo das crônicas e do restante das publicações inseridas na *Gazeta*, independente de quem as exarou. Ou seja, a centralidade do estudo continua na informação publicada, e não em seu autor.

²³⁹ Conferir GLEDSON, J. (2009), op. cit.. O

apoio na obra de Gledson elucida passagens, mas não foi essencialmente utilizada para a interpretação das crônicas, tentei, em sentido oposto, afastar-me das análises do crítico inglês.

²⁴⁰ Diante da opção metodológica de se fazer uma leitura hermética dos textos registrados na *Gazeta de Notícias*, a crônica publicada no jornal *Imprensa Fluminense*, no dia 20 de maio de 1888, não consta neste estudo. Conferir a crônica e comentários em GLEDSON, J. (2009), op. cit., p. 113-117.

Pois bem, soma-se, ao papel relevante da imprensa e às características peculiares da *Gazeta de Notícias*, já desenvolvidos neste estudo, a importância das crônicas – em geral, e não apenas a série *Bons Dias!* – como documentação²⁴¹ de uma época, já que vinculadas ao cotidiano. De mesma importância foi a constante atuação de Machado de Assis e de outros abolicionistas nos periódicos²⁴². Falar de imprensa sem se remeter a Machado de Assis torna-se tarefa quase impossível quando o recorte é a segunda metade do século XIX.

Nelson Werneck Sodré²⁴³ lista toda a colaboração de Machado para a imprensa, considerando-o um típico jornalista, de onde se extrai que foi intensa sua participação, registrada sua ausência apenas enquanto esteve doente²⁴⁴. Mais particularmente, em relação à *Gazeta de Notícias*, Miriam Aguiar defende que “Uma colaboração de quase 20 anos em um jornal significava que Machado se identificava com a linha editorial seguida pelo periódico, além de obviamente ter encontrado ali, espaço e liberdade para conseguir expor suas ideias.”²⁴⁵, ideia compartilhada nesta pesquisa.

Registrada a atuação de Machado na imprensa²⁴⁶, em especial na *Gazeta*, passa-se a explorar o trabalho machadiano. Neste ponto, nomeadamente em John Gledson;

²⁴¹ Não resta dúvidas quanto à importância das crônicas: “No caso específico das crônicas cariocas produzidas na passagem do século XIX ao século XX, é possível uma leitura que as considere ‘documentos’ na medida em que se constituem como um discurso polifacético que expressa, de forma certamente contraditória, um ‘tempo social’ vivido pelos contemporâneos como um momento de transformações (...). É enquanto se apresentam como ‘imagens de um tempo social’ e ‘narrativas do cotidiano’, ambos considerados como ‘construções’ e não como ‘dados’, que as crônicas são aqui consideradas como ‘documentos’.” NEVES, M. S. (1992) *Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas*, p. 76. E também Antonio Candido: “a crônica está sempre ajudando a estabelecer ou restabelecer a dimensão das coisas e das pessoas. Em lugar de oferecer um cenário excelso, numa revoada de adjetivos e períodos cadentes, pega o miúdo e mostra nele uma grandeza, uma beleza ou uma singularidade insuspeitadas. Ela é amiga da verdade e da poesia nas suas formas mais diretas e também nas suas formas mais fantásticas, – sobretudo porque quase sempre utiliza o humor.” CANDIDO, A. (1992) *A vida ao rés-do-chão*, p. 14.

²⁴² Muitas das referências deste estudo partem do trabalho de Humberto Fernandes Machado (1991), que analisou o percurso de José do Patrocínio na imprensa nacional. Essa atuação é também lembrada por Marco Morel. Conferir: “(...) José Maria Machado de Assis e José do Patrocínio. **Ambos contemporâneos, de origem humilde, mulatos, formaram-se como autoridades e não frequentaram a Academia.** Sem eles, contudo, o jornalismo do Império não teria sido o mesmo. / A biografia e a produção de José Maria Machado de Assis (1839-1908) singularizam-se no quadro da imprensa, figurando como representação não só da abalizada produção literária em curso, mas dos bastidores daquele jornalismo, espelho das transformações do país.” MOREL, M. (2008), op. cit., p. 62, grifo meu.

²⁴³ Conferir SODRE, N. W. (1998), op. cit., p. 268, nota nº 181.

²⁴⁴ Sobre a “ausência” de Machado de Assis, conferir: “A não ser de setembro de 1878 a outubro de 1879, quando esteve doente, nunca, dos dezesseis aos cinquenta e oito anos, de 1855 a 1897, dos versos de *Marmota* à ‘Semana’ da *Gazeta de Notícias*, deixou de colaborar regularmente na imprensa. E, em regra, escrevia para vários lugares ao mesmo tempo.” MIGUEL-PREIRA, L. (1988) *Machado de Assis, estudo crítico e biográfico*, p. 211; e também NEVES, M. S. (1992), op. cit., p. 81.

²⁴⁵ Conferir AGUIAR, M. B. (2003), op. cit., p. 60.

²⁴⁶ Vale transcrever a nota do dia 20 de abril publicada na *Gazeta*, pela nomeação de Machado para oficial da Ordem da Rosa: “O distinto literato e nosso colega Machado de Assis, que acaba de ser merecidamente agraciado pelo governo imperial, foi hontem alvo de uma manifestação de agrado e sympathia [...] / durante o

Sidney Chalhoub; e Roberto Schwarz, é encontrada uma perspectiva de Machado como atento intérprete de sua época²⁴⁷. Fazem esses autores a ponte para transformar a narrativa machadiana em discurso político, carregado da cultura da época, passível de análise, o que leva à necessidade de identificar as referências ao cotidiano²⁴⁸ – o debate abolicionista, pequenas notícias, e anúncios – e ao modo como se portou Machado na série iniciada em abril de 1888. Quanto à percepção machadiana, Lúcia Granja entende que “O narrador é o único representante da população capaz de refletir sobre os fatos, o único que não segue a euforia geral sem enxergar os verdadeiros motivos das questões.”. Gledson também registra, para a série, esse distanciamento entre Machado e o leitor, colocando-o num patamar superior: “no sentido de que a compreensão machadiana da história, ou do fluxo dos acontecimentos, era mais aguda que a dos seus leitores”. E a própria fonte nos sugere o mesmo: “Vejam os leitores a diferença que há entre um homem de olho alerta, profundo, sagaz, próprio para remexer o mais íntimo das consciências (eu em summa), e o resto da população.” Construção irônica, típica na obra machadiana. Para análise de outra obra (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*), Roberto Schwarz vai no mesmo sentido e argumenta que Machado “escrevia para um público ainda inexistente”²⁴⁹. Essa ótica nos auxiliaria a dar créditos à série *Bons Dias!* enquanto fonte central para condução da pesquisa, mas tornaria frágil a hipótese de circulação de ideias, se as crônicas não fossem absorvidas pelo leitores.

No entanto, Ivan Teixeira discorda dessa presunção de plena superioridade, restringindo-a à técnica, a qual não colocava o escritor à frente de seu tempo no plano das ideias, inclusive pelo texto instigar o leitor a refletir sobre os acontecimentos contextualizados e ser resultado do ambiente e das relações em que se inseria Machado.

dia muitos foram os amigos que cumprimentaram o Sr. comendador Machado de Assis [...]” GN, 20 de abril de 1888, p.1.

²⁴⁷ Outros autores, como Alfredo Bosi; Antonio Candido; Leopoldo Waizburg; e Raymundo Faoro, também são essenciais para os estudos da obra machadiana, sobretudo, no sentido de ser sua obra um registro precioso da época em que viveu e, em alguns casos, pelo envolvimento com a questão abolicionista. No entanto, neste capítulo, preferi não expor em detalhes essas análises, por entender, como já dito, não ser a discussão sobre a obra machadiana o centro da pesquisa. Sugiro a leitura das seguintes obras sobre a produção e crítica machadiana: BOSI, A. (1992) *Dialética da Colonização* e (1999) *Machado de Assis: o enigma do olhar*; CANDIDO, A. (1992) *A vida ao rés-do-chão*; FAORO, R. (1974) *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio* e (2006) *O território da política em Machado de Assis*; e WAIZBORT, L. (2007) *A passagem do três ao um – crítica literária, sociologia e filologia* e (2009) *Roberto Schwarz: entre forma literária e processo social*.

²⁴⁸ Recomenda-se, para o estudo da relação entre jornal e crônica em Machado, a leitura de GRANJA, L. (2000) *Machado de Assis, escritor em formação (à roda dos jornais)* e (2006) *Das páginas dos jornais aos gabinetes de leitura: rumos dos estudos sobre a crônica de Machado de Assis*.

²⁴⁹ Conferir: GRANJA, L. (2000), op. cit., p. 27; GLEDSON, J. (2009), op. cit., p. 17; GN, 11 de maio de 1888, p. 2; SCHWARZ, 2009, p. 180, apud TEIXEIRA, I. (2010), p. 64; TEIXEIRA, I. (2010) *O altar e o trono – Dinâmica do poder em O Alienista*, pp. 64-5.

Defende o crítico ser “pouco provável que Machado escrevesse para um leitor sem repertório definido. Assim, as sátiras desse período dirigem-se claramente aos desvios de grupos conservadores com relação à nova proposta de ordenação do país.”²⁵⁰. Alcançada, pois, uma circulação de informações entre colaboradores do jornal; publicações; e leitores.

Voltando ao tripé teórico no qual o estudo se apoia, Gledson, na edição que reúne a série, já aponta que Machado de Assis usou notícias do jornal para compor as crônicas, o que é recorrente nesse gênero literário, com “percepção muito aguda dos eventos”²⁵¹. O crítico inglês coloca a abolição²⁵² como chave de leitura principal da série em questão – pelo menos para as nove primeiras, já que, ao final, a chave de leitura muda para o debate republicano. Defende que a crônica “dá uma noção mais clara do contexto maior desse momento histórico, mais complexo que a simplicidade da lei, com suas duas frases famosas”²⁵³, o que não deixa de colaborar para a tese de que uma cultura jurídica é composta por sujeitos e objetos que não exclusivamente oriundos de um núcleo oficial²⁵⁴.

A contribuição de Gledson para o real entendimento da obra machadiana como espectro do país é central neste trabalho, pois a partir dele pode-se entender que Machado “desejava retratar a natureza e o desenvolvimento da sociedade em que vivia.”²⁵⁵, bem como o fato de que “Suas linhas revelam uma verdade que a história política (especialmente, suspeitamos, quando escrita por uma pessoa dessas) ignoraria.”²⁵⁶. Ainda em relação à afinidade entre ficção e realidade, Chalhoub cuidou de demonstrar a correspondência entre fatos inseridos na narrativa ficcional e as ideias defendidas por Machado enquanto funcionário público²⁵⁷. O trabalho do historiador não se assemelha ao dos críticos no sentido de como eram construídas as narrativas; o intuito é trazer a

²⁵⁰ Em verdade, Ivan Teixeira cita apenas Roberto Schwarz (2008b), mas, como os demais autores estudados trouxeram a mesma ótica, entendo interessante agrupá-los. Na obra, Teixeira cuida de analisar a publicação periódica de *O Alienista* no jornal *A Estação*. Embora sejam textos e suportes distintos, não há como negar a possibilidade de trazer a leitura do crítico para este trabalho, inclusive por argumentar coincidir parte dos leitores da *Gazeta* com *A Estação*. Conferir TEIXEIRA, I. (2010), op. cit., pp. 63-74.

²⁵¹ Conferir GLEDSON, J. (2009), op. cit., p. 13.

²⁵² Gledson registra que as crônicas dos dias 11, 19 e 20-21 (esta publicada na *Imprensa Fluminense*) constituem “o quadro definitivo do ponto de vista do autor sobre a abolição” GLEDSON, J. (2009), op. cit., p. 29.

²⁵³ Conferir GLEDSON, J. (2009), op. cit., p. 23.

²⁵⁴ Não se pretende colocar a figura de Machado longe de um setor letrado, intelectualizado e até oficial, já que ascendeu à elite carioca e trabalhou no Ministério da Agricultura – inclusive contra a escravidão –, mas não se deve perder particularidades como sua origem (não é oriundo das academias de direito) e o anonimato das crônicas, o que dá uma aura menos especializada às crônicas.

²⁵⁵ GLEDSON, J. (2009), op. cit., p. 25.

²⁵⁶ Idem, Ibidem, p. 47.

²⁵⁷ Indico a obra por trazer uma leitura que, embora pautada na crítica literária, não se pretende como tal, já que o foco era a atuação na esfera estatal. Conferir CHALHOUB, S. (2003), op. cit..

correspondência entre as ideias reveladas nas obras machadianas e sua atuação na esfera burocrática.

A série anônima é a única obra do escritor publicada entre 1888 e 1889. Gledson diz ser “impossível exagerar a importância desse verdadeiro anonimato para a série; não se trata apenas de um novo pseudônimo [...]. Parece claro que Machado ia dizer algumas coisas duras, mesmo sob a capa da ironia, e queria poder dizer essas coisas com uma margem extra de liberdade, sem sofrer consequências mais imediatas.”²⁵⁸. Apenas na década de 1950 foi descoberta a autoria das crônicas, por Galante de Souza, com base em lista de anônimos e pseudônimos da Biblioteca Nacional, organizada por José Alexandre Teixeira de Melo.

Quanto à centralidade da questão servil – e que dialoga com o trabalho de Chalhoub na esteira de vincular a atuação burocrática de Machado junto ao Estado na questão do *Ventre Livre* –, Gledson sistematiza os romances do escritor em relação a eixos históricos, focados ou panorâmicos: há um acompanhamento da história do país, desde antes da chegada da família real (marco da descolonização) até a Primeira República (que marcará a política nacional baseada em pactos oligárquicos), em que sempre há referência a datas como 1871 ou 1888, centrais para a abolição²⁵⁹.

Feitas essas considerações acerca do gênero literário e do autor das crônicas, é realizada uma leitura interpretativa dos trechos – quando não as crônicas inteiras – que embasam as hipóteses sobre a (i) circulação das ideias; (ii) a falsa liberdade a que se sujeitou o país; e, por fim (iii) de que esses registros podem ser considerados como componentes da cultura jurídica, por revelar nuances que documentos oficiais não fariam. Neste capítulo, não são transcritas em grupos as crônicas, como se fez com as publicações do jornal no capítulo anterior. São transcritas e comentadas as crônicas em ordem cronológica, e apontadas, na medida do possível, essas três nuances. Uma observação é necessária, quanto ao título e assinatura das crônicas – respectivamente, “Bons Dias!” e “Boas Noites”: entende Gledson ²⁶⁰, considerando-os pseudônimos, que esses buscam passar uma polidez, considerada pelo crítico o cerne das crônicas, pois o autor busca insultar o leitor – e muitos dos registros do jornal. A crítica toma forma elegante com o intuito de confundir os

²⁵⁸ Conferir GLEDSON, J. (2009), op. cit., p. 20.

²⁵⁹ Idem, ibidem, p. 26.

²⁶⁰ Em conferência realizada em 13.06.2013, na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, com a presença de Hélio Seixas Guimarães e Lúcia Granja.

leitores da época: “hão de reconhecer que sou bem criado [...] chego à porta, e o meu primeiro cuidado é dar-lhes os bons dias.”²⁶¹

Passa-se, assim, aos comentários das crônicas, que serão algumas parcialmente transcritas, outras, reproduzidas integralmente.

As duas primeiras crônicas parecem não ter elementos diretamente ligados à questão servil, mas já trazem muitas referências às notícias do jornal: o meteoro de Bendengó, achado no nordeste; as eleições; e o comportamento liberal pelo partido conservador. Quanto à abolição, na primeira crônica, aparece escamoteada na discreta passagem que segue: “Feito este cumprimento, que não é do estilo, mas é honesto, declaro que não apresento programa. Depois de um recente discurso proferido no Beethoven, acho perigoso que uma pessoa diga claramente o que é que vai fazer; o melhor é fazer calado.”. O referido clube – que sempre aparecia em publicações do jornal – abrigava reuniões de políticos que, à época, discutiram a abolição. Machado era assíduo frequentador. Essa primeira referencia ao projeto, sem se saber detalhes, veio à tona na *Gazeta de Notícias* em 25 de março, quando publicada parte do discurso de Ferreira Viana feito no clube, sobre a abolição. Machado parece propor um desafio – a realização da abolição.

Na segunda crônica, apenas a leitura conjunta do jornal, de dias anteriores, consegue esclarecer o tema – para o leitor de hoje, já que o leitor da época estaria bastante acostumado com o assunto. Trata-se da indicação de um liberal para as eleições de deputado do primeiro distrito. Os políticos convidados recusaram-se à candidatura, em franco apoio ao candidato abolicionista do partido conservador, Ferreira Viana. Machado sintetiza ser “claro que a designação de S. Exa. [Bezerra de Menezes] vinha grávida de recusa; era só para efeito decorativo.”²⁶² Ou seja, as duas primeiras crônicas ventilam as questões do período imediatamente anterior à abolição, movimentos políticos que são preparatórios para o percurso do projeto junto ao parlamento.

A terceira crônica também traz informações constantes no periódico, como a dieta da Armada, o empréstimo brasileiro no exterior e, mais uma vez, as eleições para a câmara:

“...E nada; nem palavra, nada. Ninguém me responde; todos estão com os olhos na eleição do 1º distrito. [...] Calaram-se, a pretexto de que vão votar, será político, mas não é político; não sei se me entendem. [...] E

²⁶¹ ASSIS, M. (2009) *Bons Dias!*, p. 79. Conferir também *GN*, 5 de abril de 1888, p. 1.

²⁶² Idem, *ibidem*, p. 86. Conferir também *GN*, 12 de abril de 1888, p. 1.

note-se que lá fora, mesmo quando há eleição, ninguém se esquece dos seus deveres: às vezes até os cumprem com mais galhardia.”²⁶³.

O cronista parece referir-se aos liberais, que estão sem candidato para as eleições daquele dia, chamando-lhes a atenção para o dever do voto, sobretudo, por ser pauta suprapartidária a abolição. Talvez seja por precaução o alarde da crônica. Viu-se que, na *Gazeta*, várias foram as publicações, inclusive de liberais e representantes do partido, a pedir os votos para o conservador Ferreira Viana, com o intuito de não ser bloqueado o projeto abolicionista. Machado registra que “vão sendo horas de ir votar e ainda não dei conta de uma reclamação que recebi.”. Trata-se da absurda hipótese de inexistência de escravos!

Baseada, tudo indica, em notícia do jornal, de que o Banco Predial se reuniu para tratar dos escravos hipotecados, a crônica narra que “Muitos foram os pareceres, duas as propostas, uma destas a aprovada, até que tudo acabou como nos demais bancos [...]. Entre os discursos proferidos [...] declarando ser tudo aquilo uma discussão vazia de sentido, porque já não existem escravos.”. A reclamação então chega: “recebi daí a pouco uma mensagem assinada por cerca de 600.000 pessoas (ainda não pude acabar a contagem dos nomes), pedindo-me que justifique o discurso [...]. Há escravos, eles próprios o são.”²⁶⁴. São dois os absurdos narrados pela crônica: o primeiro, a inexistência de escravos, que foi típico argumento de escravagistas à época, servindo, portanto, de ingrediente para a ironia machadiana. Acreditavam alguns que, em virtude das leis “Ventre Livre” e “Sexagenário”, já não existiriam, em pouco tempo, escravos, sendo desnecessária uma abolição definitiva. A segunda aberração é a mensagem assinada por 600.000 escravos. Não se trata de desacreditar na capacidade de organização dos escravos, que, como visto pelas publicações, reuniam-se constantemente, mas tal soma de assinaturas seria impossível diante do analfabetismo que acometia o país²⁶⁵. Finaliza a crônica com mais uma notícia do periódico: o abandono do partido liberal por um deputado provincial, acusado de traição: “Exemplo austero e digno de imitação!”²⁶⁶, notícia que também foi veiculada na folha.

Já a quarta crônica traz a abolição como tema central: “[...] ainda ontem estive a conversar com alguém, sobre estes negócios de abolição e emancipação. A conversa travou-

²⁶³ ASSIS, M. (2009) op. cit., p. 91. Conferir também *GN*, 19 de abril de 1888, p. 1.

²⁶⁴ Idem, ibidem, p. 93. Conferir também *GN*, 19 de abril de 1888, p. 1.

²⁶⁵ Conforme já exposto na primeira parte da dissertação, “entre a população escrava o índice [de analfabetismo] atingia 99,9% em 1872”. Conferir CARVALHO, J. M. (2011) op. cit., p.79

²⁶⁶ ASSIS, M. (2009) op. cit., p. 94. Conferir também *GN*, 19 de abril de 1888, p. 1.

se a propósito dos vivos ao Partido Liberal, dados por uns escravos de Cantagalo, no ato de ficarem livres [...]”, notícia divulgada em 24 de abril na *Gazeta*. Desse comentário, Machado passa para assunto crucial – o destino dos libertos: “comecei eu a ruminar uma ideia que tenho, para dar emprego aos libertos que não quiserem ficar na agricultura; isto é meu plano: aumentar o número de escravos de servir, de tal maneira que ninguém tenha menos de três, ainda à custa de grandes sacrifícios...”. O autor comenta antiga legislação²⁶⁷, que permitia não mais de “três criados de porta acima” para “pessoas de primeira consideração” e sugere que

“Já o leitor começa a entender. Restaurando-se este aviso (aliás não revogado expressamente), não haverá ninguém que não queira ser de primeira consideração, com três criados de porta acima. [...] / Há de custar; mas tirando daqui uma vela, dali um par de sapatinhos [...], sacrificando alguns divertimentos, deixando mesmo de pagar algum credor mais pacato, chega-se à primeira consideração, que é o fim de todos nós. [...] Sei que hoje pode ser um modo de empregar libertos, e deixo esta ideia no papel, para uso das pessoas que não tenham outras. Olhem lá, não briguem.”²⁶⁸

A ideia, obviamente, é irônica. Mas, instiga o leitor a pensar sobre o destino dos libertos. Nas fazendas que ensejaram a notícia – e a crônica – foram libertos 1909 escravos! Qual seria o destino deles? Continuar a servir os senhores brancos “porta acima”?

Com movimento semelhante ao jornal, as crônicas começam a discorrer mais sobre a abolição. A quinta crônica da série inicia-se com pedidos de desculpas pelo estado de saúde do escritor, constipado, que avisa “se alguma vez precisei de estar de perfeita saúde é agora, e por várias razões. [...] A primeira é a abertura das câmaras. Realmente, deve ser solene. O discurso da princesa, **o anúncio da lei de abolição**, as outras reformas [...]”²⁶⁹. O restante da crônica discorre sobre a política – indecifrável – do Ceará.

São as crônicas dos dias 11 e 19 de maio que mais chamam a atenção do pesquisador e que possuem um nível crítico elevado. Por essa razão, são aqui transcritas integralmente, para uma análise mais detalhada.

²⁶⁷ Lei de 7 de janeiro de 1824.

²⁶⁸ ASSIS, M. (2009) op. cit., p. 96. Conferir também *GN*, 27 de abril de 1888, p. 1.

²⁶⁹ Idem, ibidem, p. 99. Conferir também *GN*, 04 de maio de 1888, p. 2, grifo meu.

“BONS DIAS!

Vejam os leitores a diferença que há entre um homem de olho alerta, profundo, sagaz, próprio para remexer o mais íntimo das consciências (eu em suma), e o resto da população.

Toda a gente contempla a procissão na rua, as bandas e bandeiras, o alvoroço, o tumulto, e aplaude ou censura, segundo é abolicionista ou outra coisa; mas ninguém dá a razão desta coisa ou daquela coisa; ninguém arrancou aos fatos uma significação, e, depois, uma opinião. Creio que fiz um verso.

Eu, pela minha parte, não tinha parecer. Não era por indiferença; é que me custava a achar uma opinião. Alguém me disse que isto vinha de que certas pessoas tinham duas e tres, e que naturalmente esta injusta acumulação trazia a miséria de muitos; pelo que, era preciso fazer uma grande revolução econômica, etc. Compreendi que era um socialista que me falava, e mandei-o à fava. Foi outro verso, mas vi-me livre de um amolador. Quantas vezes não me acontece o contrario!

Não foi o ato das alforrias em massa dos últimos dias, essas alforrias incondicionais, que vêm cair como estrelas no meio da discussão da lei da abolição. Não foi; porque esses atos são de pura vontade, sem a menor explicação. Lá que eu gosto da liberdade, é certo; mas o princípio da propriedade não é menos legítimo. Qual deles escolheria? Vivia assim, como uma peteca (salvo seja), entre as duas opiniões, até que a sagacidade e profundidade de espírito com que Deus quis compensar a minha humildade, me indicou a opinião racional e os seus fundamentos. Não é novidade para ninguém, que os escravos fugidos, em campos, eram alugados. Em ouro Preto fez-se a mesma coisa, mas por um modo mais particular. Estavam ali muitos escravos fugidos. **Escravos, isto é, indivíduos que, pela legislação em vigor, eram obrigados a servir a uma pessoa: e fugidos, isto é, que se haviam subtraído ao poder do senhor, contra as disposições legais. Esses escravos fugidos não tinham ocupação; lá veio, porém, um dia que acharam salário, e parece que bom salário.**

Quem os contratou? Quem é que foi a Ouro preto contratar com esses escravos fugidos aos fazendeiros A, B, C? Foram os fazendeiros D, E, F. Estes é que saíram a contratar com aqueles escravos de outros colegas, e os levaram consigo para suas roças.

Não quis saber mais nada; desde que os interessados rompiam assim a solidariedade do direito comum, é que a questão passava a ser de simples luta pela vida, e eu, em todas as lutas, estou sempre do lado do vencedor. Não digo que este procedimento seja original, mas é lucrativo. Alguns não me compreenderam (porque há muito burro neste mundo); alguém chegou a dizer-me que aqueles fazendeiros fizeram aquilo, não porque não vissem que trabalhavam contra sua própria causa, mas para pregar uma peça ao Clapp.

- Sim, senhor. Saiba que o Clapp tinha o plano feito de ir a Ouro Preto pegar os tais escravos e restitui-los aos senhores, **dando-lhes ainda uma pequena indenização de seu bolsinho**, e pagando ele mesmo a sua passagem da estrada de ferro. Foi por isso que...

- Mas então quem é que está aqui doido?

- É o senhor; o senhor é que perdeu o pouco de juízo que tinha. **Aposto que não vê que anda alguma coisa no ar.**

- vejo; creio que é um papagaio.
 - Não, senhor; **é uma república. Querem ver que também não acredita que esta mudança é indispensável?**
 - Homem, eu, a respeito de governos, estou com Aristóteles, no capítulo dos chapéus. O melhor chapéu é o que vai bem à cabeça. Este, por ora, não vai mal.
 - Vai pessimamente. **Está saindo dos eixos; é preciso que isto seja, senão com a monarquia, ao menos com a república**, aquilo que dizia o Rio-Post de 21 de junho do ano passado. Você sabe alemão?
 - Não.
 - Não sabe alemão?
 E, dizendo-lhe eu outra vez que não sabia, ele imitando o medico de Molière, dispara-me na cara esta algaravia do diabo:
 - *Es dürfte leitch zu erweisen sein, dass Brasilien weniger eine konstitutionelle Monarchie als eine absolute Oligarchie ist.*
 - Mas que quer isto dizer?
 - Que é deste último trono que deve brotar a flor.
 - Que flor?
 - As
 Boas Noites.”²⁷⁰

A crônica parece resumir a leitura feita do periódico até o momento. Todas as informações comentadas no capítulo anterior aparecem, de alguma forma, no texto: as festividades; as alforrias em massa; a condição jurídica do escravo; as fugas; os salários marcados; o anseio por indenização; e, por fim, o advento da república. O poder de síntese do escritor, somado à forma da narrativa – sempre irônica –, faz dessa crônica a mais importante da série para esta pesquisa. As passagens grifadas merecem comentários. É interessante perceber como Machado de Assis cruza as informações presentes no jornal, que estão em seções distintas, provavelmente provenientes de núcleos diversos, e constrói uma narrativa provocante, que instiga o leitor, e hoje o pesquisador, a problematizar os acontecimentos da época. A crônica não só registra a sociedade, como passa a ser parte constituinte dela, influenciando, pois, os leitores da época.

Os trechos grifados revelam alguns detalhes. O primeiro deles é a falta de cuidado com que foi lidada a questão pelo público: em meio ao êxtase dos festejos, em que se “aplaude ou censura, segundo é abolicionista ou outra coisa [...] ninguém arrancou aos fatos uma significação, e, depois, uma opinião”; ou seja, se feitos elogios ou realizadas críticas, poucos foram os precedidos de análises consistentes²⁷¹, o que vai ao encontro da

²⁷⁰ Idem, ibidem, p. 103-5. Conferir também GN, 11 de maio de 1888, p. 2, grifo meu.

²⁷¹ Interessante pensar como essas reações massificas, diante de acontecimentos espetaculares, quase sempre são desprovidas de discussão por parte de quem lhes toma partido, sem generalizações, claro. Para citar exemplo recente, basta lembrar as manifestações de junho de 2013 no Brasil. Os eventos tomaram proporções e pautas (ou a total ausência de uma pauta séria) impensáveis.

ideia de que foram as alforrias em massa “atos são de pura vontade, sem a menor explicação”, já que, embora sugerissem o envolvimento da população – ou a sensibilização de senhores – com a questão escravagista, foram, em verdade, uma maneira de procurar vincular o liberto ao senhor, por meio de gratidão, com “alforrias *incondicionais*” ou, até mesmo, com salário, “e parece que bom salário”.

O cronista consegue, ainda, registrar questões de cunho jurídico, em sentido estrito: o embate – nuclear para os debatedores à época – entre direito de propriedade e direito à liberdade, uma vez que parecia um consenso a ideia de que “Lá que eu gosto da liberdade, é certo; mas o princípio da propriedade não é menos legítimo.”; o que gera, como consequência, outro pleito escravocrata: a indenização, ainda que “uma pequena indenização de seu bolsinho”. Refere-se a crônica, neste caso, ao abolicionista republicano João Clapp. Há também excerto que tangencia, mesmo que de maneira superficial, a condição jurídica dos escravos enquanto objetos e não sujeitos, “isto é, indivíduos que, pela legislação em vigor, eram obrigados a servir a uma pessoa: e fugidos, isto é, que se haviam subtraído ao poder do senhor, contra as disposições legais.”

Finaliza a crônica sugerindo estar próximo – e necessário, embora o narrador não ache ruim o sistema político da época – o fim da monarquia, com o advento da república. Ao fazer uma citação em língua estrangeira, o escritor não impossibilita o processamento da informação, já que as palavras “*konstitutionelle Monarchie*” e “*absolute Oligarchie*” não são de difícil tradução e parecem sugerir o estado constante em que se encontra o país.

Conforme assinalado em nota, a crônica publicada n’*O Fluminense*, em 20 de maio de 1888, não foi objeto de estudo, por estar em periódico distinto do que serve de fonte para esta pesquisa, razão pela qual se passa à análise da penúltima crônica, transcrita integralmente a seguir.

“BONS DIAS!

Eu pertenço a uma família de profetas *après coup*, *post facto*, depois do gato morto, ou como melhor nome tenha em holandês. Por isso digo, e juro se necessário for, que **toda a história desta lei 13 de maio estava por mim prevista, tanto que na segunda-feira, antes mesmo dos debates, tratei de alforrear um molecote que tinha, pessoa dos seus dezoito anos, mais ou menos.** Alforria-lo era nada; entendi que, perdido por mil, perdido por mil e quinhentos, e dei um jantar.

Neste jantar, a que os meus amigos deram o nome de banquete, em falta de outro melhor, **reuni umas cinco pessoas, conquanto as notícias dissessem trinta e três** (anos de Cristo), no intuito de lhe dar um aspecto simbólico.

No golpe do meio (*coup du milieu*, mas eu prefiro falar a minha língua), levantei-me eu com a taça de champanha e declarei que, acompanhando as ideias pregadas por Cristo, há dezoito séculos, **restituía a liberdade ao meu escravo Pancrácio; que entendia que a nação inteira devia acompanhar as mesmas ideias e imitar o meu exemplo; finalmente, que a liberdade era um dom de Deus, que os homens não podiam roubar sem pecado.**

Pancrácio, que estava à espreita, entrou na sala, como um furacão, e veio abraçar-me os pés. Um dos meus amigos (creio que é ainda meu sobrinho), pegou de outra taça, e pediu à ilustre assembleia que correspondesse ao ato que eu acabava de publicar, brindando ao primeiro dos cariocas; fiz outro discurso agradecendo, e entreguei a carta ao molecote. Todos os lenços comovidos apanharam as lágrimas de admiração. Caí na cadeira e não vi mais nada. De noite, recebi muitos cartões. Creio que estão pintando o meu retrato, e suponho que a óleo.

No dia seguinte, chamei pancrácio e disse-lhe com rara franqueza:

- **Tu és livre, pode ir para onde quiseres. Aqui tens casa amiga, já conhecida e tens mais um ordenado, um ordenado que...**

- **Oh! meu senhô! fico.**

- ... Um ordenado pequeno, mas que há de crescer. Tudo cresce neste mundo; tu cresceste imensamente. Quando nasceste, era um pirralho deste tamanho; hoje está mais alto que eu. Deixa ver; olha, és mais alto quatro dedos...

- Artura não qué dizê nada, não, senhô...

- Pequeno ordenado, repito, uns seis mil-réis, mas é de grão em grão que a galinha enche o seu papo. Tu vales muito mais que uma galinha.

- Eu vaio um galo, sim, senhô.

- Justamente. Pois seis mil-réis. No fim de um ano, se andares bem, conta com oito. Oito ou sete.

Pancrácio aceitou tudo; aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas; efeitos da liberdade. Mas eu expliquei-lhe que o peteleco, sendo um impulso natural, não podia anular o direito civil adquirido por um título que lhe dei. Ele continuava livre, eu de mau humor; eram dois estados naturais, quase divinos.

Tudo compreendeu o meu bom Pancrácio; daí pra cá, tenho-lhe despedido alguns pontapés, um ou outro puxão de orelhas, e chamo-lhe besta quando lhe não chamo filho do diabo; coisas todas que ele recebe humildemente, e (Deus me perdoe!) creio que até alegre.

O meu plano está feito; quero ser deputado, e, na circular que mandarei aos meus eleitores, direi que, **antes, muito antes da abolição legal,** já eu, em casa, na modéstia da família, libertava um escravo, ato que comoveu a toda gente que dele teve notícia; que esse escravo tendo aprendido a ler, escrever e contar (simples suposição) é então professor de Filosofia no Rio das Cobras; que **os homens puros, grandes e verdadeiramente políticos, não são os que obedecem à lei, mas os que se antecipam a ela, dizendo ao escravo: és livre,** antes que o digam os poderes públicos, **sempre retardatários, trôpegos e incapazes de restaurar a justiça na terra,** para satisfação do céu.

*Boas Noites.*²⁷²

²⁷² ASSIS, M. (2009) op. cit., p. 109-11. Conferir também GN, 19 de maio de 1888, p. 1.

A crônica é muito sutil em suas críticas, muitas das quais bastante veladas. Anunciando que “toda a história desta lei 13 de maio estava por mim prevista, tanto que na segunda-feira, antes mesmo dos debates, tratei de alforrear um molecote”, o narrador se coloca em patamar adiantado – e muito – em relação ao resto da população e do governo. Em verdade, apenas um dia antes dos debates, já que a segunda-feira a que se refere é a do 7 de maio, quando o gabinete “10 de março” apresentou-se à câmara e ao senado para colocar em pauta as questões referentes às mudanças ministeriais e legislativas, sobretudo, a abolição legal imediata. As discussões no parlamento começaram na terça-feira, dia 8 de maio. Desse primeiro recorte, pode-se passar ao fim da crônica, que é arrematada pela afirmação de que “homens puros, grandes e verdadeiramente políticos, não são os que obedecem à lei, mas os que se antecipam a ela”, “antes, muito antes da abolição legal” (mesmo que apenas cinco dias!) “dizendo ao escravo: *és livre*, antes que o digam os poderes públicos, sempre retardatários, trôpegos e incapazes de restaurar a justiça na terra”. Neste ponto, muito embora seja necessário concordar com parte da adjetivação dada ao poder público, o autor, mais uma vez, insinua criticar o posicionamento dos senhores que se sentiam verdadeiros salvadores ao alforriar seus escravizados, assim como parece chamar a atenção para o fato de que não é com a abolição legal que se restaura a justiça, como defendiam os proprietários de escravos, que dariam continuidade ao tratamento de subordinação e dependência típico também do período pós-abolição. Nesse sentido é o registro da crônica ao narrar que o escravo libertado foi abraçar-se aos pés do senhor, que lhe propõem um salário e casa. O liberto fica e ainda recebe castigo, razão pela qual se desculpa o senhor, já que “sendo um impulso natural, não podia anular o direito civil adquirido por um título que lhe dei”. Fica patente, na passagem, que as diferenças, antes na esfera civil, passam a ser de ordem natural (negro/branco).

Uma vez reconhecido o generoso fato pela população, com a reunião de “umas cinco pessoas, conquanto as notícias dissessem trinta e três”, o que também nos remete aos anúncios de libertações no jornal, que, algumas vezes, pareceram exagerar nas comemorações e agradecimentos, diz o narrador que “meu plano está feito; quero ser deputado”²⁷³. Uma última observação deve ser feita. Gledson aponta que a idade de

²⁷³ Interessante ver que, além de se pautar nos anúncios de libertações, certamente, Machado de Assis ainda se baseou em notícias como a que segue: “Ordene V. Ex. ás collectorias de todos os municípios, principalmente a do Bananal, que forneçam uma lista dos fazendeiros e lavradores que tem libertado todos os seus escravos com baixa nas collectorias. / Verá V. Ex. que serão poucos; a maior parte são **liberdades simuladas com viso**

Pancrácio deve ser levada em consideração pois, “pessoa dos seus dezoito anos, mais ou menos”, o jovem escravo poderia ser fruto de ventre livre. Denuncia, assim, o escritor, mais uma trapaça dos senhores, já que poderiam alguns, à época da Lei de 1871, ter fraudado a data de nascimento para antes da promulgação da lei.

A crônica “Bons dias!” do dia 27, pautada no diálogo entre o meteorólito de Bendegó e um certo “Carvalho”, ainda discorre sobre o tema: diz que “Cumpre não perder de vista o meteorólito de Bendegó. Enquanto toda a nação bailava e cantava, delirante de prazer pela grande lei da abolição.” No dia 27, como visto, o editorial falava que as festas não acabavam, enquanto nos telegramas ainda chegavam notícias de comemorações pelas províncias.”²⁷⁴. A crônica é finalizada com a notícia do “rumor de república [...] e que há certas pessoas para quem o advento da república é certíssimo” e ainda que “se ela já estivesse estabelecida, acabada estaria há muito anos a escravidão”, ao que o meteorólito responde não ser incompatíveis escravidão e república, lembrando que no preâmbulo da constituição dos Estados Confederados, no sul dos Estados Unidos, “A escravidão é a base da constituição”, até a guerra de secessão, que resultou na emancipação geral.

Embora o trabalho seja focado nas oito primeiras crônicas, que, junto com o jornal, até o final de maio, registraram a abolição todos os dias, necessário consignar que ainda nas crônicas de 1º e 26 de junho há interessantes menções ao tema. Destacam-se, da primeira, as reclamações de indivíduos no sentido de que “não aparecia[m] o[s] seu[s] nome[s]” nas festas abolicionistas, ao que o narrador responde “é que eles tanto trabalharam para a abolição dos escravos, como para a destruição de Nínive, ou para morte de Sócrates...”²⁷⁵. Mais uma vez, Machado critica a publicidade exacerbada almejada por alguns indivíduos. Já na crônica de 26 de junho, Machado retoma algumas publicações do final de maio, já comentadas no primeiro capítulo, para tecer a narrativa; nelas, era pleiteada, de forma absurda, a indenização, mesmo com a aprovação do projeto e finalizada a discussão. Propõe o narrador a compra de libertos, com data retroativa na escritura. “E ficava esperando. / Esperando o quê? Esperando a indenização, com todos os diabos! [...] lucro certo!”²⁷⁶, o escritor insinua a impossibilidade da indenização, reclamada em algumas publicações do periódico e encabeçada por Cotegipe no parlamento. Com essa crônica, que

de figurarem (e muitos á custa de credores) e com a ganancia de **algum título de governo.**” *GN*, 09 de maio de 1888, p. 1, grifo meu.

²⁷⁴ ASSIS, M. (2009) op. cit., p. 119. Conferir também *GN*, 27 de maio de 1888, p. 1.

²⁷⁵ Idem, ibidem, p. 124. Conferir também *GN*, 1º de junho de 1888, p. 1.

²⁷⁶ Idem, ibidem, pp. 140-1. Conferir também *GN*, 26 de junho de 1888, p. 1.

parece por fim à esperança do setor mais conservador da sociedade, Machado encerra as discussões sobre a escravidão e sua abolição nas crônicas, voltando-se para a reforma política que estaria por vir.

Da breve análise dos excertos e pautado na literatura crítica, pode-se inferir que as crônicas realmente ocupavam espaço de destaque no jornal: além do local privilegiado – na primeira ou na segunda páginas –, as crônicas foram publicadas periodicamente e dialogavam de forma direta com o suporte, trazendo informações veiculadas por diferentes seções do jornal. O trabalho machadiano ganha proeminência também pelo estilo, que se distingue do restante do jornal, carregado de pequenas notícias ou de editoriais cuja entonação é de seriedade. A forma com que registra a época pode ser considerada performática: absorve informações, processa-as e as devolve ao leitor com nova roupagem. Essa interpretação da realidade faz do texto machadiano parte constitutiva dela mesma, por possuírem ambos características semelhantes: constroem-se a partir da desconstrução.

Quanto ao âmbito jurídico, para além da presença de vocabulário próprio desse universo, pode-se perceber que as crônicas narram situações que são práticas ou experiências que dialogam, muitas vezes, de forma sutil, com o universo do direito se o entendermos como parte de um sistema social, e não como um sistema fechado, tema que será exposto na próxima parte da dissertação, ao se discorrer sobre cultura jurídica.

Parte 2

Tipos da cultura jurídica

A proposta deste trabalho foi pensada a partir de elementos ligados ao universo jurídico: escravidão e abolição. No entanto, não são feitas análises em dimensões legalistas – legislativas, judiciais, ou doutrinárias –, típicas da dogmática²⁷⁷ jurídica e até mesmo da história do direito. De maneira oposta, as leituras a respeito de um fato no campo do direito podem e devem ser múltiplas, bem como as contribuições para a composição da cultura – para não falar da ordem – jurídica. Não por acaso, na primeira parte deste estudo, que ocupa a maior parcela da dissertação, dedicou-se à apresentação e análise de fontes primárias que *não* são centrais no campo do estudo da história do direito. Ao contrário de debates legislativos; leis; pareceres ministeriais; decisões; processos judiciais; e literatura específica – manuais; compêndios; doutrinas –, os jornais não-oficiais e a literatura cotidiana *não* são fontes regularmente utilizadas nas pesquisas jurídicas difundidas, mas que mostram, conforme exposto na primeira parte, registros que possibilitam trabalhar com o tema, inclusive por conter elementos que lhes são caros, ou mesmo cita-los.

Esta segunda parte da dissertação, por se afastar de um estudo dogmático, inicia-se com considerações breves e gerais²⁷⁸ acerca do conceito de cultura, para então demonstrar, no capítulo terceiro, qual o sedimentado entendimento, no país, sobre a composição da cultura jurídica – em especial, da segunda metade do século XIX –, e desenvolver, no capítulo quarto, o que se pretende entender por cultura jurídica, tendo como base o desdobramento da literatura nacional, o apoio em literatura estrangeira e, obviamente, a análise das fontes trabalhadas na primeira parte da pesquisa, de onde vem a nomenclatura *tipos*²⁷⁹. O entrelaçamento entre as duas primeiras partes resulta na verificação das hipóteses do trabalho, a serem percorridas no capítulo quarto e na conclusão do trabalho.

Em entrevista concedida a D. Eribon, em 1988, e publicada no Brasil em 2005, Claude Lévi-Strauss diz que as culturas “se fecundam ou se estimulam mutuamente [...]”

²⁷⁷ Para um diagnóstico da situação da pesquisa em Direito no país, consultar NOBRE, M. (2004), *Apontamentos sobre a pesquisa em direito no Brasil*.

²⁷⁸ Esta pesquisa é realizada no campo da história do direito, mas, por trabalhar com o conceito de “cultura jurídica”, e por se apoiar em literatura específica da sociologia do direito, achamos pertinente uma breve explanação sobre o termo cultura, pautados, sobretudo, na obra de Clifford Geertz, sem querer, obviamente, esgota-lo.

²⁷⁹ Retomo, aqui, a analogia feita com a gaveta tipográfica no início da dissertação: os diferentes tipos que nela são albergados, quando compostos, conformam mensagens. Os “tipos” a que me refiro no título desta segunda parte do trabalho significam as plurais possibilidades de sujeitos e objetos a conformar a cultura jurídica. Por isso, o título é “tipos DA...” e não “tipos DE”, uma vez que defendo não ser necessária essa segmentação no estudo da cultura jurídica.

culturas que permanecem isoladas, em mundos fechados, ficam numa vida estacionária.”²⁸⁰.

De forma semelhante à pregada por Strauss, concebo o direito e, assim, a cultura jurídica. Impossível pensar um estudo da ciência do direito e, assim, da cultura jurídica, hermético²⁸¹, sem frisar trocas com a sociedade em geral, sem se alicerçar em diferentes sujeitos e objetos que não apenas os especializados do campo jurídico, já que a participação neste universo é plural. Este trabalho toma, pois, essa ótica para a composição da cultura jurídica a partir de elementos não estritamente advindos do campo do direito, como as informações do jornal não-oficial da época e das crônicas, que são nossas fontes primárias.

Nesse sentido, o trabalho é pautado em pesquisas que surgiram após o advento dos estudos culturais, sobretudo a partir da década de 1960, com as investigações no campo das relações entre direito e sociedade. Austin Sarat e Jonathan Simon, ao discorrerem sobre diferentes narrativas que compõem o universo jurídico, ensinam que “*cultural studies often reads back into these narratives a model of law that is more rule-like, more coherent, and more functional than that described by legal studies.*”²⁸². Ou seja, tem-se em mente que, para a análise da cultura jurídica é necessário inclui-la numa moldura maior que abriga a sociedade, e, por conseguinte, imprescindível o uso de fontes pulverizadas na coletividade a colaborar com o registro de práticas e pensamentos plurais, que produzem, contestam ou transformam²⁸³ o direito, e, portanto, revelam a cultura jurídica.

As pesquisas em história do direito, no Brasil, tem se dedicado ao estudo da cultura jurídica de forma bastante específica. Tomam o ambiente especializado como única fonte para sua composição. Entretanto, se o direito – as leis; as instituições; e as relações que baliza ou que determina – está permeado na sociedade de forma geral, constituindo-a, provocando assimilações e confrontos, como se restringir a determinados sujeitos e objetos

²⁸⁰ Conferir ERIBON, D. (2005) *De perto e de longe*, p. 209.

²⁸¹ Conferir Naomi Mezey: “A constitutive theory of law rejects law’s claim to autonomy and its tendency toward self-referentiality.”. MEZEY, N. (2003) *Law as culture*, p. 46.

²⁸² Conferir SARAT, A. *et alli*. (2003) *Cultural analysis, cultural studies, and the situation of legal scholarship*, p. 5. Para a relação entre estudos culturais e estudos jurídicos, defendem: “While suspicious of the social, cultural studies is far from being a promoter of cultural knowledge. It has flourished in disciplines like anthropology and literature that have dealt with “culture” as a key term for a long time [...]. The coming together of cultural studies and legal studies has parallels with the rise of legal realism, even as it represents the first true step away from it.”. Idem, p. 9.

²⁸³ Conferir: “[...] culture is a description of a particular way of life, which express certain meanings and values not only in art and learning but also in institutions and ordinary behavior. [...] I will provisionally call culture any set of shared, signifying practices – practices by which meaning is produced, performed, contested, or transformed.”. MEZEY, N. (2003) *op. cit.*, p. 42.

no estudo da cultura jurídica? Necessário frisar, mais uma vez: o estudo da cultura jurídica não se confunde com o estudo do direito, e, por isso, almeja-se inserir outros atores e suportes em sua composição, ou seja, outros “tipos” a compor a cultura jurídica.

Clifford Geertz aponta que “a cultura [...] é um contexto, algo dentro do qual eles [acontecimentos sociais, comportamentos, instituições ou processos] podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade.”²⁸⁴, sendo essa descrição um exercício interpretativo, “uma adivinhação dos significados, uma avaliação das conjecturas, um traçar de conclusões explanatórias”²⁸⁵. Pois bem, para este trabalho, foi selecionado o contexto jurídico, especificamente a questão da abolição da escravidão, no Brasil, em 1888, e a circulação das informações relacionadas ao episódio em documentos não oficiais, já descritos²⁸⁶.

Se tomadas apenas fontes oficiais da época, ter-se-ia, certamente, visões bastante particulares²⁸⁷ da cultura jurídica abolicionista: os senadores e deputados; os ministros e conselheiros; os advogados; os processos de liberdade; os debates parlamentares; os discursos oficiais; os livros de doutrina; e as leis. Mas, a cultura jurídica extrapola esses “locais”, esses “tipos”. Ela está nos discursos cotidianos; nas festas; nos anúncios comerciais; na literatura; nos periódicos. São essas as fontes da pesquisa por serem necessários “desvios” para que incursões mais audaciosas sejam realizadas, sem, obviamente, se exaurirem, inclusive por ser a análise cultural “intrinsecamente incompleta e, o que é pior, quanto mais profunda, menos completa.”²⁸⁸. Interpretar essas fontes, descrevendo-as com a densidade reclamada por Geertz, é o passo metodológico central neste estudo e que já foi realizado na primeira parte, com o intuito de sustentar as hipóteses da dissertação.

Não se pretende, com a apreciação aqui realizada, dar conta da cultura jurídica como um todo; afinal, trata-se de um recorte bastante específico e, como um mosaico,

²⁸⁴ Conferir GEERTZ, C. (1989) *A interpretação das culturas*, p.24.

²⁸⁵ Conferir GEERTZ, C. (1989), op. cit., p. 30.

²⁸⁶ Registro que todo trabalho que versa sobre cultura jurídica é bastante limitado no sentido de que, defendida a pluralidade de vozes, impossível dar conta de todas elas em uma só pesquisa. Por isso, necessária a delimitação das fontes, sejam elas oficiais, não oficiais, escritas, orais, iconográficas etc.

²⁸⁷ A adjetivação está no plural por entender que, mesmo no meio especializado, há diferentes constatações a respeito da cultura jurídica: poder-se-ia realizar um trabalho que demonstrasse uma cultura anti-abolicionista, bem como uma cultura abolicionista. Trata-se, enfim, de escolha de fontes que determinam o resultado da pesquisa. Neste caso, a opção por um periódico abolicionista já anuncia o viés crítico a que o trabalho se propõe.

²⁸⁸ Conferir GEERTZ, C. (1989), op. cit., p. 39.

outros²⁸⁹ recortes e pontos de vista poderão contribuir para a composição de uma cultura jurídica; sem contar que a correspondência entre as fontes oficiais e as não oficiais não é o objeto desta pesquisa; muito embora a correspondência²⁹⁰ entre lei e realidade seja tangenciada ao final da dissertação, ao ser questionada, na conclusão, a manchete “Brazil livre”, publicada, no dia 14 de maio de 1888, pela *Gazeta de Notícias*.

No capítulo terceiro, será constatado que historiadores do direito, em regra, vinculam a conformação da cultura jurídica brasileira a sujeitos e suas respectivas produções desde que sejam brasileiros, provenientes das academias nacionais e pertencentes à estrutura estatal independente da metrópole – abrangem, fora do judiciário, apenas as academias e as câmaras ou conselhos. Correto esse entendimento. No entanto, é advertida²⁹¹ a concepção de cultura jurídica ligada somente às normas – e não a fatos e valores de uma cultura –, ou a cânones do pensamento jurídico – e não à produção esparsa –, e ainda a respeito da incompreensão da cultura jurídica brasileira a partir de elementos paradoxais que a conformam – como, por exemplo, no caso do século XIX, a estrutura oligárquica e escravista convivendo com ideais liberais. Apontamentos dos quais se compartilha. A historiografia jurídica privilegia, enfim, aqueles sujeitos e objetos próprios de um núcleo profissional para composição da cultura jurídica.

Para o capítulo quarto, a proposta é definir a cultura jurídica a partir do desdobramento do entendimento sedimentado, para ampliar a concepção acerca dos elementos que a compõem. Para tanto, tem-se como suporte a produção estadunidense acerca da *consciência* e da *cultura* jurídica, sobretudo de Lawrence Friedman e Susan Silbey. Friedman fundou bases para a discussão acerca de um arranjo mais plural de cultura jurídica. Entende que a maneira como a população encara normas, instituições e atores pertencentes a um sistema de direito também acomoda uma cultura jurídica, em conjunto

²⁸⁹ Da mesma forma que se desdobra o entendimento sobre a composição a partir de uma fonte que consideramos “intermediária” (não é oficial, não é publicação do ambiente jurídico, mas é um impresso, e tem colaboração de letrados); há pesquisas que vão além e buscam fontes orais. Sugiro a leitura da dissertação de PACHECO, M. G. (2012) *Consciência do direito: um estudo sobre as compreensões da legalidade no contexto do projeto Nova Luz em São Paulo*. Sugiro também a leitura do trabalho de Antonio Manuel Hespanha a respeito da prática jurídica tradicional no Antigo Regime português. Curioso o método empregado, já que busca as práticas tradicionais a partir de fontes eruditas. Conferir HESPANHA, A. M. (1988) *Sábios e Rústicos: a violência doce da razão jurídica*., sobretudo, pp. 41-43.

²⁹⁰ Essa (não) correspondência é uma das justificativas para o trabalho, muito embora não se trate de pesquisa no campo da sociologia do direito, que cuidaria do assunto com outras perspectivas e bibliografia específica, sobretudo a partir da efetividade; das lacunas; da diferenciação entre “law in books” e “law in action”, ou direito real vs. direito oficial; direito alternativo etc. Conferir, para o assunto, SARAT, A. *et alli*. (2003), op. cit.; e MEZEY, N. (2003), op. cit., p. 38.

²⁹¹ Conferir FONSECA, R. M. (2006), op. cit., p. 346.

com os sujeitos e produção específicos desse universo. Argumenta ainda que não só conformam a cultura jurídica, mas contribuem para o arranjo do sistema jurídico em vigor. O historiador estadunidense recorre, inclusive, à mídia²⁹² e seu papel de difusão de ideias nessa composição, o que nos é bastante caro neste trabalho.

Há uma *circulação* de ideias entre o núcleo jurídico e outros núcleos. É conformada, pois, uma cultura jurídica que não pautada exclusivamente num centro profissional (o que origina a ideia de *descentramento*). Tendo em mente esse giro interpretativo acerca da composição da cultura jurídica, são apontados e problematizados elementos que a conformaram no caso do recorte espaço-temporal desta pesquisa, já apresentados na primeira parte da dissertação.

Imprescindível registrar que, muito embora sejam anunciadas tentativas de modificação do entendimento firmado, como o faz Ricardo Marcelo Fonseca e Antonio Carlos Wolkmer²⁹³, não são desenvolvidos trabalhos com o intuito de indicar novos parâmetros para conformação de uma cultura jurídica mais ampla, tampouco são efetivados trabalhos de pesquisa neles pautados. Assim, esta pesquisa busca propagar uma nova concepção, com base em enunciado já explicitado, mas não realizado. É de se ver:

“Deixando de lado a concepção elitista de cultura – associada à acumulação de conhecimentos, à uniformidade de padrões transmitidos e à racionalidade individualista – busca-se introduzir a noção de cultura à práxis humana concreta e às manifestações intelectivas da consciência criadora de um povo. Pode-se, com efeito, particularizar uma certa prática de cultura, atribuindo maior significado à cultura popular ou à erudita, à cultura das classes subalternas ou das classes dominantes. Reconhecendo uma ‘circularidade’ de influências recíprocas entre os dois níveis, Carlo Ginzburg assinala que a expressão *cultura* pode definir o ‘conjunto de atitudes, crenças, códigos de comportamento próprios das classes subalternas num certo período histórico [...] [GINSBURG, O queijo e os vermes, 1987, p. 16-7]’.”²⁹⁴

²⁹² Conferir FRIEDMAN, L. M. (1989), op. cit.: “We consider now another connection between law and popular culture [...] law as it appears in songs, in stories, in movies, in newspapers, in novels [...]. The study of popular legal cultures is a relatively new field of inquiry, with a small but growing literatures.”, p. 1587.

²⁹³ Na verdade, Ricardo Marcelo Fonseca defende a possibilidade de composição de uma cultura jurídica genuinamente brasileira, na segunda metade do século XIX, mesmo com os problemas institucionais e estruturais do país. Não deixa, portanto, de privilegiar um ambiente bastante específico e elitista. Já Antonio Carlos Wolkmer defende uma pluralidade na composição da cultura jurídica, no entanto, não realiza esse trabalho em suas obras. Em suma, sempre colocam os historiadores do direito as instituições jurídicas como fontes centrais de estudo. Conferir FONSECA, R. M. (2006), op. cit.; e WOLKMER, A. C. (2007) *História do Direito no Brasil*.

²⁹⁴ Conferir WOLKMER, A. C. (2007), op. cit., p. 2.

Wolkmer tratou, na obra citada, da burocracia estatal, dos cursos de direito (os lentes, a produção acadêmica), da legislação imperial e dos demais institutos jurídicos. Ou seja, não expandiu a ideia defendida de estudo da cultura jurídica “Para além da positivação dos primeiros códigos pátrios e da formação de uma elite de operadores profissionais do Direito”, e não considerou “outros elementos geradores do desenvolvimento da cultura jurídica nacional.”²⁹⁵, como defendeu na introdução de seu trabalho, o que se almeja realizar nesta dissertação.

²⁹⁵ Idem, *ibidem*, p. 131.

Capítulo III

O que se entende por cultura jurídica

O termo “cultura jurídica” não é amplamente empregado nas pesquisas e publicações nacionais. A historiografia jurídica brasileira trata do assunto, mas poucos autores trazem a nomenclatura, com exceção para José Reinaldo de Lima Lopes, cujos trabalhos sempre possuem algum capítulo ou parte que fazem referência nominal à cultura jurídica. No entanto, na maioria das vezes, estão ligados os excertos à produção da literatura jurídica em sentido estrito²⁹⁶. Nesta pesquisa, o vocábulo é usado para manifestações diversas, tanto gerais (referente a publicações e pessoas de fora do mundo jurídico, mas que lhe faça referência), quanto restritas (no sentido da “alta” cultura jurídica). Assim, neste capítulo, para observar o que se entende por cultura jurídica, toma-se por base estudos que trazem o termo em seu escopo. A princípio, são expostas algumas delimitações de Lopes, que trabalha com uma definição bastante afunilada – e coerente, em seu propósito de estudo – do termo. Posteriormente, são destacadas as obras de Ricardo Marcelo Fonseca; e de Antonio Carlos Wolkmer para serem analisadas²⁹⁷.

Lopes foca-se numa história intelectual e institucional, o que se pode chamar de “história do pensamento jurídico”, ou da “alta cultura jurídica”. Sua obra de maior fôlego, *O Oráculo de Delfos*, inicia o capítulo que debate a cultura jurídica do Brasil oitocentista com a seguinte questão: “Onde estava a produção jurídica brasileira no século XIX?”²⁹⁸. A indagação já havia sido expressa, em outros termos, em obra anterior: “O que se discutia e como se discutia em juízo? Até a década de 1870 não havia publicação regular e estável de periódico jurídico relevante no Brasil.”²⁹⁹.

Como resposta, sintetiza ser necessário procurar “a cultura jurídica justamente onde ela foi feita, ou seja, na prática cotidiana do **aparelho de Estado** e nos costumes

²⁹⁶ Conferir em LOPES, J. R.: (2000) *O direito na história*, p. 333; (2007), op. cit., p. 5; (2010), op. cit, p. 91; LOPES, J. R. et alli (2009) *Curso de História do Direito*, p. 305.

²⁹⁷ Os últimos dois autores são a base do trabalho por possibilitarem um bom desdobramento, já que apontam uma possível pluralidade. É necessário registrar, no entanto, que há outras obras de fôlego que tratam da cultura jurídica oitocentista. Enfatizamos a produção de LOPES, J. R. (2000; 2007; 2009; e 2010), que trabalha de forma bastante coerente com o que defende ser a cultura jurídica.

²⁹⁸ Conferir LOPES, J. R. (2010), op. cit., p. 91.

²⁹⁹ Idem, (2000), op. cit., p. 333.

locais, nas *working rules* de grupos determinados.”³⁰⁰. Mais uma vez, o trabalho anterior ajuda a compreender o entendimento do autor: “Importante é notar que a cultura jurídica do Império, embora erudita, não é acadêmica propriamente.” E ainda que, “Em resumo, até 1870 aproximadamente, as Faculdades de Direito não foram centros de debates. A vida cultural jurídica dava-se no foro ou na Corte”³⁰¹.

As indagações e as respostas propostas pelo historiador já mostram o que ele entende por cultura jurídica: uma produção estritamente ligada ao campo do direito junto ao aparelho estatal, e, posteriormente, à produção acadêmica. Os estudos empreendidos por Lopes tem diversas frentes, como os debates parlamentares; a legislação; as exposições teóricas – ensaios; manuais etc. Apontam as vozes proeminentes à época, e chega o autor a focar-se na questão abolicionista, restringindo-a³⁰², no entanto, a elementos como a interpretação da literalidade da lei, a lacuna legislativa no que tange ao assunto, e a votação do projeto abolicionista.³⁰³

As análises de Lopes trazem elementos que permitem conecta-las a trabalhos de outros historiadores, isso porque a criação das faculdades de direito foi elemento central na formação do estado nacional e, por conseguinte, os juristas e as escolas de São Paulo e Pernambuco são essenciais nos estudos sobre os oitocentos. Muito embora parte de suas discussões assemelhem-se mais a críticas exaradas por Ricardo Marcelo Fonseca³⁰⁴, encontra-se nexos com outros autores. Angela Alonso³⁰⁵, ao discorrer sobre as correntes teóricas mobilizadas na segunda metade do século XIX, sobretudo o liberalismo e o

³⁰⁰ Conferir LOPES, J. R. (2010), op. cit., p. 101, grifo nosso.

³⁰¹ Idem, (2000), op. cit., p. 339 e 343.

³⁰² Friso que, ao utilizar palavras como “restrito”; “focado” e suas derivações, não estou diminuindo os trabalhos e pesquisas até então realizados; assim como ao dizer que “desenvolve-se”; “alarga-se” etc. um entendimento, não estou me colocando num patamar superior de análise. Apenas é exposta que tipo de leitura é realizada do fenômeno jurídico e como isso interfere no que se entende por cultura jurídica.

³⁰³ “É este debate que interessa aqui: os argumentos de caráter jurídico que serviram para abolicionistas e antiabolicionistas. O centro da discussão pode bem ser localizado no art. 179, parágrafo 22 da Constituição do Império, que garantia o direito de propriedade.” e “a escravidão era uma lacuna completa no ordenamento jurídico” e “No processo de abolição os dois marcos mais importantes talvez tenham sido a Lei de 4 de setembro de 1850 (Lei Eusébio de Queirós) e a Lei de 28 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre).” Por fim, registra que “No final do processo brasileiro, votando a lei de 1888, os deputados do Nordeste foram os que mais votaram a favor da abolição [...]”. Conferir LOPES, J. R. (2000), op. cit., pp. 345 e 350-351.

³⁰⁴ Entendo que há nexos tanto no que tange às críticas, feitas por ambos os autores, à falta de originalidade jurídica no Brasil; quanto ao elogio à erudição de nossos juristas após a consolidação das academias em Pernambuco e São Paulo. Conferir LOPES (2010), op. cit., pp. 106-107; e FONSECA (2006), op. cit., pp. 343-344.

³⁰⁵ Conferir ALONSO, A. (2002) *Ideias em movimento. A geração 1870 na crise do Brasil-Império*.

positivismo, traz sujeitos e objetos imersos no ambiente jurídico. Lilia Moritz Schwarcz³⁰⁶ também se apoia na literatura e em personagens jurídicos para explorar os debates sobre raça no Brasil; e José Murilo de Carvalho³⁰⁷, que mapeia as origens da elite detentora de poder no país, baseia-se, sobretudo, no ensino jurídico, antes português, e, com a criação das escolas no Brasil, paulista e pernambucano.

O trabalho de Lopes dialoga com as pesquisas citadas e é tomado como referência por ser coerente com sua proposta de investigação, mesmo que oculta em seu método de análise, de uma *alta* cultura jurídica. Todavia, não traz possibilidades de desdobramento, exatamente pela coerência intrínseca ao seu trabalho. São compilados, portanto, autores que fazem pesquisas semelhantes, mas que apontam ou até defendem, geralmente em apresentações ou introduções ao assunto, uma concepção mais fluida do que seria a cultura jurídica. Nesses autores é escorado este estudo para defender um outro método de trabalho. Destacam-se Fonseca e Wolkmer.

Fonseca propõe a definição do termo *cultura jurídica* a partir da obra de Geertz, ou seja, por meio de atividade interpretativa; e o faz a partir do estudo de sujeitos e objetos que entende compor efetivamente o universo jurídico brasileiro no século XIX. Reiteradas vezes, circunscreve o estudo à circulação de padrões prevaletentes nas instituições jurídicas brasileiras do Império (“faculdades, institutos profissionais de advogados e magistrados, o foro, e, em alguns casos, no parlamento”³⁰⁸). Por outro lado, o autor chama a atenção para a necessidade de se entender a cultura jurídica para além da “busca das pedras fundamentais originárias de nossas reflexões e menos ainda o estabelecimento do rol celebrativo de alguns dos juristas a quem se atribui o caráter de ‘canônicos’ [...]”³⁰⁹, já que muitos estudos são focados nessas personagens. Realiza, enfim, um estudo de movimento pendular: ao mesmo tempo que defende ser a cultura jurídica “aquilo que circula, funciona e produz efeitos dentro de um determinado contexto histórico social”³¹⁰, entende que o espaço de análise deve ser restrito às instituições jurídicas. Para delimitá-las, problematiza³¹¹ o estudo em frentes temporais, sobretudo a independência do país, em 1822, e a criação dos cursos de direito, em 1827; e espaciais, em especial, Coimbra, São Paulo e Olinda, para mapear a

³⁰⁶ Conferir SCHWARCZ, L. M. (1993) *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*.

³⁰⁷ Conferir CARVALHO, J. M. (2011), op. cit., pp. 65-117.

³⁰⁸ Conferir FONSECA, R. M. (2006), op. cit., p. 340.

³⁰⁹ Idem, ibidem, p. 341.

³¹⁰ Idem, ibidem, p. 341.

³¹¹ Idem, ibidem, pp. 347-9.

origem do corpo burocrático, e, em termos acadêmicos, dos professores³¹² de direito. Ou seja, vincula a conformação da cultura jurídica brasileira a sujeitos, e às suas respectivas produções, desde que sejam brasileiros, provenientes das academias nacionais e pertencentes à estrutura estatal do judiciário independente da metrópole – abrange, fora do judiciário, apenas as escolas e as câmaras e conselhos, os quais, realmente, não podem ter sua importância afastada, já que esses espaços são essenciais para a consolidação da Nação e enfrentamento das questões nacionais³¹³, independente da qualidade da produção.

Ainda quanto às características da produção, adverte Fonseca acerca da restrita concepção de cultura jurídica ligada somente às normas – e não a fatos e valores de uma cultura –, ou a cânones do pensamento jurídico – e não à produção esparsa –; e ainda a respeito da incompreensão da cultura jurídica brasileira a partir de elementos paradoxais que a conformam, como a estrutura oligárquica e escravista convivendo com ideais liberais, trazidos de fora³¹⁴. Apontamentos dos quais se compartilha neste estudo e que se busca desenvolver na pesquisa, já que as fontes primárias não são normas, nem produção de baluartes do universo jurídico.

Já Ivan de Andrade Vellasco traz um outro olhar sobre a produção jurídica, ao debater a obra de Lopes³¹⁵ acerca da produção e atuação do Conselho de Estado no Império. Questiona o comentador a conformação da cultura jurídica, defendida por Lopes, já que os pareceres do Conselho mostraram-se, em sua maioria, de teor administrativo, bem como defende ser escassa a produção jurídica das academias e do próprio judiciário à

³¹² No mesmo sentido: “o grande florescer da cultura jurídica nacional tenha ocorrido no Segundo Reinado (1840-1889), depois de formadas as primeiras turmas de juristas brasileiros”. Conferir LOPES, J. R. (2009), op. cit., p. 299.

³¹³ Conferir Lilia Moritz Schwarcz: “Profundamente vinculados à lógica e dinâmica que marcaram a independência política brasileira em 1822, já em seu momento de nascimento esses estabelecimentos [escolas de direito] pareciam responder à necessidade de conformar quadros autônomos de atuação e de criar uma *intelligentsia* local apta a enfrentar problemas específicos da nação.” SCHWARCZ, L. M. (1993), op. cit., p. 141.

³¹⁴ Nas palavras do autor: “parece perceptível como nossos traços de cultura jurídica vão se formar justamente neste processo de tensão, num processo em que a leitura e a experiência do direito ocorrerão considerando as vicissitudes históricas do Brasil que está se constituindo”. Conferir FONSECA, R. M. (2006), op. cit., p. 346. Abstenho-me de trazer o debate entre Roberto Schwarz e Maria Sylvia de Carvalho Franco, acerca do “lugar” das ideias liberais, por entender que há, ao final do debate, convergência entre os autores, conforme recente publicação de Schwarz. Conferir FRANCO, M. S. C. (1976) *As ideias estão em seu lugar*; SCHWARZ, R. (2008a) *Ao vencedor as batatas*, pp. 9-31; e (2012) *Martinha versus Lucrecia*, pp. 165-172. Recente resenha sobre a publicação de Schwarz também deve ser conferida: QUERIDO, F. M. (2013) *Colapso da Modernização*, pp. 228-9: “as ideias liberais-burguesas estavam e não estavam no lugar da sociedade brasileira periférica [...]. o título aludia, à época, mais a uma sensação comum de desajuste e dissonância do que a uma opinião ou prognóstico do autor [...]”.

³¹⁵ Conferir LOPES, J. R. (2007), op. cit..

época analisada³¹⁶. Mesmo com o questionamento, que deve ser levado em conta, a qualidade da produção científico-jurídica que circulava no século XIX não pode ser um entrave para a afirmação sobre a existência de uma cultura jurídica brasileira.

Enfim, de forma geral, a historiografia jurídica, sobretudo no que tange ao Império, apresenta compreensão semelhante à sucintamente exposta, embora traga divergências pontuais³¹⁷. Privilegia, portanto, aqueles sujeitos e objetos próprios de um núcleo profissional, sobretudo os que possuem origem acadêmica, para a composição da cultura jurídica. No próximo capítulo, as brechas deixadas pelas concepções supra-expostas são usadas para se trilhar novas possibilidades de entendimento sobre a constituição da cultura jurídica oitocentista.

³¹⁶ Conferir VELLASCO, I. A. (2007) *A cultura jurídica e a arte de governar: algumas hipóteses investigativas sobre a Seção de justiça do Conselho de Estado*.

³¹⁷ Para se ter um panorama sobre o entendimento acerca da cultura jurídica do Império e a produção jurídica da época, sugere-se a leituras das obras já citadas e, ainda: DUTRA (2004); FONSECA (2006); HESPANHA (2006); e LOPES (2010).

Capítulo IV

O que se pretende entender por cultura jurídica

Desdobrar o entendimento, sedimentado no país, acerca da composição da cultura jurídica é o objetivo geral desta pesquisa. Para tanto, são utilizadas fontes primárias – já apresentadas na primeira parte da dissertação – que corroboram esse juízo. Muitas vezes, a análise das fontes primárias é precedida de narrativas teóricas, com o intuito de preparar o leitor para o ofício interpretativo. Esta dissertação faz o caminho inverso. Iniciado o trabalho com a descrição e debate das fontes primárias, o leitor já assimila a ideia defendida na introdução, mesmo sem as premissas teóricas. Assim, crê-se que há maior naturalidade no que tange à leitura das fontes e à confirmação da proposição apresentada com a leitura teórica.

Neste capítulo, é exposto o que se pretende sugerir como cultura jurídica a partir das fontes secundárias selecionadas. A bibliografia nacional, embora tímida, possibilita desenvolvimento, como já apontado no capítulo anterior; e a estrangeira, já há algum tempo, trabalha com novas perspectivas, em especial estudos no campo da sociologia do direito, que serão exploradas a partir de agora. Os parâmetros serão as pesquisas da estadunidense Susan Silbey, a qual se remete a outros teóricos, como Friedman e Geertz, sendo esse último apresentado de maneira sumária na introdução a esta segunda parte da dissertação. Após a breve incursão teórica, a conclusão do trabalho destina-se a retomar algumas das informações advindas das fontes primárias com o intuito de ratificar a proposta teórica, confirmando a hipótese da pesquisa.

O direito é um campo de conhecimento que permeia a vida da sociedade de maneira explícita, muito embora, algumas vezes, o faça de forma sutil. Não é necessário ser parte em um processo judicial ou ser um “operador do direito” para estar em contato com expressões caras ao universo jurídico. Além de pequenos litígios, o cotidiano é permeado de afirmações; negações; e interrogações – gramatical ou imagetivamente – que nos remetem ao direito, sem percebermos. É essa permeabilidade léxica e semântica que possibilita afirmar que a cultura jurídica *circula* e é *descentralizada*, possibilitando a

investigação das conexões entre o sistema legal e a sociedade que o abarca³¹⁸, já que, muitas vezes, a tendência predominante é o direito se fechar no pensamento legal, em teorias e análises que desconsideram os eventos reais. Por essa razão, a pesquisa afasta-se do viés oficial do direito, ou melhor, de estudos que são constituídos apenas por atores, espaços e objetos oficiais.

Nesse sentido, a mídia³¹⁹ tem papel fundamental nos registros que embasam a ideia, razão pela qual foi escolhido um periódico como fonte primária para o estudo, muito embora seja necessário ter em mente que a mídia não pode ser tomada como espelho a refletir a sociedade ou as leis correntes de maneira fiel. Há distorções, e muitas³²⁰, sobretudo, se se pensar que os institutos tipicamente jurídicos utilizados em notícias e outras informações midiáticas são interpretados de forma diferente de suas premissas doutrinárias ou legislativas³²¹.

A abolição da escravatura, por exemplo: são múltiplas as possibilidades de sua leitura. Do embate entre direito de liberdade e direito de propriedade à compreensão de que com o fim da escravidão não estarão os recém-libertos plenamente livres, ou que se tornarão cidadãos na concepção mais abrangente do termo (a cidadania, sobretudo no século XIX, é instituto tão questionável quanto a liberdade), são diferentes análises que constam tanto na produção jurídica especializada, quanto em outros estudos (históricos, sociológicos ou até mesmo artísticos), inclusive registrados na mídia, que é objeto central nesta pesquisa tanto por ser nossa fonte primária, quanto por ser relevante nos estudos sobre cultura jurídica.

³¹⁸ Conferir FRIEDMAN, L. M. (1989), op. cit., p. 1582.

³¹⁹ Conferir FRIEDMAN, L. M. (1989), op. cit., pp. 1587 e 1596; sendo que o autor excetua a produção específica, como revistas de direito, já que praticamente apenas advogados as leem. E ainda: “Dessa maneira e por meio da mídia, o direito se propaga como e informa um conhecimento da sociedade: crimes, investigações, julgamentos, júris e a atuação de juízes e advogados são acompanhados, debatidos, polemizados e levados a jornais e programas de televisão tanto na forma de notícia, como na forma de entretenimento.”. PACHECO, M. G. (2013), op. cit., p. 31.

³²⁰ Friedman chama atenção para o cuidado que se deve ter com a leitura das fontes midiáticas. Conferir FRIEDMAN, L. M. (1989), op. cit., p. 1588. Nesta esteira, necessárias duas observações: o jornal usado como fonte primária tem viés abolicionista e, a que tudo indica – com exceções, claro –, crítico. O mesmo se dá com as crônicas machadianas. Remetemos o leitor à leitura da obra de Leopoldo Waizbort, que, ao tratar de realismo em obras literárias, toma os livros de Raymundo Faoro (*A pirâmide e o trapézio*) e Roberto Schwarz (*Ao vencedor as batatas*) sobre Machado de Assis. A conclusão – comum aos estudiosos – é que a obra machadiana não é reflexo puro da sociedade, em virtude do afastamento da realidade em favor da estilização do autor. Conferir WAIZBORT, L. (2007), op. cit., pp. 11-84.

³²¹ Conferir CAVICCHI, A.; SILBEY, S. (2005), *The common place of law - Transforming Matters of Concern into the Objects of Everyday Life*, p. 563.

A cultura jurídica em termos amplos, não aquela exposta no capítulo anterior, é complexa de ser perquirida exatamente por ser difícil reunir ou documentar, com exatidão, o que as pessoas entendem por direito, campo bastante amorfo, não apenas para leigos e não letrados. As ideias jurídicas, inclusive as próprias leis, são difundidas entre as pessoas que as recebem, sobretudo, vale frisar, por meio da mídia³²². Vizinhos, colegas de estudo ou de trabalho, pais e filhos: todos, ao terem contato com uma notícia, quando essa desperta interesse, repassam-na para outros. Cria-se, assim, uma circulação de ideias, advindas, inicialmente, de um campo especializado; e que passam por um intermediário que pode ou não ser do universo jurídico, no caso desta pesquisa, o jornal, as crônicas. Tem-se o direito não como dado, mas como construção interpretativa a partir de diferentes locais, sujeitos e objetos.

A partir da ótica da *circulação* de ideias, é proposto o *descentramento* da cultura jurídica. Ou seja, se as ideias circulam, não significa, exatamente, que advêm de um único núcleo (bacharelesco ou burocrático). A origem em comum entre as informações restringe-se, é de se pensar, ao léxico. Já os significados atribuídos às palavras e imagens variam de acordo com o uso que delas se faz (quem as utiliza, onde e para que). Assim, cria-se a consciência de que a cultura jurídicas abriga diversos *tipos*, como sugere o título³²³ da dissertação, a serem aferidos a partir dessa composição diversificada de registros presentes no periódico.

Tomados esses registros, principalmente as crônicas machadianas, pois, como narrativas da época. Patricia Ewick e Susan Sylbey defendem que narrativas são como pontes a ligar as estruturas sociais e o cotidiano, sobretudo no que tange a arranjos culturais e institucionais, realizando, por si, uma ação social, em destaque, a de revelar verdades que são encobertas, sobretudo, no caso do direito, pelos estudos jurídicos tradicionais³²⁴. Essa revelação existente nas narrativas, das mais simples – inclusive orais – às mais complexas, ainda tem potência subversiva ou transformadora, muito comum em

³²² Mais uma vez, Friedman destaca o papel da mídia. Conferir FRIEDMAN, L. M. (1989), op. cit., p. 1600. Interessante notar como este excerto coaduna-se com o capítulo primeiro da dissertação, ao discorrermos sobre o alcance da mídia no século XIX, mesmo com o problema do analfabetismo e o repasse oral das informações.

³²³ Necessário ressaltar que o título citado é “[...] tipos **da** cultura jurídica [...]” e não “tipos **de**”, por entender que dicotomias como “alta” vs. “baixa” cultura jurídica são trabalhadas no intuito de segmentá-la, o que tento refutar ao formular uma ampla cultura jurídica alimentada por diversos sujeitos e objetos, ou seja, os *tipos da* cultura jurídica, que a compõem.

³²⁴ Conferir EWICK, P.; SILBEY, S. S. (1995), *Subversive stories and hegemonic tales: toward a sociology of narrative*, pp. 198-9.

discursos políticos³²⁵ e sempre presente nos textos machadianos³²⁶, os quais parecem retratar o pensamento hegemônico, mas que trazem, na verdade, questionamento ou resistência ao *status quo* narrado, ou melhor, à situação social constitutiva do direito e por ele constituída. São as narrativas que registram essa concretização do direito: “Constitutive socio-legal theories treat legal culture and/or legality as a set of schema or narratives circulating in popular discourse, sustaining legal hegemony and creating, or failing to create, opportunities for resistance.”³²⁷

Para se entender melhor a questão, questiona-se: como imaginamos o direito? Em geral, tem-se um distanciamento: o homem “comum” crê, muitas vezes, inalcançável e intocável o universo jurídico. No entanto, é ele que, em algum momento, constitui, tanto como pessoa, quanto por alguma produção, o direito. Exatamente. Não apenas como observador, mas sujeito e produtor de objetos e espaços constituintes das relações jurídicas e, portanto, da cultura que se constrói.

Há, em regra, uma insensibilidade nas relações entre o direito, ou melhor, a ciência do direito, e o mundo concreto. Na verdade, trata-se de uma “invisibilidade do direito na vida social”³²⁸, já que não se percebe o quanto estamos inseridos num só sistema de fatos e normas, que se comunicam. Apenas quando emergem questões “oficiais” – um contrato; uma notificação; uma multa; um boletim de ocorrência em virtude de um assalto etc. – é que o indivíduo vê de forma nítida as relações jurídicas em que se insere. Além de relações estritas e nítidas, há símbolos (objetos; espaços; e pessoas), discretos ou imponentes, já incorporados à sociedade: o sinal de trânsito; o aviso de proibido fumar; a delegacia; o tribunal; o promotor etc., os quais são absorvidos pelo homem por meio de seu contato cotidiano com esses espaços, pessoas e documentos, e, também, pelo poder de difusão midiático.

³²⁵ Foi uma escolha metodológica não trabalhar a dissertação a partir da história do discurso político, pois foi privilegiada a história dos impressos e a cultura jurídica como arcabouços teóricos. No entanto, como num primeiro momento do projeto houve contato com a bibliografia pertinente, e por Ewick e Silbey me remeterem a narrativas performáticas, indico a leitura de POCOCK, J. G. A. (2003), *Linguagens do Ideário Político*, sobretudo, p. 42; e da compilação de textos de e sobre Skinner em TULLY, J. (1988), *Meaning and Context – Quentin Skinner and his Critics*.

³²⁶ Registro que Ewick e Silbey trabalham com narrativas orais e, inclusive, desconsideram a crônica como uma narrativa por entenderem que lhe falta um encerramento, um resumo do significado dos eventos dos quais trata. Conferir EWICK, P.; SILBEY, S. S. (1995), op. cit., p. 201. No entanto, ousou discordar das autoras por considerar que, embora algumas vezes as crônicas não tragam conclusões, são escritas com o intuito de levar o leitor a busca-las. Esse é o papel instigante e performático das crônicas, razão pela qual as considero como narrativas da época.

³²⁷ Conferir SILBEY, S. (2010), *Legal culture and cultures of legality*, P. 475.

³²⁸ Conferir PACHECO, M. G. (2013), op. cit., p. 30.

A mídia, além de colocar em contato esse indivíduo “comum” com objetos, espaços e sujeitos do direito oficial, ainda é espaço propício para registrar formas diversas de narrar o universo jurídico. E, algumas vezes, essas narrativas contam mais sobre o real alcance do direito e suas consequências na sociedade do que publicações jurídicas especializadas. Isso ocorre por não existir, de fato, um universo jurídico descolado da sociedade. Quando uma publicação consegue amalgamar direito e sociedade, sua narrativa – assim como seu autor e até seu leitor, que constrói sua interpretação – passa a compor a cultura jurídica.

Este estudo, ao analisar um periódico do século XIX, em que publicações de diferentes naturezas sobre a abolição da escravidão no Brasil foram registradas, tem um material que revela a cultura jurídica da época, já que as publicações revelam interpretações que registram ou subvertem os tradicionais espaços, objetos e sujeitos do direito. O exemplo máximo do trabalho é a crônica de 19 de maio de 1888, que sintetiza os principais problemas do debate abolicionista.

Há, portanto, a possibilidade de se creditar às fontes não oficiais papel relevante no registro da cultura jurídica de um recorte espaço-temporal. Na conclusão, será sintetizada a junção desses embasamentos teóricos com a leitura das fontes primárias, com o intuito de demonstrar os registros analisados acerca do direito e da abolição como componentes da cultura jurídica oitocentista.

Conclusão

Direito e escravidão nas páginas da *Gazeta de Notícias* e crônicas *Bons Dias!* de Machado de Assis (abril e maio de 1888): “Brazil livre”?

Este estudo iniciou-se com o propósito de encontrar elementos constituintes da cultura jurídica em fontes que não são tradicionalmente utilizadas em pesquisas de história do direito. Foi eleito como fonte primária para a dissertação um periódico não-oficial e foi dada ênfase a crônicas nele publicadas à época da abolição da escravidão no Brasil. Para embasar a escolha – reitera-se, pouco usual –, foi selecionada bibliografia que permitisse essa incursão metodológica. Compilados trabalhos sobre cultura jurídica, nacionais e estrangeiros, conseguiu-se o aporte teórico necessário.

Pautado na possibilidade de desdobrar o entendimento sedimentado na literatura nacional acerca da constituição da cultura jurídica brasileira, bem como na de ampliar as fontes usadas para as pesquisas de sua conformação, foi perquirida bibliografia que apoiasse tal anseio. Assim, chegou-se aos estudos estadunidenses em sociologia jurídica sobre o tema. Dessa forma, foi visto que, no Brasil, a produção em história do direito privilegia uma análise “restrita” sobre o assunto. Embora as pesquisas sejam coerentes em seus propósitos, destacam espaços, sujeitos, e suas respectivas produções, desde que tenham origem num núcleo oficial. Ou seja, para os autores brasileiros, o uso do vocábulo “cultura jurídica” está intrinsecamente ligado ao aparelho estatal ou à atuação acadêmica na área do direito.

Especificamente, se considerado o século XIX – que figura na maior parte desses estudos –, foi visto que a cultura jurídica é investigada a partir da criação das academias de direito, sendo feitas ressalvas quanto à origem do corpo burocrático advindo da metrópole, antes da independência, e à formação dos operadores do direito em Coimbra, antes da criação dos cursos jurídicos em São Paulo e Olinda, em 1827. Outra advertência, comum nas análises, é em relação à atuação de “rábulas”, os quais, embora desprovidos da formação acadêmica, atuaram de forma sistemática no cenário jurídico. As conclusões, nesses estudos, são variadas. Alguns consideram precária a cultura jurídica, diante da falta de originalidade da produção ou pelo seu caráter mais administrativo do que científico. Outros já defendem ser a atuação compatível com a estrutura do país, ou até mesmo

sofisticada, em razão da absorção e uso das ideias estrangeiras mais avançadas. Independente dos resultados a que chegam essas fontes secundárias, há consonância quanto aos espaços (academias; Conselho de Estado; Tribunais etc.); sujeitos (professores; advogados; rábulas; juízes; conselheiros; ministros etc.); e objetos (legislação; atas; pareceres; processos etc.) que utilizam para embasar suas pesquisas. Mas, foi visto que alguns deles oferecem a possibilidade de ampliação sobre a composição da cultura jurídica, mesmo que não tenham levado a efeito análises nesse sentido.

Assim, diante dessa possibilidade presente na produção brasileira, a pesquisa buscou referências no campo da sociologia do direito, em que são debatidas, para a composição da cultura jurídica, outras fontes documentais, e até orais. Visto que tais estudos extrapolam os ambientes oficiais e ordinariamente ligados ao direito, foram examinados no intuito de embasar teoricamente esta pesquisa. Em suma, a produção iniciada após o advento do realismo jurídico enxerga no cotidiano não especializado uma cultura que constitui a cultura jurídica, isso porque o direito não é absolutamente descolado da sociedade. Pautados, sobretudo, na força dos símbolos e das narrativas, os pesquisadores esboçam traços de um sistema jurídico mais amplo, o que leva à ideia de uma cultura jurídica mais plural. Nesse sentido, viu-se que a mídia é um desses assentamentos de símbolos e narrativas possível de ser analisada enquanto registro da cultura jurídica.

O periódico *Gazeta de Notícias* foi considerado, neste estudo, como detentor de narrativas diversas. Anúncios comerciais e de festividades, textos literários, notícias pessoais, textos editoriais e até a reprodução de legislação: há, em cada um, uma narrativa, a qual é transmitida pela leitura do jornal. Essa transmissão de informações deu origem à *circulação de ideias*, ou seja, a passagem de um léxico jurídico por outras esferas que não propriamente pertencentes ao direito; as quais, em contato com tais ideias, podem absorvê-las, transforma-las ou negá-las. Esse movimento leva ao *descentramento* dos componentes da cultura jurídica. Ou seja, deixa o estudo de focar apenas em determinados cânones para observar a cultura do direito na sociedade em geral. Essa construção teórica, que permite uma composição mais larga do conceito de cultura jurídica, teve sua força provada neste trabalho pelo exame das fontes primárias, o qual ocorreu, inclusive, em momento anterior à exposição do conceito de cultura jurídica. A ordem de discussão foi proposital, para que ficasse bastante clara a inserção da temática abolicionista no suporte e a impossibilidade de

não se creditar ao material eleito uma parcela na representação da cultura jurídica da época.

As informações, constantes nos jornais e nas crônicas, inventariadas ao longo da pesquisa e selecionadas para o texto final da dissertação em sua primeira parte, são claras no que tange à temática do trabalho: direito e escravidão. A segunda parte, sobretudo o capítulo quarto, possibilitou a leitura das fontes primárias como registros a serem interpretados e utilizados para a composição da cultura jurídica da época.

Nesta parte final, conclusiva, o intuito é indicar uma peculiaridade da cultura jurídica abolicionista, ao retomar alguns excertos: o país não estava plenamente livre. Os jornais e as crônicas são tomados, enfim, como registro de uma falsa libertação do estado em que se encontrava o Brasil, que até hoje sofre as consequências do projeto abolicionista³²⁹. Inventariadas as informações e percorrido acerca da composição da cultura jurídica, subsistiu a questão: estaria de fato livre o país? Foi questionada, portanto, a manchete estampada no dia 14 de maio de 1888: “Brazil livre”, uma vez que as publicações possibilitam entendimento diverso do registrado pela folha e pela legislação, já que abolido apenas na esfera legal o trabalho escravo, subsistindo a relação de dependência, entre senhores e escravos, análoga à escravidão.

Na introdução à primeira parte, a análise da edição de 14 de maio de 1888 reúne relevantes passagens, das quais se destacam aquela em que se diz ter feito mais pelo Brasil em cinco dias do que em 66 anos de independência; a que adverte “novas questões”, não sendo essas solucionadas “por meio de leis sobre vagabundagens”; e a que registra ter a princeza apagado “dos códigos” a “mácula” da escravidão. Essas publicações revelam características típicas do processo legislativo brasileiro (para, praticamente, qualquer assunto): a lentidão; a criação de leis que não são verdadeiras respostas às demandas sociais; e o descompasso entre códigos e realidades concretas.

Já a apresentação do suporte, no capítulo primeiro, mormente por elencar algumas seções, demonstra abrigar o jornal informações típicas do universo jurídico, mas, despidas de oficialidade e até compostas de maneira vulgar. Seções como “jury”; “exército”; “armada”; “edital”; “diário das câmaras”; “boletim parlamentar”; além de notícias esparsas

³²⁹ O intuito é chamar a atenção para sequelas que observamos na atualidade em função de um processo abolicionista que não inseriu o recém-liberto na sociedade, não lhe possibilitou (ou lhe negou) uma participação cidadã; assim como não elucidou parcela da sociedade quanto à igualdade que se deveria estabelecer a partir de então.

são ricas em vocabulário jurídico, o qual, dependendo do teor da informação, é mais solene ou despojado.

O viés abolicionista e apartidário da *Gazeta*, anunciado pela literatura especializada e confirmado com a leitura das concepções do jornal, garante acesso tanto ao pensamento de seus editores e colaboradores, quanto da sociedade em geral, já que foram registradas manifestações diversas na folha. Se, por um lado, o jornal participa da luta abolicionista, por outro, não deixa de registrar – “humildemente, e (Deus me perdoe!) creio que até alegre”, para citar o próprio Machado de Assis – como se dava o processo, inclusive, os absurdos envolvidos. É o caso, por exemplo, do editorial de 24 de abril, em que, noticiadas libertações em certa localidade, os escravos declararam que “desistiam dos salários marcados para a próxima colheita” e que um deles, “em nome de todos, declarou [...] um d’elles que jamais abandonariam o seu libertador.” Como considerar “livre” um liberto que não recebe salário? Não seria a liberdade legal, imposta pelo Estado, a modificar a situação.

Além dos editoriais, publicações a pedido também registraram “não haver ainda uma lei que regulasse o trabalho”. Eram noticiados debates nesse sentido, mas a fragilidade é constatada por não trazerem tópicos a serem discutidos de forma concreta (necessário frisar: num periódico abolicionista!). Denúncias como a “re-escravidão de ingênuos acobertada com a capa de tutorias oficiosas”, feita pelo jornal, ou enviadas por particulares, como a que narra que “liberdades simuladas” ocorreram “com viso [pelos senhores] de figurarem e com a ganância de algum título de governo”, também confirmam a não plenitude da manchete de 14 de maio. E ainda, temas como a reforma agrária, debatida desde então, também demonstram a falta de cuidado do Estado com a população civilmente liberta.

Por meio desta breve recapitulação, pode-se afirmar a importância dos registros no sentido de sugerirem como eram encaradas as libertações particulares, as quais preparavam a sociedade, inclusive os escravos, para a realidade pós-abolição legal.

No entanto, é com as crônicas da série *Bons Dias!*, de 11 e 19 de maio de 1888, que se tem a síntese dos elementos jurídicos e sociais a corroborarem a tese dessa “falsa liberdade”. Machado de Assis foi um atento, porém discreto intérprete³³⁰ de sua época,

³³⁰ Para detalhes sobre a atuação machadiana e sua marginalidade em relação a categorias presentes ao final do século XIX, como intelectual, cientista etc. , sugiro a leitura de artigo por mim escrito e apresentado no II Encontro de Pesquisa em História da Universidade Federal de Minas Gerais (EPHIS 2013), em que debatia a inserção machadiana enquanto intelectual atuante na sociedade. Resume Valentim Facioli que Machado “Denunciou a escravidão de inúmeras maneiras, mas especialmente procurou captar a organização ideológica

o que se depreende do excerto de 11 de maio de 1881: “Toda a gente contempla a procissão na rua, as bandas e bandeiras, o alvoroço, o tumulto, e aplaude ou censura, segundo é abolicionista ou outra coisa; mas ninguém dá a razão desta coisa ou daquela coisa; ninguém arrancou aos fatos uma significação, e, depois, uma opinião”. E, da crônica de 19 de maio, a partir do diálogo entre o senhor e o escravo: “- Tu és livre, pode ir para onde quiseres. Aqui tens casa amiga, já conhecida e tens mais um ordenado, um ordenado que... / - Oh! meu senhô! fico.” E o registro de gratidão e submissão:

“Pancrácio aceitou tudo; aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas; efeitos da liberdade. Mas eu expliquei-lhe que o peteleco, sendo um impulso natural, não podia anular o direito civil adquirido por um título que lhe dei. Ele continuava livre, eu de mau humor; eram dois estados naturais, quase divinos.”

Em suma, a liberdade concedida com condições, a imposição de uma folga semanal como salário ou um salário medíocre, a manter a submissão do homem negro em relação ao homem branco, não se apaga com a imposição da liberdade legal pelo Estado. Não se modifica, por meio de lei, uma situação fática, um estado quase “natural” (ou naturalizado) conforme elucida Machado.

A partir da análise dos periódicos, “desses pedaços de significações”³³¹, foram reconstituídas algumas visões da época³³², as quais demonstraram haver um debate jurídico e político para além das fontes oficiais do direito, tradicionalmente utilizadas em pesquisas de história do direito. Dessa maneira, ao serem cruzadas as informações encontradas nos jornais, essa fonte não-oficial, marginal para o estudo do direito, deixou como legado narrativas que podem ser usadas para composição da cultura jurídica, sobretudo, por

que a mantinha [...]. A denúncia nunca foi simplesmente panfletária, mas sempre integrada no conjunto das relações sociais [...]” Facioli, V. (1982) *Várias Histórias para um Homem Célebre*, p. 49. E o coloca entre os grandes nomes do século Francisco de Oliveira: “De fato, observando-se mais de perto, as duas grandes passagens no século XIX, a abolição da escravatura e a república, contaram com intelectuais já “modernos” na elaboração ativa, com forte intervenção na política. Nomes como Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Benjamin Constant, José do Patrocínio e Castro Alves compunham a linha de frente nos embates ideológicos, e, sutilmente, por trás, como era de seu feitio, Machado de Assis fez os tipos ideais das elites imperiais, vergastando nas suas crônicas diárias da vida da capital do Império as condutas, os hábitos, os caracteres das classes dominantes e seus representantes políticos [...]” OLIVEIRA, F. (2006) *No silêncio do pensamento único: intelectuais, marxismo e política no Brasil*, p.294.

³³¹ Conferir SCHWARCZ, L. M. (1987), op. cit., p. 15.

³³² Conferir: “a nossa postura diante dos jornais será a de apreendê-los não enquanto ‘expressão verdadeira’ de uma época, ou como um veículo imparcial de ‘transmissão de informações’, mas antes como uma das maneiras como segmentos localizados e relevantes da sociedade produziam, refletiam e representavam percepções e valores da época.”. Idem, p. 27.

revelarem o descompasso entre a *letra* da lei e a realidade registrada. Foram indicados, assim, novos sujeitos, espaços e produções a serem investigados nas pesquisas sobre cultura jurídica.

Referências

Fontes Primárias

Gazeta de Notícias. Abril e Maio de 1888.

ASSIS, Machado. **Bons Dias!** Campinas: Editora Unicamp, 2009.

LAGO, Pedro e Bia Corrêa do. **Coleção Princesa Isabel. Fotografia do século XIX.** Rio de Janeiro: Capivara, 2008

Fontes secundárias

AGUIAR, Miriam Bevilacqua. **As últimas crônicas de Machado de Assis.** Tese. São Paulo: USP, 2003.

ALONSO, Angela. **Ideias em movimento. A geração 1870 na crise do Brasil-Império.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ASSIS, Machado de. **Bons Dias!** Campinas: Editora Unicamp, 2009.

_____. “O jornal e o livro” In ASSIS, Machado de. **O jornal e o livro.** São Paulo: Cia. das Letras, 2011.

BARBOSA LIMA SOBRINHO, Alexandre José. **O problema da imprensa.** São Paulo: Edusp, 1997.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. **Machado de Assis: o enigma do olhar.** São Paulo: Ática, 1999.

CALLIPO, Daniela Mantarro. **As recriações de Lélío. A presença francesa nas crônicas machadianas. Gazeta de Notícias – “Balas de Estalo” julho de 1883 a março de 1886.** Tese. São Paulo: USP, 1998.

CANDIDO, Antonio. “A vida ao rés-do-chão” In CANDIDO, Antonio, et al. **Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil.** Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011.

CAVICCHI, Ayn; SILBEY, Susan. "The common place of law - Transforming Matters of Concern into the Objects of Everyday Life" In LATOUR, Bruno; e WEIBEL, Peter (orgs.). **Making Things Public: Atmospheres of Democracy**. ZKM Center for Art and Media Karlsruhe. The MIT Press/Cambridge, MA 2005, pp. 556-565. http://web.mit.edu/ssilbey/www/pdf/making_things_public.pdf

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**. Brasília: Editora UnB, 1994.

DEAECTO, Marisa Midori. **O Império dos livros**. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2011.

DUTRA, Pedro. **Literatura Jurídica no Império**. Rio de Janeiro: Padma, 2004.

FAORO, Raymundo. **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

_____. "O território da política em Machado de Assis". **Teresa – revista de literatura brasileira**, nº 6/7. São Paulo: Editora 34 e Imprensa Oficial, 2006, pp. 453- 456.

ERHLICH, Eugen. **Fundamentos da sociologia do direito**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

ERIBON, Didier. *De perto e de longe*, São Paulo: Cosac Naify, 2005.

EWICK, Patricia; SILBEY, Susan S. "Subversive stories and hegemonic tales: toward a sociology of narrative" In **Law and Society Review**, Vol. 29, Number 2, 1995, pp. 197-226.

FACIOLI, Valentim. "Várias Histórias para um Homem Célebre" In BOSI, Alfredo *et alli*. **Machado de Assis**. São Paulo: Ática, 1982.

FONSECA, Ricardo Marcelo. "Os juristas e a cultura jurídica brasileira na segunda metade do século XIX", **Quaderni Fiorentini**, 35: 339-371. Milão: 2006.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. "As ideias estão em seu lugar" In **Cadernos de debate**, n. 1. São Paulo: 1976.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Kairós, 1983.

FRIEDMAN, Lawrence M. "Legal Culture and Social Development". **Law and Society Review**, nº 24, 1969, pp. 11-64. EUA: 1969.

_____. "Law, Lawyers, and Popular Culture". **The Yale Law Journal**, Vol. 98, No. 8, Symposium: Popular Legal Culture. (Jun., 1989), pp. 1579-1606. EUA: 1989.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1989.

_____. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

GLEDSON, John. **Machado de Assis: ficção e história**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. “Introdução” e “notas” In ASSIS, Machado. **Bons Dias!** Campinas: Editora Unicamp, 2009, pp. 13-61.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força. história, retórica, prova**. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

GRANJA, Lúcia. “Das páginas dos jornais aos gabinetes de leitura: rumos dos estudos sobre a crônica de Machado de Assis”. **Teresa – revista de literatura brasileira**, nº 6/7. São Paulo: Editora 34 e Imprensa Oficial, 2006, pp. 385-399.

_____. **Machado de Assis, escritor em formação (à roda dos jornais)**. São Paulo: Mercado de letras e FAPESP, 2000.

HESPANHA, António Manuel. “Sábios e Rústicos: A violência doce da razão jurídica”, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 25/26, Dezembro de 1988, pp. 31-60.

LOPES, José Reinaldo de Lima. **O direito na história. Lições introdutórias**. São Paulo: Max Limonad, 2000.

_____. **As palavras e a lei: direito, ordem e justiça na história do pensamento jurídico moderno**. São Paulo: Editora 34/Edesp, 2004.

_____. “Consultas da Seção de Justiça do Conselho de Estado (1842-1889). A formação da cultura jurídica brasileira”. **Almanack Braziliense**, nº 05, mai. 2007. São Paulo: 2007.

_____. **O oráculo de delfos – o Conselho de Estado no Brasil-Império**. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; ACCA, Thiago dos Santos. “Império: a consolidação do arcabouço jurídico nacional” in LOPES, José Reinaldo de Lima (org.) **Curso de História do Direito**. São Paulo: Método, 2009.

MACHADO, Humberto Fernandes. **Palavras e brados: a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro 1850-1888**. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 1991.

_____. **Imprensa e abolicionismo no Rio de Janeiro**. XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, João Pessoa, 2003. Disponível em <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.297.pdf>.

MEZEY, Naomi. "Law as Culture" In SARAT, Austin; SIMON, Jonathan (org.) **Cultural Analysis, Cultural Studies, and the Law. Moving beyond legal realism**. London: Duke University Press, 2003. Pp. 37-72.

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia Miguel. **Machado de Assis, estudo crítico e biográfico**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada; São Paulo: EdUSP, 1988.

MOREL, Marco. "Independência no papel: a imprensa periódica" In István Jancsó (org.), **Independência: história e historiografia**, São Paulo: Hucitec/ FAPESP, 2005.

_____. "Os primeiros passos da palavra impressa" In MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. (orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palava, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. São Paulo: Publifolha, 2000.

NEVES, Margarida de Souza. "Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas" In CANDIDO, Antonio, et al. **Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

NOBRE, Marcos. "Apontamentos sobre a pesquisa em direito no Brasil" In **Cadernos Direito GV**, V. 1. São Paulo: EDESP/FGV, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. "No silêncio do pensamento único: intelectuais, marxismo e política no Brasil" In NOVAES, Adauto (org.). **O silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Cia. das Letras, 2006, pp. 293-305.

PACHECO, Marcelo Golfetti. **Consciência do direito: um estudo sobre as compreensões da legalidade no contexto do projeto Nova Luz em São Paulo** (dissertação de mestrado). São Paulo, 2012.

POCOCK, John Greville Agard. "Introdução" e "O conceito de linguagem e o *métier d'historien*" In **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: EdUSP, 2003.

POUND, Roscoe. **Law in books and law in action**. American Law Review. Vol. 44, 1910.

QUERIDO, F. M. (2013). "Colapso da Modernização" In **Novos Estudos, CEBRAP**, n. 97. São Paulo: CEBRAP, 2013, pp. 227-233.

RODRIGUEZ, José Rodrigo. "A cabrocha e o magistrado: apontamentos sobre o drama do Direito no Brasil" in MARCONDES, Marlene P.; e TOLEDO, Ferreira de. (org.). **Cultura brasileira. O jeito de ser e de viver de um povo**. São Paulo: Nankin Editorial, 2004.

SANTOS, Cláudia Andrade dos. “Projetos sociais abolicionistas: ruptura ou continuísmo?” In REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). **Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000.

SANTOS, Luiz Gustavo Vieira. <https://sites.google.com/site/ephisufmg/anais>

SARAT, Austin; SIMON, Jonathan. “Cultural analysis, cultural studies, and the situation of legal scholarship” In SARAT, Austin; SIMON, Jonathan (org.) **Cultural Analysis, Cultural Studies, and the Law. Moving beyond legal realism**. London: Duke University Press, 2003. Pp. 1-34.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

_____. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2008a.

_____. **Um mestre na periferia do capitalismo**. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2008b.

_____. **Martinha versus Lucrecia – ensaios e entrevistas**. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

SILBEY, Susan S. “Legal Culture and Legal Consciousness”. **International Encyclopedia of Social and Behavioral Sciences**. New York: Pergamon Press, 2001, pp. 8623-8629.

_____. “Law and Society Movement”. **Legal Systems of the world: a political, social and cultural encyclopedia**. Santa Barbara: ABC Clio, 2003, pp. 860-863.

_____. “After Legal Consciousness”. **Annual Reviews Law and Social Science**, Vol. I Palo Alto/California: Annual Reviews, 2005, pp. 323-368.

_____. “Everyday life and the Constitution of Legality”. **The Blackwell Companion to the Sociology of Culture** [JACOBS, Marck D. e HANRAHAN, Nancy]. Malden/MA: Blackwell Publishing, 2005, pp. 332-345.

_____. “Talk of law: contested and conventional legality”. **DePaul Law Review**. Chicago: DePaul University, 2007, pp. 639-659.

_____. “Legal culture and cultures of legality” In HALL, John R., GRINDSTAFF, Laura, LO, Ming-cheng (eds.) **Sociology of Culture: A Handbook**. New York and London: Routledge, 2010. Pp. 470-479.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TEIXEIRA, Ivan. **O altar e o trono – Dinâmica do poder em O Alienista**. Campinas: Ed. Unicamp, 2010.

TULLY, James. **Meaning and Context: Quentin Skinner and his critics**. Princeton: Princeton University Press, 1988.

VELLASCO, Ivan de Andrade. “A cultura jurídica e a arte de governar: algumas hipóteses investigativas sobre a Seção de justiça do Conselho de Estado”. **Almanack Braziliense** nº 05, mai. 2007. São Paulo: 2007.

WAIZBORT, Leopoldo. “Parte I – desiguais porém combinados” in **A passagem do três ao um – crítica literária, sociologia e filologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2007, pp. 11-84.

WOLKMER, Antonio Carlos. **História do Direito no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

Obras consultadas, mas não citadas:

ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson. **Cultura letrada no Brasil - Objetos e práticas**. São Paulo: Mercado de Letras, 2009.

ARANHA, Graça. **Machado de Assis e Joaquim Nabuco – correspondência**. Rio de Janeiro: Topbooks e Academia Brasileira de Letras, 2003.

ASPERTI, Clara Miguel. “A vida carioca nos jornais: Gazeta de notícias e a defesa da crônica”. **Contemporânea**, nº 7, 2006.2, Rio de Janeiro: UERJ, 2006, pp. 45-55.

BASILE, Marcello. “Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835)” in NEVES, Lúcia Maria P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia M. Bessone da C. (orgs.) **História e imprensa representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

BETELLA, Gabriela. **Narradores de Machado de Assis: A Seriedade Enganosa dos Cadernos do Conselheiro (Esaú e Jacó e Memorial de Aires) e a Simulada Displícência das Crônicas (Bons Dias! e A Semana)**. São Paulo: EdUSP, 2007.

BRANDÃO, Ruth Silviano; OLIVEIRA, José Marcos Resende. **Machado de Assis leitor – uma viagem à roda de livros**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

BROCA, Brito. **Machado de Assis e a política mais outros estudos**. São Paulo: Polis, 1983.

CALLIPO, Daniela Mantarro. **As recriações de Lélío. A presença francesa nas crônicas machadianas. Gazeta de Notícias – “Balas de Estalo” julho de 1883 a março de 1886**. Tese. São Paulo: USP, 1998.

CANDIDO, Antonio. **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paul: Editora Ática, 1989.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *História em cousas miúdas – Capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2005.

_____. **O Discurso e a Cidade**. São Paulo, Rio de Janeiro: Duas Cidades, Ouro sobre Azul, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

DEAECTO, Marisa Midori. **O Império dos livros**. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2011.

DIJK, Teun A. van. **La noticia como discurso**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica S.A., 1990.

FONSECA, Ricardo Marcelo.. **Introdução teórica à história do direito**. Curitiba: Juruá Editora, 2009.

FREYRE, Gilberto. **O escravo em anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. São Paulo: Global, 2010.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força. história, retórica, prova**. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

GRINBERG, Keila. “Senhores sem escravos: a propósito das ações de escravidão no Brasil Imperial”. **Almanack Braziliense**. Nº 6, Nov. 2007. São Paulo: 2007.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. **Os leitores de Machado de Assis: O Romance Machado e o Público de Literatura no Século 19**. São Paulo: Nankin Editorial, Edusp, 2004.

IANNI, Octavio. “Literatura e Consciência”. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo: IEB/USP, 1988, pp. 91-99.

_____. “Imprensa e identidade do ex-escravo no contexto do pós-abolição” In NEVES, Lúcia M. Bastos P.; MOREL, Marco e FERREIRA, Tânia M. Bessone C. (orgs.). **História e Imprensa – Representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

MAGALHÃES JÚNIOR, R. **Machado de Assis, vida e obra - Maturidade**. São Paulo, Rio de Janeiro: Record, 2008.

MATTOS, Hebe. **Das Cores do Silêncio: Os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil**, Séc. XIX. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

_____. “Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil” In GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial – Vol. III – 1870-1889**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009, p. 15-38.

PASTA, José Antônio. “O ponto de vista da morte – uma estrutura recorrente da cultura brasileira” In **Formação supressiva – constantes estruturais do romance brasileiro**. Tese de Livre-Docência apresentada à FFLCH/USP, São Paulo, 2011, pp. 73-87.

_____. “Variação machadiana sobre o tema da formação” In PERES, Daniel Tourinho *et alli* (org.). **Tensões e passagens: filosofia crítica e modernidade – uma homenagem a Ricardo Terra**. São Paulo: Esfera Pública, 2008, pp. 255-263.

REZENDE, Beatriz. “Em caso de desespero, não trabalhem. A política nas crônicas de Machado de Assis” In CANDIDO, Antonio, et al. **Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822**. São Paulo: Imprensa oficial, 1988.

SCHWARZ, Roberto. **Que horas são?** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SEVCENKO, Nicolau. “A ficção capciosa e a história traída” In GLEDSON, John. **Machado de Assis: ficção e história**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

SOUZA NETO, Dário Ferreira. **Memórias do cotidiano e saberes sujeitados: análise das crônicas A+B de Machado de Assis**; Dissertação de Mestrado, FFLCH, São Paulo: USP, 2008.

WAIZBORT, Leopoldo. “Roberto Schwarz: entre forma literária e processo social” In BOTELHO, André e SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.